

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

10

2012.SÉRIE 2

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

2012 · SÉRIE 2 · 10

Gabinete de Estudos a&b

As PÁGINAS a&b são indexadas na LISA

Direcção

Maria Luísa Cabral, Directora, Centro de História da Cultura/Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Conselho de Redacção

Fernanda Ribeiro, CETAC.MEDIA/Universidade do Porto (Portugal)

Armando Malheiro da Silva, CETAC.MEDIA/Universidade do Porto (Portugal)

Luís Manuel Borges Cabral, Câmara Municipal do Porto (Portugal)

Conselho Científico

Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra (Portugal)

José António Calixto, Biblioteca Pública de Évora (Portugal)

Viviana Fernandez Marcial, Universidad de La Coruña (Espanha)

Eduardo Mancipe Flechas, Universidad de La Salle, Bogotá (Colômbia)

Maria Manuela Moro Cabero, Universidad de Salamanca (Espanha)

Gilda Verri, Universidade Federal do Pernambuco, Recife (Brasil)

Direcção Gráfica Carlos Abreu **Capa** André Beato **Edição e Propriedade** Gabinete de Estudos a&b

Periodicidade Semestral **ISSN** 0873-5670-0210 **Depósito Legal** 118811/97 **Tiragem** 500 exemplares **Design Gráfico** www.metropolis.pt **Execução Gráfica** Edições Afrontamento, Lda.

Impressão e Acabamento Rainho & Neves, Lda.

Gabinete gabinete_ab@hotmail.com • Rua Viana de Lima, 155 • 4150-746 Porto

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es)

Número avulso 20€ • assinatura individual 25€ • assinatura institucional 40€

2.ª assinatura institucional 25€

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

1. *PÁGINAS a&b* aceita artigos inéditos para publicação, escritos em português, inglês, francês ou espanhol e desde que os mesmos não tenham sido submetidos simultaneamente para apreciação junto de outro Editor.
2. Se os artigos não forem inéditos, o(s) autor(es) deve(m) informar por escrito as *PÁGINAS a&b*.
3. Os artigos submetidos para publicação serão apreciados, cada um deles, por dois elementos da Comissão Científica.
4. Qualquer que seja a decisão de *PÁGINAS a&b* sobre o artigo submetido a apreciação, o(s) autor(es) será(ão) devidamente informado(s).
5. Os artigos deverão ser sempre acompanhados por um resumo e por palavras-chave (4 a 6) na língua do texto e em inglês. Se o texto não for em português, então, o artigo deverá ainda ser acompanhado de resumo e palavras-chave em língua portuguesa.
6. Os direitos de reprodução dos artigos publicados passarão a ser propriedade de *PÁGINAS a&b*.
7. Os textos submetidos a apreciação deverão ser enviados por correio electrónico e, se o texto contiver gráficos, tabelas, quadros, etc., estes deverão ser fornecidos em ficheiro próprio.
8. A responsabilidade do arranjo gráfico dos artigos é de *PÁGINAS a&b* que apenas fará as modificações necessárias de forma a garantir uma maior coadunação com o estilo da revista.
9. Cabe a *PÁGINAS a&b* a organização e uniformização das referências bibliográficas.
10. A revisão de provas é da responsabilidade de *PÁGINAS a&b* e só em caso de solicitação específica aquelas serão entregues ao(s) autor(es).
11. A colaboração com *PÁGINAS a&b* é sempre a título gratuito, mas o(s) autor(es) do artigo receberá(ão) quatro exemplares do número da revista na qual o artigo for publicado enquanto os autores das recensões, dois.

SUMÁRIO

Editorial

Para uma perspetiva intergeracional das carreiras e competências em Portugal: análise da profissão de bibliotecário | *Towards an intergenerational perspective on career and competences in Portugal: a librarian profession analysis*
PAULA OCHÓA

04

A Política de informação para o desenvolvimento regional no Nordeste do Brasil | *The information policy towards regional development in Northeast of Brazil*
ANGELA NASCIMENTO

07

77

Classificação bibliográfica com o auxílio de cores para bibliotecas escolares | *Bibliographic classification in school libraries with the help of colors*
FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAÚJO | JACQUELINE SOUZA

119

ISSN e Metadados: caminhos paralelos para um mesmo destino | *ISSN and Metadata: parallel roads to the same destination*
ANA BELEN RIOS HILARIO | JOÃO GUERREIRO

139

O uso de revistas electrónicas por docentes/investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: estudo bibliométrico | *The use of electronic journals by teachers/researchers of Faculty of Arts and Humanities of University of Porto: bibliometric study*
ALBERTO NUNO OLIVEIRA FERNANDES

151

EDITORIAL

O número das *PÁGINAS* agora nas vossas mãos, e que corresponde ao segundo semestre de 2012, será o último em suporte tradicional, i. e., em papel. A partir de 2013, as *PÁGINAS* adoptarão o formato electrónico e o acesso processar-se-á em moldes diferentes. Numa palavra, o acesso será livre e gratuito. A mudança está em marcha e os assinantes receberão toda a informação indispensável até à próxima Páscoa. Foi com os assinantes que se estabeleceram laços mais estreitos, é natural que eles constituam o alvo preferencial num momento tão significativo. Nestas circunstâncias, este será também o meu último Editorial. Aproveitei apenas o momento, não existindo necessariamente uma relação de causa efeito. Por isso, a título excepcional, escreverei este Editorial na primeira pessoa, despedindo-me.

Porquê a mudança? Trata-se de uma pergunta inevitável ainda que escusada. As razões financeiras constituem a única e exclusiva explicação. Se olharem bem para os trinta números publicados, os apoios financeiros, quer por via de alguma publicidade quer através de subsídios, nunca foram muito substanciais e foram escasseando até estarem completamente ausentes. O número de assinantes também foi diminuindo e se, durante algum tempo, as bibliotecas e arquivos mantiveram as assinaturas, agora, com os cortes generalizados, as instituições poupam a oito. Sem uma estrutura financeira mínima – ao menos uma que chegasse para pagar o trabalho de impressão já que tudo o resto foi sempre resultado de boa vontade – as *PÁGINAS* não ficam imunes e têm de mudar. A herança que deixamos não será, seguramente, de ordem financeira.

No conjunto, foram quinze anos de edição que assegurei com regularidade. Vi as *PÁGINAS* crescerem e afirmarem-se; elas constituíram um palco no qual muitos colegas conseguiram expor as suas ideias, os seus trabalhos e no qual muitos tiveram a primeira oportunidade de publicar. Hoje parece banal mas se quiserem ser justos lembrar-se-ão de como era difícil escrever e publicar. Porque não havia prática, porque quem a tinha chamava-lhe sua, porque os espaços para publicar eram poucos, porque a rotina do dia-a-dia eliminava a

possibilidade e a vontade de publicar. Foi sempre acaalentando quem nos procurava e também fui à procura de colegas mais tímidos que não ousavam experimentar o desafio que constitui uma folha em branco. Hoje, isto tudo constitui passado e as novas gerações dificilmente acreditam no que lhes conto. As PÁGINAS surpreenderam, parece-me o termo adequado. Cumpriram o que se projectou, dinamizaram uma classe profissional, embora eu pense que ainda exista um longo caminho a percorrer. No meu entender, a nossa vida profissional tem sido pouco discutida e os desafios sociais exigem maior envolvimento, mais inteligência e melhor formação. As PÁGINAS poderão ser sempre aquele foro onde, sem nenhum compromisso para além do interesse profissional, todos os que trabalham em arquivos e bibliotecas – ou em prol de – encontrarão um espaço para expor e debater os projectos e as preocupações profissionais.

A testemunhar esta vocação, mais uma vez um número das PÁGINAS diversificado. A abrir um artigo de Ochôa sobre a nossa profissão questionando exactamente a relação intergeracional e o impacto das competências que se transferem, ou não. Depois uma contribuição para o conhecimento da situação informacional no Brasil e a sua influência no desenvolvimento local preparada por Nascimento. Segue-se uma análise sobre os âmbitos e objectivos da ISBD e dos metadados elaborada por Rios Hilário & Guerreiro. Ainda do Brasil, um trabalho de Araújo & Sousa sobre os melhoramentos que as bibliotecas escolares exigem. A fechar, um estudo sobre a utilização das revistas electrónicas por um determinado grupo profissional realizado por Fernandes. Em suma, um conjunto de artigos resultando de investigação específica deixando-nos com questões e alternativas. Como eu adiantei no início deste Editorial, o caminho que percorremos foi longo mas os resultados estão aí. Não há como fazer tábua rasa deste sucesso.

Não quero terminar sem deixar um testemunho. O trabalho das PÁGINAS foi sempre o resultado de um esforço colectivo: daqueles que foram garantindo a sua produção, semestre após semestre, desde 1997 e nessa labuta tenho de destacar a Fernanda Ribeiro e o Carlos Abreu a quem deixo uma palavra de

sincero reconhecimento. Depois, os outros colegas de direcção que sempre responderam quando se lhes pediu colaboração mais directa como também nunca se escusaram os restantes membros dos corpos directivos do Gabinete de Estudos a&b; mais recentemente os avaliadores que cumpriram sempre a sua tarefa dentro dos prazos, inevitavelmente apertados que tinham de acatar; finalmente, os autores, fossem portugueses ou estrangeiros. Os grandes actores, claro! Sem estes actores como poderíamos ter mantido em cartaz trinta números de *PAGINAS*?! Com a compreensão de todos, um obrigada especial para eles. E depois, os assinantes, particulares e institucionais, que acreditaram no projecto, que estiveram com as *PAGINAS* desde 1997. Foi para eles que o projecto se construiu e, se deste lado a satisfação foi grande, ao lado de lá nunca demos motivos para decepção. Para todos sem excepção, estejam onde estiverem, um imenso obrigado.

Percebo que foi uma notícia de supetão, inesperada. Deixo as palavras necessárias para explicar a transição já que não quero transformar este Editorial numa espécie de relatório e contas; exprimo aquele mínimo absolutamente indispensável num momento que também não é fácil para mim. As *PAGINAS* ficam a partir de agora entregues a outra equipa e esta sucessão sem tropeções é, ela própria, uma grande vitória.

Para todos, um ano de 2013 o melhor possível. Com um abraço fraterno, sempre,

Maria Luisa Cabral

PARA UMA PERSPETIVA INTERGERACIONAL DAS CARREIRAS E COMPETÊNCIAS EM PORTUGAL: análise da profissão de bibliotecário¹

TOWARDS AN INTERGENERATIONAL PERSPECTIVE ON CAREER AND COMPETENCE IN PORTUGAL: the librarian profession revisited

Paula Dória

Resumo: Existe uma lacuna de conhecimento sobre a ação profissional de várias gerações de bibliotecários portugueses, não permitindo introduzir uma leitura analítica das mudanças e das transições profissionais e a sua interação no desenvolvimento da Sociedade da Informação e da Ciência da Informação em Portugal. A abordagem seguida neste artigo pretende dar um contributo para a divulgação da perspetiva intergeracional na análise das carreiras e competências de dois *cohorts* de bibliotecários portugueses no ativo desde a década de 1970 e 1980.

Palavras-chave: bibliotecários; carreira; competências; perspetivas intergeracionais

Abstract: There is a knowledge gap about professional practices within several librarians' generations, which difficult an analytical perspective of professional changes, transitions, and interactions in Information Society and Information Science developments in Portugal. The approach followed in this article intends to give a contribution to intergenerational perspectives' dissemination based on career and competence analysis in two cohorts of Portuguese librarians, in active life since 1970 and 1980.

Keywords: librarians; career; competences; intergenerational perspectives

Introdução

O trabalho e o sentido que este confere à vida e às suas fases tem sofrido fortes alterações, traduzindo a remodelação dos conteúdos categoriais etários em nome de uma valorização das pessoas perante o emprego, as formas de relação e de vinculação social que o mesmo implica, tendo como referência que a idade do trabalho é um período bastante longo, segmentado individualmente ao longo do percurso ativo, atravessando tensões e descontinuidades ao longo do ciclo de vida (TOMÁS, 2012). A ideia de gerações que se sucedem e a de ciclo ativo² têm-

¹ Este artigo aprofunda um dos temas apresentados na dissertação de doutoramento em Bibliografia e Documentação Retrospectiva *Transições profissionais na sociedade da informação em Portugal: percursos identitários e ciclos de competências dos bibliotecários portugueses (1973-2010)*, defendida pela autora em setembro de 2012 na Universidad de Alcalá, orientada pela Professora Purificación Moscoso Castro e aceite por um júri presidido pela Professora Luisa Orea Orea. O júri incluía ainda a Professora Gisela Felício, o Professor Emilio Torné, a Professora M.ª Angeles Zulueta e a Professora Carina Rey.

² Parafraseando Tomás (2012: 6), contrariamente ao que se pensa, o trabalho pode estar presente ao longo da vida: «sem que sejam postas em causa quer a sua utilidade, quer as divérsas contra-

-se constituído como noções-chave na área da gestão de carreiras, e do conceito de *capital de carreira* (DE FILLIPI; ARTHUR, 1994), definido como um conjunto cumulativo de competências único e específico de cada indivíduo. Sommerlund e Boutaiba (2007) defendem que deve ser feita investigação sobre o *capital inicial e o capital acumulado ao longo da carreira, resultante das influências e interações pessoais, sociais, educacionais e organizacionais para verificar a importância destes aspetos e qual a sequência das interações existentes, nomeadamente o relacionamento intergeracional, caracterizador da integração, da pertença comunitária e da pertença profissional*.

Este capital social, formado pelas gerações que experienciam uma vida adulta prolongada é objeto de estudo da gerontologia social, sendo um fenómeno sobre o qual ainda pouco se conhece, constituindo um objeto estratégico para análise das políticas públicas e para o planeamento que lhes sucede, sendo as diferenças geracionais reveladoras da importância dos percursos de vida e respectivos contextos sócio-históricos. O capital social que estas gerações representam releva a importância da partilha do património cultural, científico e técnico construído. A capacidade de conhecimento das pessoas e dos contextos em que se inserem, desconstruindo categorizações feitas sobre o envelhecimento³ são áreas inovadoras (QUARESMA, 2008).

O capital de carreira é também objeto de estudo na gestão de recursos humanos numa perspetiva multigeracional, identificando estereótipos (ABRAMS et

partilhas que dele decorrem e de que resultam benefícios de integração social e de terapêutica emocional».

3 Aproveitando o facto de se comemorar em 2012 o *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*, cabe recordar que o valor económico e social da idade é pouco controvertido e que a idade é uma forma de perspetivar o tempo dos indivíduos numa ótica geracional e socioestatutária. Segundo Aboim et al. (2010: 103) «ainda que a dissociação entre idade da reforma e transição para a velhice constitua uma tendência maioritária no contexto europeu, não podemos esquecer que à medida que a idade avança aumenta também a colagem estatutária entre os dois indicadores. Neste sentido, para um grupo de indivíduos mais velhos, adiar a reforma pode ser também, até certo ponto, uma forma de adiar a velhice.» Nesse sentido, um dos eixos de intervenção do programa nacional deste ano europeu intitula-se *Trabalhar e aprender até quando se quiser*, anunciando o programa *GerCarreira*, como apoio à gestão da carreira, através da identificação de competências detidas e a melhorar. Para além da dinâmica do «envelhecimento dos envelhecidos» um outro aspeto importante é a atenção que deve ser dada aos atuais incrementos da mobilidade profissional que não alterar as trajetórias profissionais, nomeadamente aquelas que se tornaram trajetórias de precariedade em idade avançada, ou, como se prevê que venha a ocorrer, transformando pessoas de 30 anos em «velhos» antes do tempo.

al., 2006) e modalidades de contacto intergrupais (PETTIGREW, 1998), desenvolvendo estratégias de antecipação de desníveis no capital humano (níveis de desempenho, competências e liderança) e promovendo o planeamento da sucessão intergeracional (CRUMPACKER; CRUMPACKER, 2007; ARNOLD; NICKEL; WILLIAMS, 2008), acautelando a eventualidade de as novas gerações não permanecerem tantos anos na profissão como aquelas que as antecederam. Estas questões têm vindo a ser discutidas entre os bibliotecários, nomeadamente nos países anglo-saxónicos, que têm procurado discutir as implicações de uma ausência de estratégia face às dinâmicas emergentes da comunidade de gerações (GORDON, 2006; LOWE-WINGESTENTSEN; CROOK, 2010; WALLACE, et al., 2011), chamando a atenção para a necessidade premente de se gerir esta transição, cujos impactes não são totalmente previsíveis.

As trajetórias diversificadas em idades mais avançadas têm sido pouco estudadas, existindo pouco conhecimento sobre as interconexões das transições ao longo da vida e sobre o estudo de *cohorts*, nomeadamente a importância das diferenciações inter-cohorts e intra-cohorts nas profissões. Henretta (2001) sugeriu a realização de estudos a partir de 2010 sobre os padrões de heterogeneidade em *cohorts* sucessivos, ligando-os às mudanças institucionais e um estudo sobre a geração que terá mais de quarenta anos: «this large cohort has the potential for major societal transformation in attitudes and opportunities. Will the large cohort of older workers lead to the design of attractive opportunities for continued work in career jobs, gradual retirement or new part-time opportunities? Or will employers focus on one of the alternative sources of labor?» (267).

Sublinhe-se que em Portugal existe uma lacuna de conhecimento sobre a ação profissional de várias gerações de profissionais portugueses, não permitindo introduzir uma leitura analítica das mudanças e das transições profissionais e a sua interação e co-construção no desenvolvimento da Sociedade da Informação e da Ciência da Informação, a nível nacional. Numa época em que já se retiraram os protagonistas da luta pelo reconhecimento profissional (anos 60 e 70) e começa a aposentar-se a geração que introduziu as novas tecnologias nas bibliotecas portuguesas, é importante registar os seus percursos, as suas práticas e as suas ideias, ao longo da sua carreira e em confronto com outras dinâmicas geracionais com que se cruzaram. A experiência vivida, enquanto fonte importante de conhecimento, pode constituir um objeto de estudo para a compreensão do conhecimento profissional e ação, da profissão, cultura e identidades profissionais, ilustrando os proces-

sos dinâmicos; a instrumentação técnica utilizada, conceptual e ética subjacentes às escolhas feitas e ao seu impacto no local de trabalho. A abordagem seguida neste artigo pretende dar um contributo para a divulgação da perspetiva intergeracional na análise das carreiras e competências de dois *cohorts* de bibliotecários portugueses no ativo desde a década de 1970. Este campo de investigação sobre as estratégias reflexivas de desenvolvimento pessoal e profissional⁴ contempla muitas áreas ainda por desbravar, a merecer a atenção por parte dos jovens investigadores.

Ciência da Informação: a (re)emergência da experiência e reflexão dos profissionais

Sendo uma profissão ligada à utilização e gestão da informação, os bibliotecários integram o grupo de profissionais com um historial de transições associadas a mudanças de tecnologia e a comportamentos informacionais dos seus utilizadores, tendo desde os anos 60 sido diagnosticada a necessidade de um novo profissionalismo com o alargamento de fronteiras de actuação. Thompson (1967) realçou a importância das unidades funcionais de fronteira que lidariam melhor com as incertezas e ameaças complexas do meio-ambiente e Rayward (1969) observou a nova incerteza bibliográfica para a qual a profissão deveria ter uma resposta. Dedicado à história da Informação e da Ciência da Informação, este autor realçará, mais tarde, a sua importância para uma melhor compreensão das dinâmicas profissionais: «Managing information has a long and interesting history to some extent obscured by the circumstances of the different linguistic practices of the past. It is intimately bound up with the cultural imperatives, the modes of thought, belief and investigation, the interrelated economic, social, political, administrative, recreational and educational systems that are characteristic of different times and places. We believe the historian of information science must understand that as a condition of their organization, reproduction and control, all societies have evolved their own distinctive ways of managing information. He must recognize that what constitutes information, what it may be called, the practices adopted for its representation, communication and use, may change from one historical context to the next, from generation to generation, from

⁴ Bates (2002: 11) refere que «every profession necessarily has that body of general knowledge, which consists of theory, research, practice-based principles, and the long experience and reflection of the senior practitioners».

one way of thinking about the world to another. It is, however, always necessarily present and in play» (RAYWARD, 1996: 11).

São considerados fundamentais os aspetos ligados à identidade, definição, práticas e processos, características formais e informais, visão das dependências, abordagens e metodologias e suas manifestações conceptuais e disciplinares, dando origem ao que apelida de segunda *viragem histórica*: «This historical turn requires that one look directly at the emergence of sustained interest specifically in the history of information and the systems within which information is constituted and represented» (5).

A discussão da história, convenções, tensões essenciais, debates/controvérsias e os conceitos e ideias chave são considerados a *viragem convergente*, podendo existir dinâmicas divergentes e em diferentes direções. Uma *viragem* é considerada uma interrupção cognitiva numa tradição investigativa (NOLIN, 2007) com grande impacto na Ciência da Informação, uma «heterogeneous research area, influenced by so many and so very different strong research traditions». Para Nolin, uma mudança de direção pode ser considerada uma *viragem* «one which moves the fold away from a divergent identity and toward a more integrated and convergent identity».

Outros movimentos de viragem no campo profissional são identificados por Nolin e Åström, (2010): a VIRAGEM COGNITIVA (*cognitive turn*) (BELKIN, 1990; INGWERSEN, 1992), considerada como tendo sido iniciada nos anos 70 (CAPURRO, 1992); a VIRAGEM INFORMACIONAL (*informational turn*) (WOUTERS, 2007); a VIRAGEM CENTRADA NO UTILIZADOR (*User centered turn*) (ZWEIZIG, 1976; DERVIN, 1989; DALRYMPLE, 2001; TALJA; HARTEL, 2007); a VIRAGEM EPISTEMOLÓGICA (*epistemological turn*) (BRIER, 2003); a VIRAGEM PRAGMÁTICA (*pragmatic turn*) (HJØRLAND, 2002). Uma nova viragem vem ganhando dimensão, a das PRÁTICAS (*practical turn*) incidindo sobre os processos de fazer, conhecer e organizar a informação, num retorno à reflexão sobre as competências profissionais (HUIZING; CAVANAGH, 2011).

Michel Menou (2008) sublinha o *carácter endémico da crise na profissão* e a sua continuidade ao longo do tempo, constatando a frustrante luta por uma visão consensual da informação, do seu papel na sociedade e na economia e pelo reconhecimento social dos diferentes ramos profissionais da atividade informacional, chamando a atenção para cinco áreas problemáticas: a *promessa da Sociedade da Informação*; a *omnipresença dos papéis e funções da informação*; a *rigidez na educação e pesquisa I-D*; a *implosão do campo profissional* e a *perda de campos*

comuns e, finalmente, as vias para a reconstrução de um campo das Ciências da Informação.

Vários autores têm debatido esta questão, nomeadamente Buckland (1996, 1999), Apostile e Raymond (1997), Raymond (1997), e Hjørland (2000) que realçam os vários usos do paradigma da informação como indutores de algum descrédito para a profissão, afetando o discurso profissional, a educação e as relações com outras profissões, como a gestão, o jornalismo, e profissões TIC, com impactos negativos na falsa identidade de papéis e na sua diminuição (RAYMOND, 1997), numa ilusória fusão de diferentes paradigmas (WILSON, 2000). Um desses paradigmas é a interação entre o paradigma da biblioteconomia e o da Ciência da Informação, ainda em construção fragmentada. Outro paradigma, é a ligação com o campo das TIC. Este tema é amplamente desenvolvido por Cordeiro (2005) que analisa as relações existentes, encontrando as causas para a falta de integração e maior convergência inter-disciplinar na *cultura profissional de todos os profissionais intervenientes*. Outra razão encontrada reside na *ausência de perspectivas comuns*: «the field analysed have different populations of 'producers' and 'consumers'. These populations overlap little, so there is a lack of a critical mass of sources for integrative perspectives. Different professional or academic groups have different perspectives of some common problems and objectives, or similar general perspectives but taken from different standpoints, focusing on different selection of matters, thus producing more or less different understandings. [...] For LIS, the situation suggests that intermediate operators for conceptual communication are missing in the relationships with other fields that are the main providers for knowledge about IT». (165-166).

Finalmente, as relações com a *gestão do conhecimento* são também alvo de interesse de várias comunidades, sendo considerado um domínio profissional dos bibliotecários (KOENIG, 2005; HOBÖHM, 2004, MARTIN; HAZERI; SARRAFAZADEH, 2006, ROOI; SNYMAN, 2006) na linha de Choo (2002) «to reinvent their roles, information professionals need to move from being information custodians to knowledge partners who have the entrepreneurial energy, the business knowledge and the specialized skills to lever the power of information. This attitudinal shift and role redefinition must take place in a framework of a deeper and more complete understanding of how organizations create, share, and use knowledge. KM is not the domain of a single profession but is the result of collaboration across multiple streams of expertise.» (103).

Explorando as estratégias futuras para a área profissional na Ciência da Informação, Nolin e Åström (2010) defendem que devem ser enfrentados os dez tipos de problemas que tornam a atual crise *fragmentada e apostar na transformação da competição em colaboração epistemológica*:

- **Problema de dependência externa** – por a origem da profissão estar ligada às práticas profissionais exteriores ao meio universitário;
- **Problema de maturidade** – originada pela visibilidade tardia do ensino universitário;
- **Problema de dependência interna** – originada pela ausência de tradição, estando dependente dos contributos de outras disciplinas;
- **Problema de identificação** – originado pela indefinição teórica no seio da Ciência da Informação e Biblioteconomia;
- **Problema de heterogeneidade** – pela diversidade de tópicos que abrange;
- **Problema de interdisciplinaridade** – pelo nível de interação entre diferentes áreas de conhecimento ser relativamente baixo, sendo mais multidisciplinar do que interdisciplinar;
- **Problema de divergência** – pela tendência para subdisciplinas saírem para outras áreas disciplinares, aumentando a fragmentação e estabelecendo uma forma de autonomia em relação às áreas core;
- **Problema de competição** – por nos últimos anos outras disciplinas se terem interessado pela informação como tema de investigação, dando origem a interessantes formas de colaboração ou a formas agressivas de invasão dos campos disciplinares;
- **Problema da dimensão** – por as instituições desta área de investigação possuírem reduzidas dimensões, lutando com problemas vários para garantir a continuidade e recrutando elementos externos para satisfazer objectivos académicos;
- **Problema de dispersão** – pela inexistência de linhas de investigação fortes e estratégias sólidas, o que origina destinos diferentes para as instituições.

Na sua visão, estes autores questionam as fronteiras da profissão e do seu ensino afirmando que «the establishment of LIS boundaries has become

increasingly important due to an increased competition from other disciplines. However, considering the problems of reaching consensus on the definition of LIS, we must ask: to what extent is LIS able to maintain those boundaries?» (13) salientando ainda a crescente exportação de ideias do setor para outros campos profissionais na última década, como o demonstram Cronin e Meho (2008) através do registo de contributos na ciência computacional e estudos de gestão. Outra questão apontada é o interesse pelas outras áreas, defendendo que «LIS scholars need to look for alternative objects of investigation, turning the focus to human and user aspects of information systems. Meanwhile, psychology has taken an increasing interest in issues on representation and organization of knowledge, management studies scholars are important contributors to information management literature; pedagogy deals with the use of information as an aspect of learning and sociology leads the academic discussion on the information society.» (14).

Para Curral e Moses (2008) as tecnologias podem ter um duplo papel na mudança epistemológica e na extensão das práticas profissionais, criando uma nova fase na profissão, *interligando práticas de arquivistas, bibliotecários e museólogos* e colocando novas questões: «In a digital environment where there are no physical strong rooms, information professionals can no longer claim a monopoly of custodianship. If physical custody of objects ceases to be a core purpose, where does that lead the information professions?» (69).

Marcia Bates, uma importante investigadora na área da Ciência da Informação, com trabalhos de destaque desde 1960, realizou o seu discurso de final de carreira em janeiro de 2012, tendo escolhido o tema das **Profissões da Informação** como uma chamada de atenção para as questões profissionais emergentes. Referindo-se especialmente aos bibliotecários, arquivistas e museólogos, considera determinante o conhecimento e compreensão dos vários contextos históricos em que surgiram e se desenvolveram para uma melhor definição dos caminhos futuros, sendo reconhecidos e expressando a sua importância: «The institution-based professions arose in the nineteenth century because those institutions were needed to store the materials; thus the institutions became the organizing principle for each of the respective professions. In the 20th and 21st centuries, because of the power of the various information technologies we have, information can be seen in a more unified way, as pervading our lives and society, and requiring a sophisticated understanding of information behavior and of the numerous technical options for storing information, relatively independently from their storage in

specific institutions. So the more recently developed fields do not focus so much on particular institutions. Again, each field reflects the operative circumstances at the time of its founding.»

Não se pode caracterizar o conhecimento profissional sem ter em conta o modo como **este é aprendido e usado** (ERAUT, 1996). Lahary (2005) no seu estudo sobre cinco gerações de bibliotecários retrata aquilo que apelida de *fosso geracional das práticas profissionais* ao exemplificar a construção do conceito de público. Embora todos usem essa palavra, para os profissionais mais antigos ele é associado a serviço público, enquanto as restantes gerações falam de público enquanto objecto diversificado quanto às suas necessidades de informação, num ideal de democratização da cultura³.

Nesta linha de investigação enquadra-se também o estudo longitudinal de Kuhlthau (2004) sobre os bibliotecários, comparando profissionais experientes e iniciados nas suas abordagens às tarefas de trabalho. Os resultados apresentaram diferentes objetivos entre as duas gerações: «The novice was looking for the right answer. The expert was seeking to add value to the client's knowledge.» (171). Para a autora, «these information goals result in a very different outcome within the same assignment. The concept of information goals and tasks are good examples of concepts that are easily applied to more than one area of library and information science and are emerging as important for developing collaboration across branches of the field.» (4).

Para Kuhlthau (2004: 8) a grande mudança teórica do setor «is to bring together the allied areas of the field into an overarching conceptual framework that represents the unified whole», sendo a grande questão centrada na capacidade do setor desenvolver esta estratégia e abandonar a linha de atuação fragmentada (NOLIN, ÅSTRÖM, 2010).

A *construção da profissionalidade é um processo social* que se desenvolve por intermédio da socialização profissional e pela *atividade* estratégica de construção de um espaço próprio, o que pressupõe um *território delimitado, por força da cons-*

³ Sobre esta questão, Anne-Marie Bertrand (2003) refere três culturas profissionais coexistentes em França: o *discurso misantópico*, que cultiva uma imagem máfica do público e se atribui o dever da democratização cultural; o *discurso da resposta à procura*, preocupado com a satisfação dos utilizadores numa lógica de ação pública e, entre os dois discursos, uma minoria de profissionais ainda permanece agarrado à ideia de que oferece coleções e serviços, a partir das quais a orientação deve ser associada a uma *revista crítica e os trabalhos políticos assumidos*, constituindo um instrumento de emancipação social da profissão (IOP, 2008).

tuição das trajetórias, da formação e consolidação de referenciais identitários. Contudo, as posições dos indivíduos detentores de um mesmo conjunto de saberes podem não corresponder, a um mesmo conjunto de referenciais porque podem divergir, quer ao nível das trajetórias dos indivíduos, quer ao nível das transformações estruturais que ocorrem nos grupos profissionais, com vários impactos nas identidades profissionais criadas ao longo da carreira.

A noção identitária de cruzamento de fronteiras profissionais tem vindo a emergir como uma necessidade de convergência (WILSON, *et al.* 2006) e um imperativo decorrente das suas competências «*librarianship should be the empowering partner of all professions in the age of information and knowledge*» (BUNDY, 2003) e da mudança do setor que requer um maior número de competências transferíveis. Cunha (2009) questiona-se sobre como se efetuará a convivência entre as diferentes especialidades profissionais e qual o campo profissional dominante. Classificando o tempo atual como um tempo de perplexidades, esta autora considera coexistirem numa amálgama transdisciplinar profissionais de informática, gestores, documentalistas, bibliotecários e profissionais da comunicação, entre outros e procura antever a dinâmica de funcionamento futura: «*Esse diálogo, esta colaboração entre profissionais tão díspares e ao mesmo tempo tão próximos, serão profícuos, serão produtivos? Tudo indica que desses diálogos, destas confluências inter e transdisciplinares, destas experiências surgirão novas profissões híbridas e distintas.*» (102). O caminho passa por a profissão «*saber transitar*» neste novo cenário, ocupando um lugar de destaque pela experiência no terreno, complementada por novas competências, sendo que o desenvolvimento dos novos lugares destas profissões pode ser um processo lento e sob forte questionamento ao ritmo do avanço tecnológico. Deixa ainda algumas questões para reflexão profissional: as profissões da informação irão manter-se idênticas? Que transformações são necessárias? Como prevêê-las?

A identidade da comunidade profissional é questionada por Weissinger (2003) quando afirma que é preciso aprofundar a sua existência, enquanto detentora de uma visão distinta: «Numerous articles about the field's Professional image and status attest to this as does the lack of consensus about Professional core values. [...] Rather than belonging to a scientific or strictly Professional community with a distinctive Professional worldview, it is more accurate to say that librarians belong to a much broader community or, perhaps, to multiple communities.» Tarin (2006) prefere abordar o tema considerando a *existência de múltiplas facetas identitárias.*

As mudanças do trabalho são também determinantes para a análise desta problemática (STOKKER; HALLAM, 2009), nomeadamente o interesse no *planeamento dos recursos humanos*, na avaliação dos fatores tradicionais, de convergência e de oportunidades e na necessidade de se desenvolverem PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, AVALIAÇÃO CONTÍNUA E TRAÇAR CENÁRIOS para o futuro em áreas como:

- **Novos perfis profissionais e o seu nível de empregabilidade** – Num contexto de grandes mudanças sociais e económicas, as modalidades de desenvolvimento de competências de Informação-Documntação durante a última década pouco têm em comum com as desenvolvidas no passado. Os perfis e competências dos profissionais de I-D têm sido sucessivamente apresentados: o *referencial de competências e empregos* (ADBS); *Euro-referencial I-D* (ECIA); *Body of Professional knowledge* (CILIP); *Shaping the future: ASERL's Competencies for research librarians*; *Competencies for Information Professionals* (SLA)⁶; *Guidelines on Cultural work within the Information Society* (Conselho da Europa); *Guidelines for Professional Library/Information Educational Programs* (IFLA); *Bibliofil – Le referentiel de la filière bibliothèque* (DPMA); *Core competencies of Librarianship* (ALA); *Career Pathways* (ALIA); *The skills, role and career structure of data scientists and curators: an assessment of current practice and future needs* (JISC)⁷; *Competency index for the library*

6 Rebecca Jones (2003), um dos elementos do grupo de trabalho refere que desde 1991 que a SLA trabalha a sua visão partilhada de competências: «Putting our knowledge to work, with its emphasis on evidence-based practice, was also found to be highly relevant. Evidence-based practice involves consciously and consistently making Professional-level decisions that are based on the strongest evidence from research and best practice about what would work best for our clients. [...] In the Information and knowledge age, specialists in information management are essential – they provide the competitive edge for the knowledge-based organization by responding with a sense of urgency to critical information needs. Information, both internally and externally produced, is the lifeblood of the knowledge-based organization and essential for innovation and continuing learning. Information sharing is also essential for any organization that is attempting to understand and manage its intellectual capital, often in a global context.» (5). Esta metodologia de trabalho baseada em evidências tem sido considerada uma estratégia facilitadora, mas não conseguiu ainda uma aplicação generalizada no grupo profissional, existindo muitas barreiras: conhecimento, cultura, motivação, relevância, publicação, leitura, terminologia, atividade, educação e tempo (BODINI, 2011).

7 Neste modelo são propostos novos papéis/novas carreiras por Swan e Brown (2008) ligados à criação, gestão, curatoria e preservação de dados. Nicolaie (2010) reforça a convergência de perfis profissionais existentes neste modelo entre bibliotecários, arquivistas e museólogos em aspetos

field (OCLC)⁸; *Federal Librarians Competencies* (Library of Congress); *Library and Information Science Education 2.0 project, Core competencies for 21st century* (Carl librarians); *New roles for new times: digital curation for preservation*. Sobre as principais tendências também têm sido realizados importantes trabalhos: *OCLC 2003 – Environmental Scan*; *OCLC 2005 – Perceptions of Libraries and Information Resources*; *The future of Human Resources in Canadian Resources*; *European Curriculum Reflections on Library and Information science Education* (Royal School Of Library and Information Science, 2005); *A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação* (OP-ID, 2006), *Bibliothécaires en prospective* (DURAND, PEYRIÈRE; SEBAG, 2006), *Estudio Fesabid sobre los profesionales de la información: prospectiva de una profesion en constante evolución*⁹ (FESABID, 2011) ou ainda a ação do Grupo ThinkEPI – estratégia y prospectiva de la información, desde 2007. A discussão do âmbito e direcção do futuro da profissão e dos serviços da biblioteca está no centro da agenda profissional¹⁰ (BROADY-PRESTON; COSSHAM,

particulares: «The experts managing data gradually traverse the boundaries of their base specialisation and slowly are turning into data scientists; they have their scholarly roots in one domain but they tend to open and embrace adjacent fields quickly usually following the institutional needs of solving information management situations; they do not have a clear career path and are easy caught on the border of different many little data managing crisis; They find it difficult to retain a feeling of continuous build-up of skills as the opportunities for training are rare or the funding in these regards is scarce» (16).

8 São apresentados seis grupos de macro-competências: Gestão de biblioteca (onze domínios); Pessoal e interpessoal (seis domínios); serviços públicos (onze domínios); serviços técnicos (cinco domínios); Tecnologia nuclear (seis domínios); Sistemas TIC (doze domínios).

9 Entre as questões abordadas foram consideradas o auto-conceito profissional; a valorização da formação inicial e permanente; a perceção das necessidades formativas; a visão da relação com a tecnologia; a visão da situação profissional em geral; a visão da situação da organização; a visão da evolução do perfil profissional; a visão da evolução das instituições documentais e a visão da evolução dos serviços.

10 Deve também ser referida a organização da *European Librarian Theatre – First International and european focused sessions*, em 2009, visando promover uma visão europeia e comparações entre países. Entre os temas abordados destacamos dois: 1. – *European librarians in the future: comparisons across Europe* – discutindo quais os temas comuns na Europa sobre o futuro da profissão; as dificuldades para o futuro: estratégias de preparação e salvaguarda nacionais para a profissão e formas de recrutamento, 2. – *New roles for librarians: a country comparison* – discutindo a variedade de papéis e competências existentes, as formas de mudança e os relacionamentos com os utilizadores. Outras iniciativas relevantes têm sido levadas a cabo por associações profissionais como o CLIP e LIANZA. Sobre estas experiências Broady-Preston e Cossam (2011) consideram o desenvolvimento de esquemas de formação contínua formais de motivar e regenerar a profissão, podendo contribuir para a melhoria global da sua imagem.

2011) com algumas das mais importantes bibliotecas nacionais a marcar o seu posicionamento reflexivo, revendo e antecipando tendências colectivas: A British Library publicou a sua visão para 2020 (British Library Board, 2010), a National Library of Wales apresentou a sua estratégia até 2020 (National Library of Wales, 2010), a National Library of Scotland antevê os serviços até 2030; a National Library da Nova Zelândia desenvolveu o documento *New Generation Strategy to 2017* e a British Library em conjunto com a Joint Information Systems Committee (JISC), a Research Information Network, a Research Libraries UK e o SCONUL encontram-se a desenvolver o projeto *A vision for the academic library and information services of the future* (2010-2011). De destacar também o projeto LIMES – *Library and Information Management Employability Skills* – uma das iniciativas profissionais levada a cabo no Reino Unido pela Universidade de Loughborough (2004-2006), tendo como objectivo criar redes e comunidades de práticas entre universidades da área I-D e de profissionais. Outro objetivo visou o diagnóstico dos *gaps* de competências no setor, envolvendo os cursos universitários, as associações profissionais (BAILER e CILIP) e os especialistas de agências de emprego. As suas áreas de intervenção foram: marketing; auditoria de informação; gestão de coleções; catalogação e indexação; atendimento; implementação e manutenção de sistema de gestão; marketing; negociação. Utilizaram o Portfolio de desenvolvimento profissional RAPID – *Recording Academic, Professional and Individual Development*. O projeto pode ser consultado em <<http://www.ics.headacademy.ac.uk/limes/>>.

• **Gestão das carreiras** – Apesar da gestão de carreiras ser uma preocupação recente no quadro da gestão das relações de trabalho, deve ser aqui mencionado os estudos pioneiros sobre padrões alternativos da carreira de bibliotecário: Koenig (1991) que referencia áreas de desenvolvimento da carreira fora das fronteiras profissionais tradicionais e a necessidade de desenvolver competências transferíveis; Robertson (1998) apresenta os casos de bibliotecários com carreiras alternativas, criando uma nova designação: «any librarian in an information-based job not traditionally recognized as standard or 'normal' could be considered a practitioner of alternative librarianship» (26). Uma síntese destas propostas pode ser encontrada em

Weech, Scott (2005) e continuada em obras mais recentes, como é o caso de Rimland e Masuchika (2009) para carreiras em áreas de negócio. A adoção de uma perspectiva pluralista tem como consequência a necessidade de reformular o conceito de carreira, de forma a transformá-lo num instrumento analítico ajustada a novas configurações. A proliferação de modos de inserção profissional, formas de mobilidade e trajetórias profissionais são comuns aos países desenvolvidos. Hall e Abell (2006) falam de um mercado *e-information*, difuso mas em que são mais valorizadas as competências de informação do que as competências TIC. Henninger, *et al.* (2011) e Moreira González e Vergueiro (2012) confirmam esta tendência de agregação de corpos profissionais através das competências. Gordon (2008) sintetiza as transições para as novas oportunidades de carreira, cobrindo áreas como avaliação dos pontos fortes e fracos e a conciliação de múltiplas competências em carreiras ponte/transição.

Posturas éticas na sociedade de Informação – As mudanças de papéis e de valores não devem ser vistas como sinónimo de perigo de perdas de identidade, sendo que a investigação em torno dos papéis reflete maioritariamente esta tendência: «Aliás, num mundo em que a economia impera, os mercados são determinantes para a formação e mudança de valores em provavelmente todas as profissões. E os textos que tratam da relação de mercado e habilidades e competências raramente tratam das identidades e dos valores, mas de formar profissionais que respondam a esse mercado.» (WALTER, 2004: 295). Embora tenha havido um número de inquéritos sobre princípios éticos das bibliotecas, o mesmo não se aplica aos valores dos profissionais (DOLE; HURYCH, 2001). Um dos estudos referência é o de Burd (2003) que merece uma leitura atenta. Nesse estudo os bibliotecários expressaram o seu desejo de prestar um serviço excelente e uma forte dedicação para desenvolver o seu desenvolvimento profissional e competências, suportando o estudo de Finks (1989) na área dos valores de trabalho «which includes desires to be competent, to work well, to be successful, to have autonomy, to work in a supportive environment, to be committed to excellence, to be a life-long learner and to be willing to improve ourselves. It adds to his taxonomy the desire for cooperation, collaboration and teamwork.» (7). Outras referências são os trabalhos de Gorman (2000) e Hauptman

(2002), o inquérito internacional da IFLA (2002) coordenado por Robert Vaagan, a reflexão de McMenemy (2007) e o código de ética da ALA (2010), em que são apresentados valores profissionais de acesso, criação de cultura de leitura, difusão de conhecimento e literacia, neutralidade, confidencialidade e objectividade, qualidade e eficiência e respeito pelo copyright. Em Portugal desde 2000 que existe um código de ética profissional (coord. Vigário, 2000) que fornece orientação nos relacionamentos entre profissionais, com os utilizadores e com a informação. Para Walter (2004) estes estudos são importantes para compreender as identidades, servindo de impulso positivo/ negativo para a carreira e para a profissão. As novas gerações, incorporam o que percebem e incluem novos olhares e paradigmas. As questões relacionadas com a Sociedade de informação colocam a necessidade de novas revisões éticas. Para Capurro (2001) a ética da informação é a forma de reflexão sobre as possibilidades de realização da liberdade humana em contextos informacionais, bem como a troca, combinação e utilização desta informação. Floridi (2010, 2012) tem vindo a desenvolver o conceito de *infosfera*, visando representar o complexo ambiente informacional de produção e consumo da informação. Este ambiente tecnológico condiciona três aspetos: a informação como recurso ético, a informação como produto ético e a informação como alvo ético, perspectivados no Modelo RTP – Resource-Product-Target, uma vez que as questões éticas ainda não registam dinâmica de discussão convergente. Uma outra área de investigação emergente é a da *ética criativa* (FLORIDA, 2002) em torno da identidade e valores da classe criativa, nomeadamente o culto do estilo individual, enquanto expressão da criatividade; auto-afirmação, aceitação da diferença e desejo de experiências multidimensionais, trabalho informal e autonomia: «Where people once found themselves bound together by social institutions and formed their identities in groups, a fundamental characteristic of life today is that we strive to create our own identities. It is the creation and re-creation of the self, often in ways that reflect our creativity, that is the key feature of the creative ethos» (FLORIDA, 2002: 7).

Valor das competências – O conceito de valor das competências de informação é ainda pouco explorado na investigação e deverá estar

associado à análise do valor da informação para o utilizador e a teorias materialistas, idealistas e críticas (WEISSINGER, 2005). O valor dependerá da perceção do utilizador. Saracevic e Kantor (1997) abordam os diferentes tipos de valor: «In other words, the value of being informed is intrinsic. The value of information is extrinsic or instrumental. The value of an information service is contributory. The value of an information object may be inherent [...]. It is hard to show the intrinsic value of being informed of the inherent value of an information object. [...] This last aspect of contributory value is a most important concept when studying value of library and information services.» A sua ligação à produtividade tem sido amplamente estudada desde os anos 70, sendo uma das linhas de investigação atuais, o estudo dos impactes das bibliotecas, nomeadamente as mudanças nas competências, atitudes e comportamentos e sucesso na investigação, estudo e trabalho (POLL, 2005; MARKLESS; STREATFIELD, 2006; STREATFIELD; MARKLESS, 2009; KOLTAY; LI, 2010). A profissão I-D insere-se nas atividades enquadradas no setor cultural, um setor em mudança de paradigma no desenvolvimento económico e social, para integrar crescentemente novas dimensões culturais e criativas, num movimento de aglomeração e aproximação de atividades, profissões, ambientes e comportamentos, implicando o reforço das condições de atração de profissionais dos setores da cultura com competências para «criar novas formas significantes» (FLORIDA, 2005).

Identidade profissional – As referências com múltiplos significados ao profissional e ao profissionalismo são uma constante desde a década de 80, chegando a ser afirmado por Kennan *et al.* (2006) existir uma falta de clarificação sobre competências e qualificações e emergindo um «composite information Professional with a cross section of all information skills» (194). A questão da identidade profissional dos profissionais de I-D tem sido bastante debatida nos últimos anos, nomeadamente o processo de profissionalização e o papel na sociedade, a vulnerabilidade da profissão e a competição com outros grupos¹¹, bem como um dos «campos de batalha» mais

¹¹ Mueller (2005) e Walter (2004) consideram que a identidade dos bibliotecários tem vindo a ser alterada por competição de outros grupos, confirmando-se a tendência de que cada um deles se desenvolve identidades segmentadas e múltiplas num único profissional nas várias áreas de vida e em

antigos na profissão, as alterações curriculares necessárias¹². É importante referir que os países possuem diferentes tradições educacionais neste campo profissional, com impactos diferenciados nas suas estratégias nacionais. É também o caso da União Europeia, como é referido por estes autores: «Some countries have a well established tradition in LIS university programmes, while others have just recently established LIS programmes at the university level. Labour markets are also very different in each region, and the LIS programmes have to be aware of the local/regional labour market.» (25).

Esta fase de transição envolve a identificação e exploração de novos e diferentes modelos mentais na profissão¹³ (PARTRIDGE, 2011), tornando-se, assim

diferentes grupos. A autora dá o exemplo da transformação dos cursos de Biblioteconomia em Ciência da Informação, redimensionando outro tipo de identidades. A profissão ainda procura uma identidade «conforme atestam os vários textos que discutem papéis, funções, habilidades, currículos, ideais e, principalmente, mercados potenciais de actuação.» (WALTER, 2004: 292). Os interesses que permeiam estes processos são transversais às profissões, significando maior ou menor poder na disputa dos mercados, implicando refletir sobre o núcleo de competências a permanecer ou a alterar, pela revisão do corpo docente, marketing profissional e práticas profissionais.

¹² Este tema é muito amplo, abarcando várias situações à escala nacional, profissional e internacional. Em Portugal, o Conselho Superior de Bibliotecas criou em 1995 um grupo de trabalho para propor medidas relativas à formação e aptidões do bibliotecário na emergente sociedade da informação, contribuindo para a modernização das bibliotecas. Para Barulas (1996), membro do conselho, deveriam ser considerados 3 eixos: mercado, concorrência e recursos, alertando para a concorrência, entre universidades mas também entre áreas de estudo e investigação que confluem no domínio da informação. Defendia também a existência de um corpo docente em exclusividade, afirmando que o mercado e a concorrência serão no médio e longo prazo, os agentes penalizadores de soluções que não considerem a qualidade e as saídas profissionais. O processo de Bolonha congregou todas as partes interessadas numa discussão em torno do Ensino Superior em Informação e Documentação. A ABBAD organizou a Conferência *Os profissionais da Informação em Contexto Europeu: perfis, formação, mobilidade* (2005) e convidou os diretores dos diversos cursos de formação superior para refletirem sobre duas questões: como vian a formação IAD em Portugal face às mudanças previstas e como os cursos se iriam adaptar a elas. A ABBAD considerou uma oportunidade para a melhoria da qualidade, designadamente da estrutura e dos conteúdos curriculares, do corpo docente, da metodologia de ensino-aprendizagem, da base científico-didática e da promoção da investigação. A maioria das propostas apresentadas utiliza o *Euro-referencial de competências IAD* como base de desenvolvimento curricular. Para mais informação ver *Cadernos IAD* (2006, 1).

¹³ Nesta revisão deverão ser incluídas as questões do acesso público e privado à informação nas novas dinâmicas do mercado da informação e a necessidade da criação de empresas de serviços de informação enquanto forma de ocupação de um território empresarial ainda por explorar (BARGET, 2007).

primordial, identificar as competências essenciais no desenvolvimento da carreira de cada profissional e as formas como constrói o seu património pessoal e o capitaliza ao longo da vida (PINTO; OCHÔA, 2006).

Uma das áreas não exploradas em Portugal diz respeito ao estudo das razões da escolha da profissão. Cabral (1996) referia que «são obscuras as razões que levam o cidadão comum a optar por esta profissão embora os porquês da decisão sejam muito importantes pelas repercussões sociais. Não correspondendo a nenhuma chamada, qual o facto então que impele para esta carreira? Faltam estudos e os inquéritos existentes não são fiáveis. Será o gosto pelos livros? Será a esperança de que o ambiente profissional traga a tranquilidade ambicionada? De que se conseguirá, por esta via (julgada) calma, escapar à tensão e competição desenfreada que se ouve referir a propósito de outras profissões? [...] Por acaso, teremos bibliotecários que escolheram a profissão como um mal menor (i. e. tenho que fazer alguma coisa, vou ser bibliotecário) ou por exclusão de partes (i. e. não gosto disto, não posso ser aquilo, não consigo ser aqueloutro, então vou ser bibliotecário)?» (43). É imprescindível a existência de estudos nesta área, como o provam Hallam e Partridge (2005: 2): «the future of the profession itself is closely aligned with the quality of the students graduating from the library and information science (LIS) courses».

Várias investigações¹⁴ têm posto em evidência que as múltiplas competências dos profissionais de I-D continuam a ser pouco conhecidas, tanto pelos seus utilizadores como pelos empregadores e que um foco de tensão profissional constitui a estratégia que garanta o reconhecimento social: «passer du non-dit à l'explicite, passer du silence et de la modestie à l'affirmation» (BERTRAND, 2003). Segundo Boraud-Membrède (2009) os bibliotecários falam do seu trabalho e pouco da sua profissão, confirmando a visão de um «métier introuvable» (BERTRAND, 1995) e a própria história da profissão, cuja autono-

14. Um estudo marcante é a da imagem e dos papéis que os bibliotecários assumem (ARANT, 2001) que apresenta as percepções dos profissionais e dos utilizadores em relação às atitudes comportamentais e competências, bem como imagem no cinema, na literatura, teatro/ópera e projeções para a carreira. Veja-se o estudo de Jönale (2002) que conclui que uma percepção generalizada junto dos utilizadores é a de que qualquer pessoa que trabalhe numa biblioteca é um bibliotecário e frequentemente ficam surpreendidos pelo tipo de formação especializada que um bibliotecário possui. E conclui: «In some arenas we are changing how patrons view us, but only in a slow... and it's happening very slowly. Do we ourselves feel and reinforce the negative image of librarians today by not being more 'in your face' about who we are and what skills we bring to the party? How can we encourage people to see us technologically savvy, while at the same time keeping our traditional skills?».

mização é relativa, por ocupar uma posição intermediária (SEIBEL, 1988), em busca de uma legitimidade disputada do exterior e contestada interiormente. Para esta investigadora, a imagem do bibliotecário erudito encontra-se obsoleta e a inovação necessária à profissão implica **uma reflexão na ação, sobre a ação e sobre as representações que os bibliotecários fazem das novas técnicas nas formas como lidam com as práticas profissionais respeitantes aos documentos e aos públicos.**

Esta profissão é conhecida pela variedade de perfis profissionais tradicionais (bibliotecário, arquivista, documentalista), estando dependente de modelos formativos¹⁵, empregos e desempenhos sem grande visibilidade social. Para Storey (2009) citado por Baiget (2011) devem ser realçadas oito qualidades positivas dos bibliotecários que os distinguem de outras profissões: «1. Graduados con conocimientos en TIC listos para trabajar en bibliotecas y construir para las futuras generaciones de lectores, dispuestos a embarcarse en un camino de enseñanza y aprendizaje permanente. Gente que interactúa con los profesionales de las TIC en un terreno común, pero que llega a las reuniones conjuntas con un programa al servicio de la biblioteca. 2. Ilustrados en el sentido más antiguo y general de la palabra. Necesitan saber algo sobre los libros y su historia intelectual. 3. Ellos mismos buenos lectores. Uno de los principales atributos profesionales que tenemos es que la gente piensa que

15 A formação específica na área da documentação-informação teve início em meados de oitocentos em bibliotecas e arquivos, formando profissionais em que os conteúdos curriculares assentavam num modelo historicista (Paleografia, Diplomática, Bibliologia, Arquivologia e Sigilografia), complementado posteriormente pela ênfase na normalização e procedimentos de tratamento de informação. Nos finais do século XIX surgem as associações profissionais na Europa (1895) e nos Estados Unidos (1876) que se destacam pela promoção de cursos de formação. Na mesma linha de atuação surgiu a BAU - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em 1973. O ensino universitário destinado a estes profissionais só ganhou relevo em 1926 e só na década de 40 se generaliza, com destaque para os cursos médios (Undergraduate Major in Librarianship), superiores (Bachelor's) e pós-graduação (Master Degree). Para Malheiro da Silva (2005), em Portugal ainda predomina o paradigma tecnicista, empírico-patrimonialista e casual, surgindo como a função justificativa da existência de Arquivos e bibliotecas, sustentando-se visões parcelares entre valor probatório versus valor informativo e intelectual, verdade administrativa versus cultura científica e técnica, vontade de instruir versus intenção de entreter. Ribeiro (2004) afirma a necessidade dos profissionais apostarem no reforço da sua identidade epistemológica, através do investimento académico na Ciência da Informação. Um outro problema pode ocorrer, à semelhança do que é apontado no caso dos formadores de professores: na transição para funções no ensino superior, muitas vezes sem apoio e orientação, um profissional bem sucedido pode não corresponder às competências necessárias à docência, havendo por isso uma importante ligação entre a aprendizagem dos futuros bibliotecários e a dos seus formadores.

leemos mucho. 4. Profesionalmente tienen una perspectiva global. Continuamente comparan sus bibliotecas con otras del mismo tipo en cualquier parte del mundo e importan las mejores prácticas. 5. Sentido de la importancia del trabajo, junto con un sentido de la proporción, sentido del humor, sentido del decoro, sentido de ocupar un lugar único en su universidad y de que su universidad es un lugar único, y por encima de todo, un sentido de maravillarse de las novedades junto con el sentido común de lo práctico. Por ejemplo, al considerar la adopción de nuevas tecnologías, tienen mucho cuidado para garantizar que funcionen y que aportarán un beneficio duradero y sostenido. 6. Totalmente comprometidos con el libre flujo de información, el acceso abierto, la libertad de información, especialmente frente a las presiones del mercado internacional global y la comercialización de la información a través de la Web. 7. Expertos en relaciones públicas, participando plenamente en la promoción de sus servicios en las comunidades de lectores. 8. Vigilantes del gasto de dinero público cuando se trata de negociar con los proveedores comerciales» (13). Na obra *No brief candle: reconceiving libraries for the 21st century* (2008: 64) defende-se que os bibliotecários devem exigir mais das suas publicações profissionais and «should publish widely and often on intellectual and philosophical issues facing the profession and scholarly communication and research in general, publish in journals outside the profession, and contribute to conferences outside the profession.» Broady-Preston e Steel (2002) salientam a importância do marketing na gestão da imagem profissional e da qualidade dos serviços prestados.

A dinâmica da aprendizagem ao longo da vida é uma estratégia europeia para o desenvolvimento profissional, que importa também avaliar. Ian Johnson (2008) coloca várias questões importantes:

«In an increasingly complex environment, where the skills of the reflective practitioner have to be applied to significant investment decisions, will employers value the high level of expertise in the systematic collection, analysis and interpretation of evidence to resolve problems in systematic collection, analysis and interpretation of evidence to resolve problems in service development and delivery that is developed at Doctoral level, and encourage and support staff to move in this direction? Much has been written about evidence-based practice in other professions, and libraries support for it, but have we internalised and promoted this concept ourselves?» (17).

Na linha do desenvolvimento profissional Fisher, Hallam e Partridge (2005) defendem estratégias pessoais e coletivas para o reconhecimento da *profissão aprendente* (*learning profession*) que importa também definir.

Estudar a evolução das carreiras é por isso uma dimensão com interesse crescente, a par da análise sociológica da profissão (BORGES, 2008). Várias áreas de investigação convergem na análise dos saberes profissionais sublinhando vários aspetos (CARIA, 2002, 2008)¹⁶:

- As dimensões reflexivas e interativas do social;
- A análise dos processos identitários;
- A análise dos processos formativos e desenvolvimento da profissionalidade;
- A análise das relações entre poder e conhecimento;
- As formas de academização dos saberes profissionais e relações das profissões com a ciência;
- O estudo dos processos de construção sócio-histórica dos grupos profissionais;
- A análise do uso do conhecimento e da racionalização da cultura profissional.

O uso do conhecimento envolvido na reflexão institucional permite ainda identificar/desenvolver o sentido interpretativo e o sentido estratégico dos bibliotecários, associando dinâmicas sociais relativas aos efeitos das trajetórias profissionais de determinados indivíduos; aos efeitos das posições sociais intermédias nas relações intra-grupo; aos efeitos de desfasamentos de poder entre posições sociais e poderes sociais dos mesmos indivíduos em determinados contextos; aos efeitos da atualização de rotinas e regras face a mudanças sociais de vários tipos (CARIA, 2002).

¹⁶ Desde 1999 que se desenvolve em Portugal uma linha de investigação sobre o trabalho e o conhecimento em grupos profissionais, com a participação de investigadores de várias origens institucionais e disciplinares – *Análise Social do saber profissional em trabalho técnico – intelectual*. Têm abordado as seguintes temáticas: a análise sócio-histórica de institucionalização de grupos profissionais na articulação entre associações, Estado e processos de socialização escolar e não escolar; a análise dos processos de construção identitária individualizada, relativos à articulação das trajetórias sociais com as modalidades de integração dos profissionais nos mercados de trabalho e nas culturas organizacionais.

A história de vida e o estudo das narrativas são fundamentais para o estudo das trajetórias e carreiras profissionais, nomeadamente dos padrões emergentes de competências e conteúdos de formação, valorizando o percurso profissional auto-gerido e as modalidades inter-pares.

Perspetivas intergeracionais

Para além da história das profissões e da análise sociológica dos seus modelos de profissionalização em cada país, a perspetiva de análise do curso de vida tem vindo a atribuir uma *maior atenção para as diferenças entre cohorts e a sua reação perante os modelos de trabalho e carreira* (VENDRAMIN, 2008). Essas diferenças podem existir desde as expectativas quanto à profissão até ao futuro das suas carreiras (RIVERIN-SIMARD, 2000), sendo necessário estudar transições, trajetórias e carreiras para compreender as suas implicações no futuro, desde relações inter-geracionais e coesão social até à equidade geracional.

Segundo Bengston e Aschenbaum (1993: 11) destacam-se quatro temas na análise social e de políticas para definir geração: 1. geração como uma *cohort* de idade, operacionalizada como um grupo nascido entre um intervalo de cinco ou dez anos – critério utilizado para análises macrosociais; 2. geração como uma linha descendente de parentesco operacionalizada como sucesso social/biológico e utilizado para análises em nível micro; 3. geração como geração histórica ou subgrupos de *cohorts* de idades (elites), operacionalizada como um movimento social, conduzido por subgrupos etários em níveis macrosociais de análise; 4. geração como um grupo de idade operacionalizado por *cohorts* e um nível macrosocial de análise.

Duas correntes de debate intergeracional pautam a análise: a sociologia da estratificação por idades e a economia política do envelhecimento. O modelo de equidade intergeracional assume que as divergências entre os grupos de idade são marcantes, competindo jovens, adultos e idosos por recursos escassos. Chauvel (2002) classifica ainda as trocas entre gerações em seis dimensões: estrutural, associativa, afectiva, consensual, normativa e solidariedade funcional.

A mobilidade intergeracional no trabalho e a análise dos seus fluxos tem vindo igualmente a receber atenção por parte dos investigadores¹⁷. Verdamin

¹⁷ Nos estudos norte-americanos e australianos existe uma linha de abordagem dos temas ligadas à gestão dos recursos humanos que destaca as múltiplas gerações que compõem os profis-

(2008) estudou os tipos de relações face ao trabalho por parte de três grupos geracionais (com menos de trinta anos; entre os trinta e cinquenta anos e acima dos cinquenta anos), estabelecendo uma tipologia de envolvimento que apresentam «visions of work, expectations of work, visions of career and management, relationships in knowledge and learning and specific expectations towards public policies» (4). Entre os resultados encontrados, destaca-se a inexistência de correlação entre diferentes formas de relações com o trabalho e a idade/geração, tendo todos os grupos etários sido associados aos diferentes tipos. O que os diferencia são as dinâmicas das suas trajetórias individuais.

São frequentes os estudos noutras profissões que incidem nas abordagens intergeracionais (*cohorts* interdependentes) no trabalho, nomeadamente sobre os valores éticos e áreas potenciais de conflito intraprofissional, como a competição pelo reconhecimento e valor do seu desempenho. Outros tópicos incidem no estudo da liderança, tutoria/coaching, estratégias de retenção de pessoas e desenvolvimento de carreira¹⁸.

Esta linha de investigação realça a heterogeneidade das formas flexíveis e a diferenciação de situações de emprego, conjugadas com a posse de diferentes capitais de competências em diferentes momentos dos percursos individuais

sionais no ativo (por exemplo, GORDON, 2006; ZEMKE; RAINES; FILIPCZAK, 2000; SAYERS, 2007). São consideradas as seguintes gerações: **Veterans** – nascidos no período entre a Grande Depressão e a II Guerra Mundial, reconhecidos pelas suas visões fortes de Deus, Família e País. Os seus valores incluem o respeito pela autoridade, lealdade, trabalho árduo e dedicação; **Baby boomers** – Cresceram num tempo de prosperidade económica, dão valor à juventude, saúde, satisfação pessoal e bens materiais. São otimistas e acreditam que a sua geração mudou o mundo; **Geração X** – atualmente entre os 30 e os 40 anos, necessitando de encorajamento para perspetivar o longo termo e não desistir com facilidade. Pretendem envolver-se com o trabalho e apreciam o estímulo constante; **Geração Y** – também conhecida pelas milenares e os próximos, inclui elementos entre os 18 e os 26 anos. São inteligentes, centrados no estilo de vida, independentemente dependente, informais e tecnológicos, céticos e impacientes. Pretendem controlar e envolver-se, ter objetivos e sentido de mudança, entretenimento e poder, bem como oportunidades para usar a sua criatividade e ganhar um salário competitivo. (ZEMKE; RAINES; FILIPCZAK, 2000; ARANT; BENEFIELD, 2003; SAW; TOGO, 2007) Outros modelos consideram outras nomenclaturas: – **Depressão & PGC** (1930-1946); **Baby Boomers** (1947-1966); **Baby Busters** (1967-1979); **Baby Boom Echo** (1980-1995); **Millenium Busters** (1996-2010).

¹⁸ Veja-se por exemplo, o estudo sobre enfermeiros realizado por Duchsher e Cowin (2004) onde se apresentam quatro gerações de profissionais com éticas profissionais e perspetivas de trabalho diferentes, preferindo diferentes maneiras de gerir e de ser gerido. Os autores concluem que é necessário criar um mosaico de oportunidades de carreira, bem como expectativas novas neste ambiente institucional misto.

nas suas implicações nas trajetórias profissionais¹⁹, analisando as linhas de continuidade, de reconfiguração e de extensão (CUTSHAW, 2011) numa abordagem transversal no setor cultural em parâmetros como o desempenho simultâneo de várias atividades (acumulação e polivalência), tipo de vínculos e precarização do trabalho (GOMES; MARTINHO, 2009).

Estudos sobre bibliotecários

Não existem em Portugal estudos sobre as várias transições que caracterizam a inserção dos diplomados I-D no mercado de trabalho (RIBEIRO, 2007)²⁰, nem

¹⁹ Deve ser destacada a introdução do tema no último Congresso IAD, onde foram lançados vários tópicos para discussão (BARATA; RAFAEL; ÓCHOA, 2012): o desenvolvimento de um *Diagnóstico da Profissão*, com o enfoque nos grandes temas da profissão e nos profissionais (abordando temas como o pensamento e o conhecimento profissionais, estudos sobre conceções éticas, sobre práticas em fases diferenciadas da carreira, dilemas profissionais); a promoção de análises das mudanças no trabalho organizacional (utilização de tempo, flexibilidade, mercado de trabalho e perspetiva de inabilidade, impacto na empregabilidade percebida e impacto na segurança do emprego, aprendizagem e desenvolvimento de competências, identidade profissional); constituição de um *arquivo de memória da profissão* e alargamento da agenda de discussão dos perfis profissionais a grupos de foco com elementos de várias gerações, permitindo abranger visões e projetos profissionais intergeracionais.

²⁰ Ao contrário do que se verifica em Espanha, onde não só existem vários estudos sobre a temática (MOREIRO; MOSCOSO; ORTIZ, 1995; MOREIRO et. al., 2008; TEJADA, 2003), como também se considera que a biblioteconomia e documentação é uma área em expansão no mercado de trabalho (MOREIRO; SANCHEZ-CLADRADO; MORATO; MORENO, 2009). A avaliação do mercado de trabalho/cursos universitários tem sido analisada pela Agência Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (ANECA, 2004) e pela ECIA (2004). Um estudo recente (MOREIRO, et. al., 2009) focaliza-se na adequação entre os planos de estudo e a sua correspondência com as necessidades do mercado de trabalho, utilizando para tal sistemas de organização de conhecimento e processos de indexação automática. Foram recolhidas 1087 ofertas de trabalho na Web de Documentación, tendo sido identificadas um total de 269 palavras-chave, cobrindo 10 áreas de trabalho: imprensa, instituição educativa, bancos, editoras, comércio, saúde, recursos humanos, indústria, consultoria, financeiro. Os descritores de atitudes incidiram na iniciativa e espírito empreendedor, capacidade de trabalhar em equipa, capacidade de trabalho, responsabilidade, criatividade. Entre as tarefas mais procuradas encontram-se a catalogação, elaboração, implementação e manutenção de bases de dados, organização de arquivo e indexação e classificação. Um estudo idêntico está atualmente a ser levado a cabo no Brasil aplicado à taxonomia de competências de Informação-Documentação (MOREIRO GONZALEZ; VERGUEIRO, 2012). Neste país, Baptista e Mueller (2005) registam a diminuição da presença do Estado como tendo originado alterações nos empregos em serviços de informação e o aparecimento de oportunidades na área do trabalho autónomo e na área de negócios e tecnologia, embora não percebidas pelos bibliotecários. Um reflexo disso encontra-se no discurso da profissão, ainda muito tradicional. Uma das razões apontadas prende-se com a indefinição das atividades nesta área de atuação e por não haver

é conhecida a taxa de desemprego, novas formas de emprego ou processos de entrada/saída na vida ativa (OCHÓA; PINTO, 2005). Na história da profissão em Portugal, são realçados marcos legislativos de legitimação dos saberes teórico-metodológicos e operatórios na Administração Pública e no ensino superior.

Uma das primeiras reflexões realizadas em Portugal sobre este tema foi realizada em 1995, a propósito do relatório Bangemann (1994) e das conclusões sobre o aparecimento de novas profissões e qualificações, com a organização pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto de uma mesa redonda sobre formação profissional. Na sua participação, a representante do curso de Especialização de Lisboa, Margarida Pino (1996) questionava: «Teremos em Portugal um mercado de trabalho capaz de absorver um número maior de profissionais de Biblioteca e Documentação? Se sim, por quanto tempo? Desconhecemos a realidade das necessidades do mercado de trabalho para este sector, pelo que considero urgente, numa altura em que todos pensamos nas alterações curriculares, que se faça um inquérito de modo a detectar os possíveis empregadores e as necessidades de informação dos mesmos.» (62-63).

Atualmente, assiste-se a um número crescente de alunos nos Cursos de Mestrado em Ciência da Informação em várias universidades públicas e privadas e desde a década de 2000 que é notória a emergência das instituições universitárias como produtores dos futuros profissionais, condição essencial para a profissão ser socialmente reconhecida. Até essa década, muitos dos profissionais não tinham habilitação para o exercício da função,

uma evidência da importância das competências *in situ* da sua aplicação no livro e em bibliotecas. Este estudo sobre a taxonomia das competências é por isso importante para se compreender as mudanças surgidas nas ocupações e respetivas designações no mercado de trabalho, considerado um mercado crescente de ofertas exigente. Os estudos sobre as mudanças no mercado de trabalho *in situ* tiveram início em 1969 com o estudo de Wasserman e Hamdy. Em 1986, Myers refere que o mercado de trabalho da informação está ainda em processo de definição ou, nas palavras de Cronin (1983), invisível. Myers cita Slater (1984) para atribuir à multiplicitade de funções do profissional em *continuum* com fronteiras fluidas em constante expansão. Outros marcos são os estudos de Cronin, Stieffler e Day (1993) e, a nível internacional, os estudos da Federação Internacional de Informação e Documentação (1997), da Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation (1998) e da IFLA (1996, 2003), importantes pelos critérios de identificação dos mercados emergentes. Em 2011 foram apresentados os resultados do estudo do Australian Learning and Teaching Council Priority Project que analisou o mercado de trabalho na perspectiva de empregadores e empregados. O estudo foi coordenado por Helen Partridge.

exercendo sem qualquer validação das suas competências, verificando-se uma pluralidade de papéis e experiências profissionais.

Estes cursos possuem uma dimensão qualificante, determinante para a inserção profissional, garantindo uma atividade profissional demarcada e identificável, suscetível de ser enquadrado no conceito de *sociedade antecipatória* (MERTON, 1965), já que caracteriza o processo pelo qual um indivíduo aprende e interioriza os valores de um grupo (de referência) ao qual deseja pertencer. Pinto (1999) e Veloso (2009) consideram que o conceito se aplica no âmbito da problemática das identidades socioprofissionais e aos elementos manifestados pelas pessoas relativamente à projeção do seu futuro, aos seus projetos e aspirações profissionais. Embora possa constituir uma construção imaginária de um futuro, pode ser um atrativo que conduza à preparação metódica do caminho que a aspiração lhe faz antever (CHOMBART DE LAUWE, 1975).

Segundo Mallet (1999) os movimentos de mão de obra entre profissões são consideráveis, mesmo entre os não principiantes, significando que as organizações tendem a reproduzir as suas escolhas de recrutamento/promoção, mantendo a combinação de recrutamentos de jovens (mais diplomados) e promoções de ativos de todas as idades (em geral, menos diplomados). A ausência de rutura no comportamento das organizações e a lentidão da substituição dos não diplomados por diplomados são evidências que devem ser analisadas por representarem um papel essencial na evolução da profissão. «A oferta de jovens mais escolarizados e mais diplomados, geração após geração, que se inserem na população ativa, modifica as estruturas de competências das profissões através de um efeito simples de desvio. O processo desenvolve-se como se as diferentes profissões se abastecessem no mercado de trabalho em função do que aí encontram e não em função das suas necessidades específicas. A evolução dos níveis de diploma por profissão explica-se mais pela produção geral de diplomados do que por comportamentos específicos de recrutamento por cada profissão. [...] Algumas delas consomem os diplomados, outras subconsumem-nos.» (60-61).

O estudo das mudanças geracionais em bibliotecas é escasso e incide normalmente no estudo de duas gerações em idade laboral, privilegiando uma geração mais idosa e a geração que entra no mercado de trabalho verificando-se que até aos anos 90, a mistura geracional era rara e sempre marcada pela formalidade e hierarquia (SAYERS, 2007).

Sobre os posicionamentos de várias gerações de bibliotecários em Portugal, registamos ainda o estudo do Observatório da Profissão de Informação-Documentação sobre a (auto)imagem das competências (PINTO; OCHÔA, 2006) com os seguintes resultados.

No que toca, à variável idade, diferentes gerações mantêm algum equilíbrio nas suas preferências, mas destacam-se alguns posicionamentos:

- A geração mais velha (mais de 69 anos) prefere a pesquisa de informação, a compreensão do meio profissional, a comunicação interpessoal, as tecnologias de informação e comunicação, a gestão global da informação e a comunicação institucional.
- Os profissionais com idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos valorizam, sobretudo, a pesquisa de informação e a compreensão do meio profissional.
- A geração dos 50 aos 59 anos prefere a comunicação interpessoal.
- A geração com mais de 40 anos prefere o relacionamento com os utilizadores e clientes e a pesquisa de informação.
- As gerações com menos de 40 anos preferem a pesquisa de informação. Note-se que, para aqueles que têm menos de 20 anos, o relacionamento com os utilizadores e clientes, a compreensão do meio profissional, comunicação interpessoal, as tecnologias de informação e comunicação, gestão global da informação e a comunicação institucional são também muito importantes.

Entre as competências menos referidas encontramos algumas que são fundamentais nas áreas de gestão e determinantes para o sucesso organizacional: o diagnóstico e avaliação, a gestão de projetos e planeamento e o marketing.

Também as diferenças de geração se verificam nas competências menos valorizadas: a geração com mais de 69 anos considera menos importantes a gestão de recursos humanos, o diagnóstico e avaliação e a concepção informática de sistemas de gestão documental; a geração com 60-69 anos considera menos importante o desenvolvimento informático de aplicações; as gerações dos 20 aos 59 anos referem a venda e difusão; as gerações com menos de 20 anos destacam a gestão orçamental.

No seguimento desse relatório, foi realizado um estudo exploratório, apre-

sentado e publicado pela IFLA, intitulado *Careers, skills and professional dilemmas* (OCHÔA; PINTO, 2009), tendo como objectivo analisar a carreira de quatro gerações de profissionais portugueses, numa amostra de 20 elementos face a quatro dinâmicas profissionais: padrões de transições, discurso profissional sobre dilemas de carreira, orientação de carreira e análise de competências. Os resultados são apresentados na Tabela 1, onde fica patente as diferenças entre as várias gerações.

Tabela 1 – Dinâmicas profissionais de quatro cohorts

<i>Cohorts</i>	Padrões de transições	Discurso Profissional sobre dilemas de carreira	Orientação de carreira	Análise de competências
Profissionais 1970	Transição motivada pelas tarefas e condições de trabalho e ajustamentos de estádios de carreira. Transição frequentemente planeada. Períodos de três anos. Maioria pretende ter uma vida futura ligada a bibliotecas.	Planeamento da carreira feito a pensar nas consequências futuras. Sucesso associado à congruência entre os resultados organizacionais e os individuais. O papel da liderança no desenvolvimento da carreira é destacado.	Carreira Proteana. Envolvimento em questões profissionais (associações). Forte identidade profissional. Mistura de grandes e baixas expectativas no início da carreira.	Competências tradicionais. Auto-confiança. Ciclos longos.
Profissionais desde 1980	Transições motivadas pelas oportunidades oferecidas pelo alargamento do sistema biblioteconómico nacional.	Planeamento da carreira aspirando à promoção vertical.	Carreira Proteana. Envolvimento em temas da Sociedade da Informação.	Competências tradicionais e competências TIC. Formação por iniciativa própria ou da organização.

<i>Cohorts</i>	Padrões de transições	Discurso Profissional sobre dilemas de carreira	Orientação de carreira	Análise de competências
	Períodos de transição de sete anos.	Sucesso associado a oportunidades de novas experiências dentro ou fora da biblioteca e a uma promoção rápida. O papel das dinâmicas organizacionais é destacado.	Identidade profissional forte. Grandes expectativas no início da carreira.	Ciclos médios.
Profissionais desde 1990	Transições motivadas pelas melhores posições organizacionais. Períodos de transição de cinco anos.	Gestão de carreira ligada a formação contínua. Sucesso associado com a inovação tecnológica na biblioteca. O papel dos indivíduos e da rede de relacionamentos é destacado.	Carreira Proteana e sem fronteiras. Envolvimento nos valores e missão organizacionais. Identidade profissional forte. Grandes expectativas no início da carreira.	Interesses em atividades baseadas em áreas de especialização. Importância de competências de autoavaliação e antecipação de necessidades de formação. Ciclos curtos.
Profissionais desde 2000	Transições motivadas pela perda de trabalho, contratos de curto termo e sentimentos negativos sobre a carreira. Muitos consideram a profissão como uma ocupação temporária.	Competências de empregabilidade ligadas a estratégias de marketing pessoal. Sucesso associado com variedade de experiências. O factor do acaso e da sorte é mencionado.	Carreira sem fronteiras. Envolvimento com estratégias de aprendizagem ao longo da vida. Identidade profissional diluída. Expectativas baixas no início da carreira.	Ocupações variáveis. Auto-eficácia e construção de portfólios de competências pessoais para múltiplos contextos. Ciclos curtos, miniestágios em funções e organizações.

O estudo recomenda a realização de mais investigação para examinar o efeito da gestão de carreira e gestão de competências noutras variáveis no domínio da avaliação do desempenho e das práticas de auto-eficácia.

Neste tipo de investigação é possível ir mais longe através da metanarrativa que requer a integração de múltiplos níveis de análise das perspetivas histórica, sociológica, psicológica, cultural e contextual (KLENKE, 2002), podendo as metanarrativas de um grupo de profissionais ser analisadas como *depositárias de sentido* (GABRIEL, 2000).

Esta investigação foi consolidada com uma nova abordagem intergeracional na tese de doutoramento *Transições profissionais na Sociedade de informação em Portugal: percursos identitários e ciclos de competências dos bibliotecários portugueses (1973-2010)*, integrando múltiplos níveis de análise das perspetivas histórica, sociológica, psicológica, cultural e contextual e apresentando uma metanarrativa depositária de sentido de um grupo de profissionais pertencentes a *cohorts* diferentes²¹, a quem foram realizadas entrevistas semi-diretivas (história de vida)²².

Na construção do guião da entrevista foram usadas quatro abordagens com interesse na análise intergeracional:

1. A *Teoria da Construção da Carreira* de Savickas (1993, 2002, 2005), considerado um modelo teórico integrado da carreira (INKSON, 2007). Tem como principal objetivo explicar os processos interpretativos e interpessoais através dos quais os indivíduos atribuem significado e direção ao seu comportamento de carreira, procurando entender como é que os indivíduos interpretam e representam as tarefas que determinado contexto lhes coloca. Este modelo incide na autoreflexão sobre os dados da carreira objetiva e subjetiva em três áreas: *personalidade*

²¹ Os *cohorts* foram definidos pelas décadas em que os seus elementos iniciaram a sua atividade profissional: a década de 1970 - *Cohort A* e a década de 1980 - *Cohort B*. Seguiu-se de perto a análise de um estudo finlandês (ASTORJAINEN; HOUTTONEN; KAUPPIA; HOPPELAINEN, 1996) que considera este tipo de análise com um elevado valor num tempo de rápidas mudanças sociais, já que pessoas de vários *cohorts* registam de maneiras diferenciadas. *Cohort* é definido como um grupo de pessoas nascidas num período de tempo idêntico e que se encontram unidas por experiências de vida semelhantes bem como um *background* cultural coerente.

²² A entrevista, enquanto uma metodologia de investigação tem sido estudada por vários autores provenientes de diferentes ciências sociais. Numa entrevista de investigação biográfica, cada interveniente, com papéis distintos, utiliza a linguagem para moldar a trama de palavras e a produção da narrativa. O entrevistado, através de uma escuta ativa, é co-produtor da narrativa.

vocacional (capacidades, necessidades, valores e interesses relacionados com a carreira), *adaptabilidade da carreira* (constructo psicossocial que caracteriza a prontidão e os recursos de um indivíduo para lidar com as tarefas de desenvolvimento correntes e eminentes, transições profissionais e traumas pessoais) e *temas de vida* (referentes à seleção de experiências específicas da história de vida, narradas pelo próprio, realizando escolhas significativas, contextualizando-as no tempo e espaço). A narrativa pessoal é a base do estudo da carreira, *explicando as escolhas e os significados individuais*: «Career stories tell how the self of yesterday became the self of today and will become the self of tomorrow» (SAVICKAS, 2005: 58).

2. O modelo de Caron (2001) – *Taxinomia das estratégias de gestão de carreira*²³. Este modelo contempla a esfera profissional e a esfera pessoal, posicionando as estratégias de acordo com as áreas extra-pessoais, interpessoais e intrapessoal, num total de 30 estratégias identificadas cientificamente.
3. O modelo de *life-course research* de Phyllis Moen²⁴ (2001) que enfatiza a importância dos contextos em que se desenrolam os vários papéis, colocando as narrativas da vida face ao género, geração e processos de vidas ligadas²⁵ (*linked lives*), transições e trajetórias.

²³ Existem outros instrumentos possíveis de utilização numa investigação deste tipo baseados na abordagem construtivista do aconselhamento de carreiras: o *Life Career Assessment*, um procedimento de avaliação qualitativa baseado numa entrevista estruturada, particularmente útil quando se abordam os problemas de inaptidão e obsolescência profissional; o *Career Transition Inventory*, construído para avaliar os recursos internos e os obstáculos dos adultos em fase de transição de carreira, realçando cinco fatores: o nível de preparação; a confiança (em si); a peregrinação; o controlo; a independência na decisão. Este instrumento está ligado às escalas de identidade vocacional.

²⁴ Esta investigadora norte-americana tem como principais áreas de pesquisa as dinâmicas dos percursos de vida; carreiras; trabalho, família e reforma e envelhecimento que constituem também pontos de referência abordados neste trabalho. Dá particular importância às ligações entre o trabalho e a família e às alterações nos modelos típicos de carreira *balance* – gestão das necessidades profissionais/tempo de trabalho versus necessidades de família/tempo de família, focalizada nos problemas de conciliação dos dilemas de gestão de tempo individuais e a *career anytime*, focalizada no curso de vida profissional tripartido com início na vida escolar/emprego ao longo da vida/estudo profissional/reforma. Este conceito incorpora a ideia de envolvimento intenso na empregabilidade e emprego como essencial ao sucesso. Este modelo não representa a realidade atual do trabalho, propondo Moen o modelo do *curso de vida assente no género* (*gendered life-course*) que enfatiza as dinâmicas e complexidades das vidas, diferenciando as situações de trabalho por género.

²⁵ O conceito de *vidas ligadas* engloba as principais interações com outras pessoas que interagem ao longo da vida nos momentos de viragem, transição e trajetórias escolhidas e vividas (MOEN, 2001).

4. *O inventário de Preocupações na Carreira* (SUPER; THOMPSON; LINDEMAN, 1985)²⁶ – Baseado no *Inventário de transições de carreira* (HEPPNER, 1991, 1998) mede estádios de desenvolvimento: ESTÁDIO EXPLORATÓRIO (cristalizar, especificar, implementar); ESTÁDIO DE ESTABELECIMENTO (Estabilizar, consolidar e promover); ESTÁDIO DE MANUTENÇÃO (manter, actualizar, inovar) e o DECLÍNIO (desacelerar, planejar a reforma, viver a reforma). Descreve os fatores psicológicos implicados no desenvolvimento da carreira e contribui para a avaliação das preocupações da carreira dos indivíduos, apresentando atitudes consideradas essenciais para a adaptabilidade vocacional e na carreira que tem a intenção de avaliar o planeamento e prever o futuro sobre o trabalho de cada um. A versão original contém 60 items. Na construção do guião da entrevista foi considerada a listagem nas fases de transição da carreira.

Foi ainda aplicado um questionário baseado no *Inventário de Âncoras de Carreiras de Schein* (1993) onde são tipificados 8 conjuntos de autopercepções relativas a talentos e habilidades, motivos e necessidades, atitudes e valores que as pessoas têm em relação ao trabalho que desenvolvem. As âncoras profissionais são uma combinação de competências, interesses, aspirações e valores que representam a essência do profissional. Podem ser utilizadas para identificar áreas de contribuição ao longo da sua trajectória e identificar padrões de trajectórias:

- **Empreendedorismo** – preocupação com a criação de algo novo, envolvendo a motivação para ultrapassar obstáculos, a vontade de correr riscos e o desejo de proeminência pessoal naquilo que é alcançado;
- **Competência técnico-profissional** – preocupação com o desenvolvimento da perícia pessoal e especialização;
- **Estilo de vida** – preocupação em desenvolver um estilo de vida capaz de equilibrar as necessidades da carreira e da família, de modo a que nenhuma delas se torne dominante;
- **Desafio puro** – preocupação primária com a resolução de problemas aparentemente irresolúveis, com a possibilidade de vencer oponentes duros e de ultrapassar obstáculos difíceis;

²⁶ A versão Portuguesa do *Adult Career Concern Inventory* foi desenvolvida por Maria Eduarda Duarte entre 1992 e 1996 (DUARTE, 2000).

- **Autonomia** – preocupação com a liberdade e independência, com o não ser constrangido pelas regras da organização, com o fazer as coisas à sua maneira;
- **Segurança no emprego** – preocupação com a estabilidade e com a garantia de emprego, segurança, benefícios e condições de aposentação;
- **Serviço e dedicação** – utilização das capacidades interpessoais e de ajuda em serviço dos outros, comprometimento com uma causa importante na vida e conseqüente devoção a ela;
- **Gerir pessoas** – preocupação central com a integração dos esforços dos outros para a obtenção de resultados e com a articulação das diferentes funções de uma organização.

Os objectivos da investigação visaram *identificar, sistematizar e caracterizar* as transições profissionais de bibliotecários, nas dinâmicas²⁷ e fatores que permitam explicar a variedade de percursos identitários, ciclos de competências e carreiras na Sociedade de Informação. Entre os fatores explicativos, dois assumem particular interesse: as carreiras e as competências, objeto de maior atenção neste artigo.

Carreiras

Um dos impactes da Sociedade de Informação é na gestão das carreiras (SAVICKAS, 2000) e na emergência de *carreiras sem fronteiras* (ARTHUR, 1996). Outro impacte ainda pouco estudado é a análise das *mudanças nos padrões de carreira intra ou intercohorts* (MAYRHOFER, 2006). *O termo carreira é utilizado para designar as atividades desenvolvidas por um profissional ao longo da sua vida ativa, descrevendo-se o percurso de um profissional.* Esta conceção de carreira tem igualmente subjacente a ideia de avanço/promoção, tendo em conta que, ao longo do seu percurso profissional, o indivíduo vai realizando tarefas de maior complexidade, prestígio e responsabilidade. A esta ideia de movimento vertical, junta-se outra de deslocações horizontais entre funções, tendo nos últimos anos a carreira de

²⁷ A análise das dinâmicas do campo profissional pode ser consultada na comunicação *Da exclusão à convergência: contributos para o estudo das dinâmicas profissionais (1973-2010)* apresentada no XI Congresso da BAI (OCHÓA; MOSCOSO, 2012). A perspetiva da evolução da carreira BAI na administração pública foi anteriormente estudada e desenvolvida por Ochóza e Busata (2010).

um indivíduo passado a ser considerada diferente de qualquer outro. Este novo sentido implica o acumular de atividades e experiências que um indivíduo vai prosseguindo ao longo da vida e que são responsabilidade do próprio – a trajetória profissional. *Carreira será o resultado da relação entre trabalho e tempo, entendendo-se trabalho, em sentido amplo, incluindo a forma como o indivíduo se relaciona com outros indivíduos, organizações¹⁸ e a sociedade.*

A carreira não requer uma ligação estável a um setor de atividade específico, nem a progressão ascendente na hierarquia da organização ou no estatuto profissional. Podem existir períodos de atividade permanente e não permanente, com vários ciclos de atividades.

Na perspetiva individual, as *trajetórias profissionais que cruzem fronteiras devem ser investigadas* para se compreender melhor as interações complexas entre as competências de carreira, as organizações e a *carreira sem fronteiras (boundary-less career)* no desenvolvimento e acumulação do seu capital de carreira, desenvolvendo uma *cartografia de competências dos profissionais*, especialmente na transição de uma carreira tradicional para uma carreira sem fronteiras (SULLIVAN, 1999) e noutros tipos de transições entre *fronteiras ocupacionais; entre fronteiras organizacionais; mudanças no significado dos relacionamentos do emprego; relações em rede; entre fronteiras e papéis e entre fronteiras nos papéis*. Para esta autora (478) «as we move towards a generation of workers who have career patterns different from those still ingrained in our educational systems and

¹⁸ Lima das áreas de relacionamento com as organizações diz respeito ao *contrato psicológico* que se estabelece entre elas e os indivíduos. Argyris (1960) utilizou o conceito, sendo depois desenvolvido por Levinson, Price, Munder e Solley (1963) e Schein (1965), definido como as expectativas acerca da obrigação recíproca que compõem uma relação indivíduo-organização, baseadas em prémios percebidos e significações implícitas (Bassioni, 1989). Para Rousseau (1996) os indivíduos estão abertos a novos contratos apenas em determinados momentos, um fenómeno psicológico denominado «processamento descontínuo de informação», que ocorre durante experiências individuais de mudança. Este é um passo importante para a gestão das competências (GARCIA, RODRIGUEZ, 2000). Mayrhofer (2009) analisa as mudanças verificadas pela alteração das carreiras neste tipo de contrato, passando de *relacional* (compromisso mútuo de longo termo; valor no relacionamento, confiança) para *transacional* (troca de curta duração de benefícios e serviços). O valor reside nas trocas verificadas e não no relacionamento, baseado no desempenho. Os trabalhadores oferecem capacidade para a mudança e flexibilidade, elevado desempenho, elevado compromisso; as organizações oferecem desenvolvimento de talento, segurança no trabalho, empregabilidade. Esta é uma das áreas de investigação recomendadas, especialmente para analisar como as organizações gerem estes novos contratos psicológicos, promovendo a empregabilidade e equilibrando necessidades organizacionais e individuais (BASSIONI, 2006).

some corporations, new theories delineating the different types of employment relationships need to be developed.»

Aspetos pessoais como o *auto-conceito* e a *identidade* (HALL; MIRVIS, 1995) são influenciados pelas mudanças na carreira. Um indicador da reconstrução identitária reside na importância das transições para cada profissional (NICHOLSON; WEST, 1989; IBARRA, 1999) sendo *importante analisar os significados pessoais destes temas nas narrativas sobre a trajetória profissional*, (MCADAMS, et al., 2001), aliados ao interesse e à pertinência da *utilização da tipologia de âncoras de carreira* (SCHEIN, 1975, 1978, 1987) *numa perspectiva de análise dos seus efeitos nas transições* (FELDMAN; BÓLINO, 1996; KILIMNIK; RODRIGUES, 2000).

Na investigação realizada neste trabalho, foram utilizados três conceitos específicos de carreira:

- A *âncora de carreira*²⁹ (SCHEIN, 1978), cujo foco na autoavaliação de competências, necessidades e valores traduz a variedade de experiências no trabalho, constituindo uma identidade de carreira com consequências na satisfação e na estabilidade das ambições profissionais. É possível possuir mais do que uma âncora de carreira.
- A *carreira Proteana*, cujo foco se encontra na obtenção de sucesso na carreira subjectiva através de comportamento vocacional autodirigido³⁰. Os profissionais de Informação-documentação bibliotecá-

29 O conceito teve origem num estudo longitudinal com 44 profissionais em entrevistas que focalizavam a história da vida profissional e as razões das suas escolhas. Schein (1987) propôs três categorias de questões no âmbito do auto-conceito: Quais são as minhas competências, os meus pontos fortes e as minhas fraquezas? O que me motiva? Como me sinto em relação ao meu trabalho e àquilo que faço? Quais os valores que uso para julgar as minhas acções? As âncoras de carreira são desenvolvidas a longo do percurso profissional, não sendo todas estáveis e duráveis. A sua importância teórica é maior em momentos de transição. Quanto maior for a consciência de si melhor será a tomada de decisão sobre a mudança a efectuar. Para isso precisam de ter capacidade reflexiva e de auto-avaliação, caso contrário o conhecimento da âncora de carreira não terá qualquer impacto. Este conceito veio alargar a escolha vocacional de Holland (1973) ao integrar para além dos interesses, as suas competências e valores, destacando ainda a variedade de trajetórias possíveis numa profissão e as consequências desta visão plural. Demonstrou também que as diferenças nas carreiras entre grupos de profissionais da mesma profissão pode ser tão grande como as diferenças entre indivíduos em diferentes ocupações. Um outro contributo tem a ver com a congruência entre o que avalia e o que procura, dando alguma estabilidade ao auto-conceito. Feldman e Bolino (1996) tentaram uma reconstrução do conceito, ao qual adicionaram três variáveis: ajustamento de papel, conflitos de papéis e bem-estar psicológico.

30 Constituem traços fundamentais o bem-estar psicológico, a responsabilidade individual, o percurso de carreira caracterizado pela sucessão de mudanças de identidade e aprendizagem

rios que desenvolvam atitudes de carreira proteana, intentam usar os seus valores individuais para conduzir a sua carreira.

A *carreira sem fronteira* (*boundaryless career*) (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996) focaliza-se no cruzamento das duas dimensões da carreira – objetiva e subjetiva – em múltiplos níveis de análise, incluindo a posição organizacional, a mobilidade, a flexibilidade e o ambiente de trabalho³¹. A mobilidade inter-organizacional e a imprevisibilidade são determinantes (DEFILLIPI; ARTHUR; 1996; INKSON, 2006). Nesta abordagem destacam-se três conceitos e o método de análise e reflexão de *carreiras inteligentes* baseadas em competências de carreira³² (ARTHUR, *et al.*, 1995; ARTHUR, *et al.*, 1999):

- *Conhecer porquê* (*Knowing why*), relacionado com a motivação na carreira, significado pessoal e identificação, expectativas, pontos fortes e fracos.
- *Conhecer quem* (*Knowing whom*) é importante pela rede de contactos que se estabelecem. O resultado é o desenvolvimento de comunidades de carreira com benefícios no apoio aos indivíduos. É o caso do *coaching* que fornece visibilidade e apoio a novos membros da profissão³³.
- *Conhecer Como* (*Knowing how*) está relacionado com as competências e conhecimentos relevantes acumulados ao longo do tempo.

continua ao longo da vida; senioridade em função da carreira e não da idade; o esperar da organização novos desafios; não valorizar programas formais de formação e os elementos chave do sucesso saber aprender, em vez de saber-saber, empregabilidade em vez de segurança no emprego, a vida como um todo em vez de apenas o trabalho.

³¹ Constituem traços fundamentais: a identidade derivada do profissional/profissão; percurso de carreira em múltiplas organizações; carreira gerida pelo próprio, valorização da aprendizagem e procura de aprender a aprender; sem lealdade a qualquer empregador; disponível para assumir riscos; realização pessoal e satisfação como maiores prioridades; aberto à mobilidade.

³² Os autores basearam-se no conceito de Quinn (1992) de *empresa inteligente*. O conceito é usado para estruturar o desempenho ou preparar transições. Os modelos de competências fornecem evidências de desempenho.

³³ O *coaching* ou o mentor/tutor é uma modalidade de relacionamento formal ou informal de carácter profissional entre um profissional mais experiente (o mentor) e um menos experiente. Na *Lisbon Conference on the future of learning* (2008, dezembro), foi realçado o papel das redes de aprendizagem em contextos organizacionais e o papel relevante dos referenciais profissionais, nos quais a tutoria constitui uma parte fundamental para o desenvolvimento das competências individuais.

Esta competência é transportada para várias organizações e é orientada para a aprendizagem contínua.

Nesta proposta as competências são obtidas através da educação, trabalho e experiência de vida e acumulam-se em capital de carreira³⁴.

Em 2004, Baruch alargou este modelo, introduzindo mais três tipos de conhecimento:

- **Saber o quê (*Knowing what*)** – referindo-se à avaliação das oportunidades e ameaças, estando em permanente atualização para beneficiar a organização.
- **Saber onde (*knowing where*)** – conhecimento do lugar certo para atingir os seus objetivos de carreira, aplicando-se também ao local certo para receber a formação adequada ao desenvolvimento das suas competências.
- **Saber quando (*knowing when*)** – ter a noção do tempo exato em que se deve fazer as escolhas certas de atividades.

Os bibliotecários portugueses possuem crenças e conceções acerca de alguns aspetos de desenvolvimento da carreira que consideram importantes, como, a sua articulação com o desenvolvimento da Sociedade de Informação e o uso de novas tecnologias, entre outros³⁵ (BARRULAS, 1998). Estas opiniões encontram-se alicerçadas nas visões que os bibliotecários têm sobre o seu desempenho no passado e que é uma área a investigar, merecendo *especial destaque a investigação dos valores individuais – as âncoras de carreira* – estabelecidos ao longo da carreira e a sua ligação aos percursos identitários e ciclos de competências profissionais.

34 Nas palavras de Parker (2002) a carreira inteligente oferece uma forma distintiva de relacionar aspetos situacionais da carreira de um profissional: «Someone's knowing – why motivation to work in a particular occupation or industry will influence development of knowing-how skills and knowledge pertinent to that field. Working along side others with similar skills will affect knowing-whom relationships that can provide support and access to information. The relationship will also reinforce or confront the knowing-why identity associated with working in the particular field. The interconnections among the three ways of knowing are continuously played out over the course of an individual's career. Strength in one of the areas may be leveraged to develop capability in the other two.» (87). Esta teoria tem sido usada na área da orientação vocacional para avaliar a carreira subjetiva, nas dimensões do significado do trabalho.

35 Barrulas refere que os bibliotecários foram os profissionais que mais rapidamente começaram a interrogar-se e a refletir sobre as implicações das Tecnologias de Informação e Comunicação na sua profissão.

A importância de se adotar uma visão interdisciplinar (SCHEIN, 2007) e a necessidade de taxinomias e tipologias de estudo de carreira como área de investigação transversal a diversas disciplinas científicas permite analisar três dimensões: 1. o nível de análise (individual *versus* organizacional); 2. a objetividade (carreira objetiva *versus* subjetiva); 3. o tempo (em vários sentidos: totalidade da duração de vida; estádios confinados no tempo, um ciclo de vida individual ou um ciclo de vida institucional e organizacional). De acordo com Hedman (2005), o estado da profissão tem sido amplamente debatido, sendo ainda necessário debater as mudanças intraprofissionais numa perspetiva social mais alargada e estudar o grupo profissional, enquanto utilizadores de informação, uma área completamente inexplorada³⁶.

Existe a necessidade de desenvolvimento de teorias que contribuam com novos dados sobre os principais fatores que influenciam os padrões de carreira, ligando micro e macro perspectivas, individual, organização e sociedade, ação e estrutura e as suas fronteiras, tendo como ponto de reflexão que se tornarão mais fluidas e virtuais e que é necessário traçar essa dicotomia (SENNETT, 2002). Toda esta dinâmica torna a *biblioteca em transição*, integrando características, vantagens e inconvenientes dos paradigmas, impresso e digital e providenciando formas de acesso à informação integradas em modelos de colaboração em todos os contextos de criação, disseminação e uso do conhecimento, levando a que muitas das competências que serviam para definir a identidade profissional do bibliotecário sejam redefinidas e a que seja difícil antever os novos modelos de serviços de bibliotecas. Nesse sentido, apresenta-se a *estratégia de competir, complementar e cooperar na economia da experiência*, como uma das soluções possíveis para a sobrevivência profissional.

36 Hedman (1997, 2005) desenvolveu um estudo académico sobre o percurso de especialização dos bibliotecários em competências na procura de informação e as formas de usar as TIC (apresentação e mediação) visando avaliar «the potential central transition phase between educational and occupational practices» (p. Juntamente com Oluf Sundin (2005) realizou uma interessante análise sobre as relações das profissões e as identidades ocupacionais, concebendo o espaço de trabalho como um local de encontro entre bibliotecários e clientes, mas também um local onde competem interesses profissionais, relações de poder e identidades ocupacionais. Sundin, num outro estudo (Sundin; Sorensson, 2005) explica a importância do papel simbólico da informação na profissão de bibliotecário: «Within LIS a standard knowledge/career model can be traced to information theory such as it was formulated around 1950. Day (2001) demonstrates how this transmission metaphor has since influenced the way in which much of 'information' has been viewed by the LIS research community and by the profession as a transmittable central medium [...] How information is given meaning should be seen in relation to those interests that contribute in creating and maintaining these meanings. Within LIS this can be exemplified by how the transmission metaphor is maintained by identifying the discipline as primarily technical» (p. 127).

Segundo Vera Borges (2008), a reorganização do mundo das bibliotecas ocorre a par da construção de uma pluralidade de identidades profissionais no seu seio, afirmando que se verifica uma co-ocorrência de acontecimentos entre profissionais e organizações, desafiando os profissionais a salvaguardar a sua competência profissional, a sua responsabilidade e a sua criatividade.

Três conceitos assumem particular importância no estudo³⁷ de carreiras longas e nas suas ligações intergeracionais:

- O conceito de *manutenção profissional* (*maintien professionnel*) (LIMOGES, 1987) que assume particular destaque por englobar um conjunto de estratégias, atitudes e comportamentos para evitar o *burnout* e a obsolescência, sendo apresentado como um novo paradigma para o Século XXI³⁸. A taxinomia de estratégias de gestão de carreira (CARON, 2001) compreende 32 estratégias de manutenção, nas esferas profissional e pessoal³⁹: envolvimento; inovar; aprender; estudar; produzir (+); restringir, reconhecer, recusar, suspender, recuar; reservar tempo para si (-); exprimir, afirmar-se, comunicar, ironi-

37 Outras áreas consideradas (PICKSON, 2010) são os contextos das carreiras, as questões económicas, tecnológicas, institucionais e sociais, o mercado de trabalho, as fronteiras das carreiras; a interface e equilíbrio entre o trabalho e a família; tendências atuais que afetam as carreiras; visões prospetivas; desenvolvimento da carreira e ciclo de vida; diferenças psicológicas entre indivíduos; relação entre os papéis desempenhados e as ocupações; planeamento e tomada de decisão; papel e identidade, estruturas e tipos de carreiras; sucesso na carreira objetiva e subjetiva; carreiras e redes; discurso e narrativa da carreira; práticas profissionais (planeamento, improvisação e ação). McCash (2010) sugere temas como carreira e aprendizagem; ética; estilos de gestão de carreira; crenças de desenvolvimento da carreira; visões de futuro.

38 Limoges defende a interação constante entre indivíduo-meio envolvente, verificando-se um estado de obsolescência (*desinvestimento e desequilíbrio na carreira*) quando existe carência na relação com o meio envolvente e a inexistência de estratégias eficazes de manutenção. Identifica seis tipos de posicionamento/decisão (a que chama ocasiões de carreira) ao longo da vida e sem uma ordem definida: I - Tomar uma decisão; II - Realizar uma decisão; III - Manter uma decisão; IV - Rever uma decisão; V - Fazer a transição entre duas decisões ou tomar uma nova decisão; VI - Anular uma decisão. «Prendre décisions et les réaliser (Occasions de type I et II) sont des occasions mobilisantes, mais une fois réalisées, il s'agit de les maintenir.» (LIMOGES, 1989: 35). Na esfera profissional, a manutenção procura restabelecer o equilíbrio, o que irá permitir realizar o projeto profissional.

39 Nos seus estudos de aplicação da taxinomia, Caron (2001) constatou a existência de trabalhadores com índices de *burnout* e obsolescência equivalentes, que denominou de duplo-perfil. Limoges (2001) considera estes casos como estando em transição. Segundo as suas pesquisas exploratórias encontram-se os seguintes tipos: trabalhadores em manutenção - 47%, trabalhadores com índices de obsolescência - 23%, trabalhadores com índices de *burnout* - 18%, trabalhadores com índices de transição necessária - 12%.

zar, informar-se, prospectivar; seleccionar, delegar, cessar; estruturar, refletir; questionar-se; concentrar; mudar; imaginar; auto-motivarse; controlar, comunicar, frequentar; cultivar, praticar, treinar, consumir, satisfazer, relaxar.

- Os conceitos de *maturidade na carreira* e de *adaptabilidade na carreira* pela sua noção da temporalidade. Partindo da distinção entre carreira objectiva e subjectiva, Savickas (1991) defende que as carreiras subjetivas emergem de uma experiência temporal que se caracteriza pelo conhecimento da relação entre o passado, o presente e o futuro. A aprendizagem sobre o tempo é um *percurso transversal* que engloba a *perspetiva temporal*, a *diferenciação temporal* e a *integração temporal*, conceitos que funcionam como alicerces da carreira. Este conceito pode ser definido como a capacidade de um indivíduo fazer uma série de transições profissionais bem sucedidas perante as mudanças do mercado de trabalho, das organizações e do conhecimento. Assume particular importância em momentos de tomada de decisão que antecedem a transição profissional.
- O conceito de *identidade profissional* (KHAPOVA, ARTHUR, WILDEROM, SVENSSON, 2007) como elemento chave para a mudança na carreira e para as transições e o seu papel na mobilidade interorganizacional e intra-organizacional, Sullivan, Carden e Martin (1998) desenvolveram uma grelha taxonómica integrando modelos de desenvolvimento de carreira e a literatura sobre estruturas organizacionais. *Os tipos de carreira são diferenciados pela transferibilidade das competências e pelos valores de trabalho internos.*

Segundo Sullivan (1999) estes sucessivos modelos em revisão teórica constante implicam futuras questões de investigação: «What factors, such as personality and demographic characteristics influence an individual's adjustment when making the transition from a traditional to a boundaryless career? What new or revised measures can be used to capture learning ministries or recycling over an individual's lifetime?» (464). Esta questão foi aprofundada no âmbito da investigação, possibilitando uma abordagem exploratória de carreiras I-D em Portugal, nomeadamente os ciclos de aprendizagem e desenvolvimento de competências.

Competências

A gestão de competências assume um papel crucial numa carreira de sucesso (KUIJPERS; SCHYNS; SCHEERENS, 2006), baseada em seis competências de gestão de carreira: *atualização; realização de objetivos e valores pessoais; reflexão sobre a carreira; exploração do trabalho; controlo da carreira e networking.*

A noção de *temporalidade da competência* é determinante para a gestão da carreira e, à semelhança das competências organizacionais, as competências profissionais podem ser classificadas segundo um ciclo de vida, traduzido em quatro fases (SPARROW; BOGNANO, 1994):

- Emergentes;
- Declinantes/obsoletas;
- Estáveis ou essenciais;
- Transitórias.

O tipo e a qualidade das competências adquiridas graças a um determinado diploma educativo formal, ou a um nível de educação, diferem consoante o diploma tenha sido obtido nos anos 60 ou nos anos 90. Verifica-se a concorrência nas profissões entre diferentes gerações, entre os diplomas e a experiência.

Para Buechtemann (1999) as mudanças nas categorias profissionais caracterizam a estrutura das profissões dos ativos ocupados, modificando também as competências em todos os graus da hierarquia profissional, devendo ser analisada a evolução da formação para explicar as transformações endógenas das profissões e as mudanças no capital humano: intelectual, social e emocional.

O capital intelectual refere-se às capacidades cognitivas, conhecimentos, competências, experiência e potencial de aprendizagem do indivíduo e necessita de ser continuamente atualizado.

O capital social refere-se a quem se conhece, sendo a capacidade de articular o conhecimento individual com o de outras pessoas crucial para a geração e partilha de conhecimento.

O capital emocional diz respeito à forma como as pessoas gerem contextos facilitadores da criação de conhecimento. De um ponto de vista económico são considerados dois tipos de obsolescência: técnica e económica. A obso-

lescência técnica afeta o nível de capital humano possuído por um trabalhador, no sentido em que se perdem competências. A obsolescência económica afeta o valor do capital humano que um trabalhador possui devido a desenvolvimentos externos.

Os *gaps* de competências⁴⁰ verificam-se quando os trabalhadores possuem tipos/níveis de competências inadequados aos objetivos dos empregadores ou quando novos elementos no mercado de trabalho demonstram ter qualificações para a ocupação mas não possuem todas as competências necessárias, registando-se uma tipologia de *gaps* de competências em torno das necessidades laborais:

- Quando as qualificações são inadequadas comparadas com as necessidades do posto de trabalho (sobre qualificação/subqualificação e sobreeducação/subeducação);
- Quando os empregos são inadequados comparados com as qualificações (sobreutilização e subutilização);
- Quando se verifica desemprego (registado, escondido);
- Quando se verifica escassez ou excesso de trabalhadores com competências específicas.

Os processos e dinâmicas do desenvolvimento de competências alinhados com as necessidades existentes não estão ainda suficientemente estudados. As investigações recentes destacam os seguintes aspetos:

- *Mudanças na procura de competências*, por exemplo na literatura económica sobre competências tecnológicas;
- *Mudanças no desenvolvimento de competências*, na literatura sobre o impacto do investimento em capital humano;
- Análises das discrepâncias entre a procura de competências e o seu desenvolvimento no Mercado de trabalho;
- *Mudanças tecnológicas e organizacionais* induzem a obsolescência das competências, analisando-se a redução dos níveis de obsolescência

40 Para Van Looy (2008) a avaliação dos *gaps* de competências apresenta-se como um problema de definição, um dilema classificatório e um puzzle de perspetivas. Este autor considera ainda ser fundamental equacionar se este tema será temporário, um fenómeno transitório ou um problema permanente.

através da participação em atividades formais e informais de aprendizagem por iniciativa dos trabalhadores por terem percebido atempadamente a perda de competências.

Tanto os riscos de obsolescência como a existência de discrepâncias de competências estão ligados à necessidade de uma política de aprendizagem ao longo da vida, com ações de desenvolvimento de competências inseridas numa política de gestão de recursos humanos, a cargo das universidades, organizações e dos próprios indivíduos (OCHÔA; PINTO, 2008).

Um dos problemas recorrentemente referidos diz respeito à sua *classificação*, colocando-se algumas questões:

- A competência deverá ser medida separadamente como aptidões, conhecimento e atitudes ou, deverá ser medida de uma forma holística, combinando aptidões, conhecimento e atitudes?
- Devem ser medidas as competências genéricas ou específicas?
- Devem ser considerados os aspetos amplos/transversais ou os detalhados/específicos?

As competências transversais possuem a vantagem de serem aplicáveis a um maior número de ocupações laborais, enquanto a competência especializada, possui a vantagem de ser adequada a um tipo específico de emprego/trabalho.

As competências específicas possuem mais importância quando a análise se focaliza na produtividade e nas transições para novas tarefas ou trabalhos no curto prazo, enquanto as competências transversais apresentam vantagens numa perspetiva de análise a longo prazo, já que se mede capacidades como a capacidade de adaptação a novas necessidades e a empregabilidade.

Uma outra área problemática corresponde às formas de *medir os níveis de competências* (ALLEN; VAN DERVELDEM, 2005). Medição e teste são duas formas objetivas de medir as competências. Análise por supervisão, autoavaliação e grelha de requisitos do posto de trabalho são medidas subjetivas. Uma das dificuldades apontadas consiste em impedir que os trabalhadores desenvolvessem apreciações valorativas, pelo que é sugerido a opção da descrição das atividades, ainda que sujeitas a subjetivismo, parcialidade e dificuldades de expressão. Parente (2008) sugere que seja solicitado ao trabalhador que descreva, com o máximo de detalhes, as atividades profissionais que tem desenvolvido ao longo da sua trajetória (desde o percurso escolar até à situa-

ção de emprego atual), colocando questões às razões desse percurso para que sejam discriminados os fatores que o influenciaram e as causas favoráveis e/ou desfavoráveis que determinaram os acontecimentos. Desta forma, promove-se uma apreciação dos factos e despoleta-se julgamentos acerca do passado e presente, centrados em acontecimentos significativos da atividade do trabalho e em experiências marcantes a nível profissional⁴¹.

O que deve ser medido é igualmente discutível: *deveremos medir os requisitos necessários, as competências possuídas ou o uso atual?* E se medirmos o uso, deveremos medir a *frequência ou a importância do uso?* No âmbito desta discussão surgem ainda questões sobre quem define os *requisitos* e qual a *extensão* que essa definição deve ter para ser consistente com o permanente processo de mudança dos postos de trabalho.

A medição da *coincidência da competência* é outro problema de desfasamento de competências. O desfasamento de competências (*skill mismatch*) possui diferentes interpretações na literatura de investigação. Um tópico muito discutido é o desfasamento vertical ou horizontal, referindo-se o primeiro a situações em que o nível de competência é superior à requerida pelo posto de trabalho.

O desfasamento horizontal refere-se à situação em que os trabalhadores possuem o nível de qualificações requerido pelo posto de trabalho mas competências diferentes. Garcia-Espejo e Ibáñez (2006) consideram a sua interligação, uma vez que a sobrecompetência e a subcompetência não abrangem a heterogeneidade de competências entre os indivíduos que possuem o mesmo nível educacional.

Outro tipo de problema *prende-se com os estudos que descrevem a opinião⁴² de profissionais acerca das competências desenvolvidas ou adquiridas*. Os inquiridos tendencialmente exprimem as opiniões e representações que têm sobre elas

41 A análise de experiências pode seguir várias perspetivas: uma cognitiva, na qual a partir da observação dos indivíduos em situação, se procura construir modelos operatórios das atividades; uma perspetiva interacionista que situa a experiência nos seus contextos sociais e ajuda uma outra sobre a transformação da experiência (JOURNÉE-DUBOIS, 2003).

42 Os trabalhadores são consensuais quanto ao tipo de saberes teóricos utilizados, contudo, é difícil precisar o *nível, a extensão e o grau de domínio destes saberes*. Esta dificuldade é acrescida caso o investigador não domine os saberes implícitos à atividade profissional em análise. Os saberes práticos decorrentes da experiência são, geralmente, os que os trabalhadores descrevem com facilidade, quer ao nível da metáfora, quer ao nível da representação figurativa. Os restantes tipos de saberes apelam a um estudo pormenorizado, pois comovem para questões técnicas e metodológicas singulares.

(ZARIFIAN, 2001), sendo difícil que identifiquem problemas. Para contornar esta situação Parente (2008) sugere que o investigador assuma um papel ativo, usando uma matriz de análise para identificar as representações das atividades «mutiladas pelos sujeitos da investigação». Todavia a autora considera não existir um método garantido e fiável de identificação e medida das competências, pois existirão sempre questões epistemológicas e de carácter metodológico por resolver, devendo, sempre que possível utilizar-se a observação das competências em atividades de trabalho. Como afirma Pais (2002) a realidade social tem que ser interpretada como estrutura semiótica, construída enquanto representação, constatando-se que no caso da ação profissional e das competências, as razões e o modo como os processos e dinâmicas decorrem são difíceis de explicar. Le Boterf (2002) considera ser a competência paradoxal, pois quanto maior for a especialização do profissional, maior é a interiorização assimilada e incorporada dos saberes e maior a dificuldade em se falar de uma forma estruturada sobre a sua ação. Granja (2008: 38) sintetiza as dificuldades em explicar o saber em ação:

- Os saberes manifestam-se em atitudes e comportamentos profissionais incorporados;
- Não existe uma separação clara entre os objetivos da ação e os meios mobilizados para os atingir, porque vão sendo definidos, redefinidos e ajustados de forma interativa à medida que se age para encontrar soluções. As várias fases sobrepõem-se, às vezes em simultâneo: a observação da ação, a formulação de hipóteses para a interpretar, explicar e encontrar soluções, o teste e avaliação das hipóteses operacionais aplicadas;
- A atividade profissional exige um conhecimento racional e tem implícita uma dinâmica de experimentação que vai alterando a compreensão sobre os fenómenos;
- A atividade é um *continuum* sem fim que se inicia antes da ação e perdura para além dela. Falar sobre ela obriga a uma simplificação e a uma delimitação.

As narrativas sobre práticas profissionais devem ser valorizadas enquanto atos de práticas sociais relevantes para a construção do profissional e para o grupo profissional, possuindo ainda um papel estruturante nas ligações profissionais (GRANJA, 2008), intra e intergeracional.

No caso do presente estudo, os entrevistados foram convidados a pronunciar-se sobre os seus ciclos de competências, analisando retrospectivamente a sua duração, frequência, nível (por autoavaliação) e os *gaps* percecionados.

Profissão de bibliotecário – análise da carreira e competências em dois cohorts

O estudo da profissão é aqui abordado através das interações dinâmicas entre gerações, para assim se compreenderem as diferentes lógicas profissionais desenvolvidas e os universos de referência específicos. O procedimento utilizado consistiu em cruzar conceitos teóricos na área da gestão das carreiras, orientação vocacional e gestão das competências com as perceções e histórias de carreira do conjunto de intervenientes.

Os dados recolhidos junto dos dois *cohorts* permitem destacar e caracterizar as diferenças em quatro áreas: carreira, estratégias de manutenção de carreira, âncora de carreira e ciclos de competências (Tabela 2).

Tabela 2 – Transições de carreira e competência – comparação entre dois *cohorts*

Transições percecionadas pelos <i>Cohorts</i>	<i>Cohorts A</i>	<i>Cohorts B</i>
Carreira	Proteana e sem fronteiras	Maioritariamente Proteana.
Estratégias de manutenção de carreira	Aprender, envolvimento, estudar, afirmar-se, comunicar, questionar-se.	Envolvimento, inovar, aprender, estudar, exprimir-se; afirmar-se; comunicar, informar-se, seleccionar, delegar, questionar-se, automotivar-se, controlar.
Âncora de carreira	Competência técnico profissional Serviço e dedicação	Competência técnico profissional Estilo de vida
Ciclos de competências	Ligados a ciclos de identidade no trabalho, competências transversais e transferíveis	Ligados a ciclos de aprendizagem, competências especializadas e interdisciplinares

Os profissionais inquiridos nem sempre fazem referência aos mesmos universos de referência, variando segundo as gerações, os modos de inserção profissional, as instituições no seio das quais exerceu atividades, o peso e influência de outros profissionais e do movimento associativo e as experiências acumuladas.

O *Cohort A* viveu uma época de grandes mudanças sociais em Portugal, tendo beneficiado de dinâmicas de desenvolvimento nomeadamente na fase 1986-2000. As suas oportunidades no mercado de trabalho foram variadas, tendo oscilado entre a sua formação de base possuir maior relevo para a função, ou a sua qualificação enquanto bibliotecário. Na maioria dos casos, a sua trajetória profissional teve início noutras áreas profissionais e só mais tarde chegam à profissão.

O *Cohort B* surge na profissão numa época de grande valor do bibliotecário no mercado de trabalho, fruto da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e aos grandes investimentos nas infraestruturas biblioteconómicas: PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos), rede de leitura pública (1987) e, posteriormente a rede de bibliotecas escolares (1996). Essa vivência foi determinante para marcar a sua identidade profissional. A maioria iniciou a sua trajetória profissional como bibliotecário, apostando na escolha da profissão.

Entre os elementos do *Cohort A* constata-se a existência de uma abordagem precoce ao mercado de trabalho, tendo muitos dos entrevistados procurado uma ocupação profissional antes de obter um grau académico, possuindo ainda uma reflexão sobre as condições de exercício da profissão a partir dos contextos sociais e laborais em que estiveram envolvidos. É este *Cohort* que se confrontará com os desafios e os dilemas da profissionalização. Confirmando a revisão da literatura, a carreira profissional do *Cohort A* é marcada pelas opções tomadas na juventude, chegando à profissão pela influência de outros profissionais e pelas oportunidades que a entrada na União Europeia e que o desenvolvimento da automatização das bibliotecas em Portugal lhes foi proporcionando. Este grupo de profissionais possui na sua maioria mais de cinco transições, e dentro destas, abundam as transições de papéis e interorganizações.

O *Cohort B* beneficiará da existência da carreira regulada pelo Estado mas foi confrontado (surpreendido?) em 2008 com o desaparecimento da carreira, sentindo a ameaça dos percursos profissionais sedimentados, reconhecendo sinais de desprofissionalização crescentes.

As perspetivas encontradas definem dois tipos de carreira dominantes: a *carreira proteana*, embora alguns bibliotecários de ambos os *cohorts* apresentem sinais de *trajectórias sem fronteira*. Verifica-se uma variedade de situações de transições entre fronteiras ocupacionais no *Cohort A* na primeira fase da carreira, em que só um elemento iniciou a carreira como bibliotecário; todos os outros, tiveram outras ocupações iniciais: *entre fronteiras organizacionais quando já estão na profissão*; e múltiplos papéis nas organizações, no sistema de ensino ou em associações profissionais.

O *Cohort B* tem um início mais especializado, atribuindo grande significado aos postos de trabalho que ocupa nas bibliotecas e à área funcional onde trabalhou. Distinguem-se por funcionarem mais em rede, por possuírem um sentimento de geração que os aproxima e por terem frequentado cursos de pós-graduação numa época fortemente identitária, possuindo valores profissionais fortes. Mais do que passar a fronteira profissional apostam na colaboração e complementaridade com outros grupos profissionais.

Os fatores institucionais foram determinantes ao permitirem a mobilidade interinstitucional, ao criarem condições para a aprendizagem, frequência de cursos e de estudos pós-graduados. Muitos tiveram bolsas de estudo, equiparação a bolseiro e outro tipo de condições, que lhes permitiu gerir de forma o rumo e ritmo da sua aprendizagem. Essa dinâmica é mais visível depois de 1986, uma vez que os fundos europeus para a formação, funcionaram como um incentivo organizacional e individual.

As teorias das transições defendem a existência de momentos de renovação, reconstrução e reaprendizagem de competências, associados a cada transição, sendo que cada uma possui características próprias e resultados também não padronizáveis. Como ficou patente nos resultados obtidos na análise das âncoras de carreira dos bibliotecários inquiridos, uma das áreas determinantes para a tomada de decisão ao longo da carreira é a conciliação entre a vida familiar e o trabalho, sendo crucial pelos vários papéis laborais e extra-laborais que são considerados no momento da transição. Este vai mudando ao longo da carreira, enquanto percepção de competências pessoais. Recordamos que os dois *cohorts* se encontram em fases da carreira diferenciadas, mas ambas com elevado valor investigativo por serem raros os estudos realizados. O *Cohort A* encontra-se na transição para a reforma ou já na reforma e o *Cohort B* encontra-se a meio da carreira e a entrar na meia-idade, dois condicionantes das transições presentes e futuras.

Nos casos analisados, a predominância do *Cohort A* é norteadada pela âncora de carreira *Competência técnico profissional* e a de *Serviço e dedicação* enquanto o *Cohort B* se posiciona na âncora de carreira *Competência técnico profissional* e *estilo de vida*.

O *Cohort A* apresenta traços de carreira de fronteiras abertas, tendo os profissionais um conceito interprofissional do seu percurso. Pelo contrário, o *Cohort B* defende uma carreira mais fechada, e especializada mas mais aberta quanto às competências a desenvolver na gestão da carreira.

Os ciclos de competências técnicas são amplos em ambos os *cohorts*, inserindo-se numa dimensão de revitalização. O *Cohort A* valoriza as competências transversais. O *Cohort B* valoriza as novas competências técnicas.

O *Cohort A* demonstra um investimento na trajetória profissional e investimento pessoal na última fase da carreira, percecionando o emprego estável não ameaçado e traços de identidade profissional difusa em alguns dos seus percursos identitários.

O *Cohort B* apresenta um investimento pessoal na formação e percecionando o emprego estável mas ameaçado.

Outros estudos teóricos facultam elementos que permitem compreender as dinâmicas inerentes à empregabilidade, como é o caso, dos estudos que abordam a questão da sobrequalificação para um posto de trabalho ou da obsolescência das competências. Estas questões salientam novos fatores inerentes à gestão da carreira, passíveis de influenciar as trajetórias académicas, formativas e profissionais dos indivíduos. Ao centrarem a sua abordagem na autoavaliação das competências, introduzem novas áreas a desenvolver por cada profissional no seu posto de trabalho.

O presente estudo apresenta fundamentalmente dois tipos de autoreflexão por parte dos bibliotecários: o primeiro prende-se com a *lógica de desenvolvimento de competências*; o segundo destaca a *questão das interações entre os períodos de transição e os ciclos de competências que se iniciam ou encerram*.

Emerge no discurso profissional a existência de um mercado de competências, considerado pelo *Cohort A* um mercado de conhecimentos práticos negociáveis, transversais e transferíveis e, pelo *Cohort B*, um mercado amplo de competências especializadas, interdisciplinares. É consensual entre os participantes que o valor das competências no mercado também passa pela sua aquisição/desenvolvimento em bibliotecas conceituadas.

Inequivoca parece ser a necessidade de dar visibilidade às competências, à mobilização profissional e às modalidades de construção das competências nos seus vários ciclos. O mesmo se aplica às experiências de transferências de competências.

Analisado o seu percurso profissional, verifica-se que a maioria dos participantes detém um processo de aprendizagem ao longo da vida, mantendo o interesse pela vida académica e pelo desenvolvimento de competências, seguindo áreas de interesse ligadas ao desempenho do cargo e a áreas de investigação.

Verificou-se que os profissionais reavaliam as suas opções, potencialidades e competências periodicamente, com maior incidência a partir dos 45 anos, dando especial atenção ao *seu autoconceito e atribuindo importância a outros papéis profissionais, como a formação, o ensino académico, a direção associativa*. As várias dinâmicas identificadas expressam vários perfis de desenvolvimento de carreira e de desenvolvimento de competências num mesmo *Cohort*.

Estudos recentes sugerem uma grande diversidade de abordagens a perfis de competências e cenários profissionais, registando-se cada vez mais o encurtamento da duração de cada proposta apresentada, havendo por isso necessidade de estudar a real implementação dessas competências no mercado de trabalho e entre os profissionais. Sem esse tempo de aprendizagem e experimentação, não surgirão reconfigurações profissionais nos locais de trabalho e não existirá um modelo identitário comum identificável por todas as partes interessadas.

Esse resultado, não só mostra a importância da gestão de competências no desenvolvimento do setor, onde a ausência de uma classe reflexiva, a torna dependente de ritmos externos e de orientações externas à classe profissional, como rectifica o conceito de ciclo de competências, englobando fases de desenvolvimento, transferência e reconhecimento de competências intra e interprofissões, intra e intergeracional. Assim, dois aspetos relevantes são o *reconhecimento por pares e académicos das competências de investigação e a transferência dessas competências noutros contextos profissionais*.

Verifica-se uma grande evolução no *Cohort A* entre o capital inicial na carreira e o capital acumulado ao longo da carreira, resultante das influências e interações pessoais e intergeracionais, sociais, educacionais e organizacionais mas também resultante das necessidades originadas por cada fase de transição.

No *Cohort B* o *capital inicial* é superior, quase todos já possuíam uma licenciatura quando iniciam a carreira e *acumulam competências em ciclos mais curtos e sequenciais*, intercalando formação académica com cursos de curta duração. As transições profissionais representam, nestes casos, *momentos de transferência de competências para outras organizações*.

Os ciclos de competências acompanham as transições individuais, havendo uma maior coincidência com as fases de inovação do setor entre os elementos do *Cohort B*, podendo encontrar-se evidências de competências distintas para diferentes estádios de inovação nas bibliotecas. No caso dos elementos do *Cohort A* é mais evidente que as competências são usadas em diferentes contextos, não estando tão ligadas a inovações.

Os dois *cohorts distinguem-se ainda pelas situações de emprego*: o *Cohort A* regista situações de pleno emprego desde jovens. O *Cohort B* regista situações heterogéneas, com dois elementos a apresentar dificuldades na obtenção de um emprego com contrato estável. Uma das explicações para esta situação deve-se ao *pouco interesse que o mercado de trabalho demonstra pelas qualificações e competências em Ciências da Informação, onde a inexistência de uma geração anterior mais qualificada academicamente acabou por deixar um legado ainda por construir*.

Cabe agora à geração no ativo desde 1980 construir esse caminho de introduzir no mercado de trabalho a necessidade de mais qualificações em Ciência da Informação, o que só poderá acontecer se o seu desempenho for notório e fizer a diferença no setor biblioteconómico, no setor académico e no mercado da informação. Se tal não acontecer, poderá perder-se mais uma oportunidade para as restantes gerações no ativo. Este último desafio convida-nos, portanto, a um retorno reflexivo sobre as práticas profissionais e o seu valor.

Referências bibliográficas

ABOIM, S.; AMOR, T.; FERREIRA, V. S.; NUNES, C.

2010 «Transições para a velhice». In J. M. Pais; V. S. Ferreira – *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: ICS, p. 69-104.

ABRAMS, D.; ELLER, A.; BRYANT, J.

2006 «An age apart: the effects of the intergenerational contact and stereotype threat on performance and intergroup bias». *Psychology and aging*, 21:4 (2006) 691-702.

- ALLEN, J.; VAN DER VELDEN, R.**
 2005 «The role of self-assessment in measuring skills». Paper for the TRANSITION IN YOUTH WORKSHOP, 8-10 September 2005. Maastricht: ROA – Research Centre for education and the Labour Market. (Reflex working paper; 2).
- ANTIKAINEN, A.; HOUTSONEN, J.; KAUPPILA, J.; HUOTELIN, H.**
 1996 *Living in a learning society: life histories, identities and education*. London: Falmer Press.
- APOSTILE, R.; RAYMOND, B.**
 1997 *Librarianship and the information paradigm*. London: Scarecrow.
- ARANT, W.; BENEFIEL, R. C.**
 2003 *The image and role of the librarian*. New York: The Haworth Information Press.
- ARGYRIS, C.**
 1960 *Understanding organizational behaviour*. Homewood: Dorsey.
- ARNOLD, J.; NICKEL, L. T.; WILLIAMS, L.**
 2008 «Creating the next generation of library leaders». *New Library World*, 109:9/10 (2008) 444-456.
- ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. M., ED.**
 1996 *The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era*. New York: Oxford University Press.
- ARTHUR, M. B.; INKSON, K.; PRINGLE, J. K.**
 1999 *The new careers: individual action and economic change*. London: Sage.
- BAIGET, T.**
 2007 «Entre lo público y lo privado». *Mi biblioteca*, 3:8 (2007) 20.
- BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M.**
 2005 «Considerações sobre o mercado de trabalho do bibliotecário». *Información, Cultura y Sociedad*, 12 (2005) 35-50.
- BARATA, A.; RAFAEL, G.; OCHÓA, P.**
 2012 «Planeamento e (auto)avaliação de trajetórias profissionais: tópicos para uma discussão». In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012.
- BARRULAS, M. J.**
 1996 «Intervenção na mesa redonda sobre formação profissional realizada no dia 6 de Julho de 1995 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto». In CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS – *Formação Profissional na área BAD. Mesa redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de*

- Letras da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 83-86.
- 1998 «Que papel para as associações de profissionais de informação na sociedade global da informação». In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Aveiro.
- BARUCH, Y.**
2006 «Career development in organisations and beyond: balancing traditional and contemporary viewpoints». *Human Resource Management Review*, 16 (2006) 125-138.
- BATES, M. J.**
2012 «The information professions: knowledge, memory, heritage». Comunicação apresentada na ASSOCIATION FOR LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE EDUCATION CONFERENCE, Dallas, Jan. 2012. [Em linha]. Disponível em: <<http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/articles/pdf/InfoProfessions.pdf>>. Consultado em setembro 2012.
- BELKIN, N. J.**
1990 «The cognitive viewpoint in information science». *Journal of Information Science*, 16 (1990) 11-15.
- BENGSTON, V. L.; ASCHENBAUM, A., ed.**
1993 *The changing contract across generations*. New York: Aldine de Gruyter.
- BERTRAND, A.-M.**
1995 *Bibliothécaires face au public*. Paris: BPI.
2003 «La transmission de l'implicite ou comment la culture professionnelle vient aux bibliothécaires». *Bulletin des Bibliothèques de France*, 48:1 (Janvier, 2003) 10-15.
- BOOTH, A.**
2011 «Barriers and facilitators to evidence-based library and information practice: an international perspective». *Perspectives in International Librarianship*, 1 DOI 10:5339/pil.2011.1.
- BORAUD-MEMBRÈDE, A.**
2009 *Les bibliothécaires face aux techniques non-identitaires: discours et représentations*. Mémoire d'étude. Enssib. [Em linha]. Disponível em <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documnet-48317>>. Consultado em junho 2011.
- BORGES, V.**
2008 «Os desafios das profissões em geral e do grupo profissional da Informação-Documentação (à luz dos contributos da sociologia das profissões)». Comunicação apresentada no *Mês da Profissão de Informação-Documentação na Câmara*

Municipal de Lisboa. [Em linha]. <http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca1215610323/desafios_bibliotecarios_cml.pdf>. Consultado em maio 2010.

BOURNEL-BOSSON, M.

2003 «Le développement de l'expérience des acteurs du bilan de competences». *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 32:2 (2003) 307-325.

BRIER, S.

2003 «The cybersemiotic model of communication: an evolutionary view on the threshold between semiosis and informational exchange». *Triple C*, 1 (2003) 71-94.

BROADY-PRESTON, J.

2011 «*Libraries and information services: the future?*» [Em linha]. Disponível em: <<http://dgb.unam.mx/index.php/noticias/285-ponencias-de-la-ix-conferencia-internacional-sobre-bibliotecas-universitarias>>. Consultado em janeiro 2012.

BROADY-PRESTON, J.; STEEL, L.

2002 «Employees, customers and internal marketing strategies in LIS». *Library Management*, 23:8/9 (2002) 384-393.

BUCKLAND, M.

1996 «Documentation, information science, and library science in the USA». *Information Processing & Management*, 32:1 (January, 1996) 63-76.

1999 «The landscape of information science: the American Society for information Science at 62». *Journal of the American Society for Information Science*, 50 (1999) 970-974.

BUECHTEMANN, C. F.

1999 «Mudanças na procura de competências». *Formação Profissional: revista europeia*, 16 (1999) 65-68.

BUNDY, A.

2003 «A window of opportunity: libraries in higher education». *Library Management*, 24:8/9 (2003) 393-400.

BURD, B.

2003 *Work values of academic librarians: exploring the relationship between values, job satisfaction, commitment and intent to leave*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlvents/burd.pdf>>. Consultado em setembro 2010.

BYKE, S.; LOWE-WINCENSEN, D.

2009 *A leadership primer for new librarians: tools for helping today's early-career librarians to become tomorrow's library leaders*. Oxford: Chandos.

CABRAL, M. L.

1996 *Bibliotecas, acesso, sempre*. Lisboa: Colibri.

CAPURRO, R.

1992 «What is information science for? A philosophical reflection». In P. Vakkari, B. Cronin, ed. – *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, p. 82-96.

CARIA, T. H.

2002 «O uso do conhecimento: os professores e os outros». *Análise social*, 164 (out-dez., 2002) 805-831

2006 «Reflexões teórico-metodológicas na análise e descrição das culturas profissionais». In A. P. Marques, T. C. Caria, org. – *Trabalho, educação e culturas profissionais – actas dos encontros em sociologia III*. Braga: Núcleo de Estudos em sociologia da Universidade do Minho, p. 91-102.

2008 «O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões». *Análise Social*, 23:4 (2008) 749 -773.

CARON, Z.

2001 «Les stratégies de maintien carriérogique». In J. Limoges – *Stratégies de maintien au travail*. Québec: Septembre.

CASCÃO, F.; KEATING, J.

2000 «Será a gestão por competências uma nova tendência na gestão de recursos humanos». In A. D. Gomes, A. Caetano, J. Keating, M. P. Cunha, coord. – *Organizações em transição: contributo da Psicologia do Trabalho e das Organizações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p.215-240.

CHAUVEL, L.

2002 *Le destin des generations*. Paris: PUF.

CHOMBART DE LAUWE, P.-H.

1975 *La culture et le pouvoir*. Paris: Éditions Stock.

CHOO, C. W.

2002 *Knowledge management for the intelligent organization: the art of scanning the environment*. Medford: Information Today.

CORDEIRO, M. I. D. C.

2005 *Information technology frameworks in LIS: exploring IT constructs as sources of conceptual alignment*. London: University College London.

CRONIN, B.

1983 «Post-industrial society: some manpower issues for the library/information profession». *Journal of Information Science* 7 (1983) 1-14.

CRONIN, B.; MEHO, L. I.

2008 «The shifting balance of intellectual trade in information studies». *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 59:4 (2008) 551-564.

CRONIN, B.; STIFFLER, M.; DAY, D.

1993 «The emergent market for information professionals: educational opportunities and implications». *Library Trends*, 42:2 (1993) 257-276.

CRUMPACKER, M.; D. B. A.; CRUMPACKER, J. M.

2007 «Succession planning and generational stereotypes: should HR Consider age-based values and attitudes a relevant or a passing fad?». *Public Personnel Management*, 36:4 (2007) 349-369.

CUNHA, M. V.

2009 «O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências». *Ponto de acesso*, 3:2 (2009) 94-108.

CURRAL, J.; MOSS, M.

2008 «We are archivists, but we are ok?». *Records Management Journal*, 18:1 (2008) 69-91.

CUTSHAW, O.

2011 *Recovery, reframing and renewal: survival an information science career crisis in a time of change*. Oxford: Chandos.

DALRYMPLE, P. W.

2001 «A quarter century of user-centered study: the impact of Zweizig and Dervin on LIS research». *Library & Information Science Research*, 23 (2001) 155-165.

DERVIN, B.

1989 «Users as research inventions: how research categories perpetuate inequities». *Journal of Communication*, 39 (1989) 216-232.

DEFILLIPI, R. J.; ARTHUR, M. B.

1994 «The boundaryless career: a competency-based perspective». *Journal of Organizational Behavior*, 68 (1994) 220-232.

DOLE, W. V.; HURYCH, J. M.

2001 «Values for librarians in the Information Age». *Journal of Information Ethics*, Fall (2001) 38-50.

DUARTE, M. E.

2000 «A avaliação da adaptabilidade da carreira em adultos trabalhadores portugueses». *RIDEF*, 9:1 (2000) 129-142.

DUCHSCHER, J. E. B.; COWIN, L.

2004 «Multigenerational nurses in the workplace». *JONA*, 34:11 (2004) 493-501.

DURAND, J.-P.; PEYRIERE, M.; SEBAG, J.

2006 *Bibliothécaires en Prospective*. Paris: Ministère de la culture et de la communication.

ERAUT, M. E.

1996 *Developing professional knowledge and competence*. London: Palmer Press.

FELDMAN, D. C.; BOLINO, M. C.

1996 «Careers within careers: reconceptualizing the nature of career anchors and their consequences». *Human Resource Management Review*, 6:2 (1996) 89-112.

FID – Federação Internacional de Informação e Documentação

1997 *Results of Fid's survey of the modern information Professional*. [Em linha]. Disponível em <<http://fid.conicyt.cl:8000/mip.htm.pdf>>. Consultado em maio 2002.

FINKS, L. W.

1989 «What do we stand for? Values without shame». *American Libraries*, 20 (1989) 352-356.

FISHER, B.; HALLAM, G.; PARTRIDGE, H.

2005 «Different approaches: common conclusions. The skills debate of the 21st century». *New Review of Academic Librarianship*, 11:1 (2005) 13-29.

FLORIDA, R.

2002 *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community*. New York: Basic Books.

FLORIDI, L.

2002 «On defining library and information science as applied philosophy of information». *Social Epistemology*, 16:1 (2002) 37-49.

2004 «LIS as applied philosophy of information: a reappraisal». *Library Trends*, 52:3 (2004) 658-665.

2010 *Information: a very short introduction*. New York: Oxford University Press.

2012 «The road for the philosophy of information». *Philosophy of Engineering and Technology*, 2:5 (2012) 145-271.

GABRIEL, Y.

2000 *Storytelling in organizations: facts, fictions, and fantasies*. Oxford: Oxford University Press.

GARCIA-ESPEJO, I.; IBÁÑEZ, M.

2006 «Educational-skill shortages an labour achievements among graduates in Spain». *European Sociological Review*, 22:2 (2006) 141-156.

GOMES, R. T.; MARTINHO, T. D.

2009 *Trabalho e qualificação nas actividades culturais. Um panorama em vários domínios*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

GORDON, R. S.

2006 *The NextGen librarian's survival guide*. Medford: Information Today.

GORMAN, M.

2000 *Our enduring values: librarianship in the 21st century*. Chicago: American Library Association.

GRANJA, B.

2008 *Identidade e saber dos assistentes sociais*. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade do Porto. Tese de doutoramento em Serviço Social.

HALL, H.; ABELL, A.

2006 «Who is managing information? Opportunities in the e-information market place». *Online Information 2006*, 28-30 November 2006, London, United Kingdom.

HALL, D. T.; MIRVIS, P. H.

1996 «The new protean career: psychological success and the path with a heart». In D. T. Hall, ed. – *The career is dead – long live the career*. San Francisco: Jossey Bass, p. 15-45.

HALLAM, G.; PARTRIDGE, H.

2005 «Great expectations? Developing a profile of the 21 st century library and information student: a Queensland University of Technology case study». World Library and Information Congress. IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL – LIBRARIES A VOYAGE OF DISCOVERY, 71, August 14th-18th 2005,Oslo, Norway.

HEDMAN, J.

2005 «On librarians' occupational identities: ICT and the shaping of information seeking expertise». World Library and information Congress: 71TH IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL LIBRARIES – A VOYAGE OF DISCOVERY, 71, August 14th-18th, Oslo, Norway.

HEDMAN, J.; MORING, C.

2007 «Learning librarianship: Scandinavian LIS studentes looking for professional identities». Paper presented at the ALISE 2007 ANNUAL CONFERENCE HABITS OF MIND AND PRACTICE: PREPARING REFLECTIVE PROFESSIONALS. Seattle, USA.

HEDMAN, J. LUNDH, A.; SUNDIN, O.

2009 «Att lara informationsökning för yrkeslivet: om bibliotekarier, lärare och sjukskoterskor». In J. Hedman, A. Lundh, ed. – *Informationskompetenser: Larande i informationspraktiker och informationsökning i larandepraktiker*. Stockholm: Carlsson Bokförlag.

HENRETTA, J. C.

2001 «Work and retirement». In R. H. Binstock; L. K. George, ed. – *Handbook of aging and social sciences*. 5th ed. San Diego: Academic Press, p. 255-271.

HEPPNER, M. J.

1991 *The career transitions inventory*. Columbia: University of Missouri.

1998 «The career transitions Inventory: measuring internal resources in adulthood». *Journal of Career Assessment*, 6 (1998) 135-145.

HJØRLAND, B.

2002 «Domain analysis in information science: eleven approaches- traditional as well as innovative». *Journal of Documentation*, 58:4 (2002) 422-462.

HOBOHM, H. C., ed.

2004 *Knowledge management: libraries and librarians taking up the challenge*. Munchen: Saur.

HOLLAND, J. L., ed.

1973 *Making vocational choices*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

HUIZING, A.; CAVANAGH, M.

2011 «Planting contemporary practice theory in the garden of information science». *Information Research*, 16:4, paper 497 [Em linha]. Disponível em <<http://InformationR.net/ir/16-4/paper497.html>>. Consultado em janeiro 2012.

IBARRA, H.

1999 «Provisional selves: experimenting with image and identity in professional adaptation». *Administrative Science Quarterly*, 44 (1999) 764-791.

INGWERSEN, P.

1995 «Information and information science». In A. Kent, ed. – *Encyclopedia of library and information science*, vol. 56, p. 137-174.

INKSON, K.

2006 «Protean and boundaryless careers as metaphors». *Journal of Vocational Behavior*, 69 (2006) 48-63.

2007 *Understanding Careers. The metaphors of working lives*. Thousand Oaks: Sage.

2010 «The new career studies: metaphor in theory and teaching». *Career Research & Development*. 23 (2010) 9-11.

ION, C.

2008 *La reception des «discourse sociologique» par les professionnels des bibliothèques*. Mémoire d'étude du diplôme de Conservateur de Bibliothèque. Paris: ENSSIB. [Em linha]. Disponível em <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/document-1829>>. Consultado em agosto 2011.

JOHNSON, I. M.

2008 «The proposed European qualifications framework for lifelong learning: challenges and opportunities». *Education for Information*. 26:1 (2008) 13-20.

JONES, R.

2003 «Competencies for information professionals of the 21st century». *Information Outlook* 7, 10:1 (October, 2003) 11-21.

KENNAN, M. A.; et al.

2006 «Changing workplace demands: what jobs ads tell us». *Aslib Proceedings*, 58:3 (2006) 179-196.

KHAPOVA, S. N.; et al.

2007 «Professional identity as the key to career change intention». *Career development International*, 12:7 (2007) 584-595.

KILIMNIK, Z. M.; RODRIGUES, S. B.

2000 «Trajectórias, transições e âncoras de carreira: um estudo comparativo e longitudinal com profissionais de Recursos Humanos». *Organizações & Sociedade*, 7:17 (2000) 145-172.

KLENKE, K.

2002 «Cinderella stories of women leaders». *Journal of leadership studies*, 9:2 (2002) 18-28.

KOENIG, M. E. D.

1991 «The transfer of library skills to nonlibrary contexts». *Advances in Librarianship*, 15 (1991) 1-27.

2005 «KM moves beyond the organization: the opportunity for librarians». *Information Services & Uses*, 25 (2005) 87-93.

KOLTAY, Z; LI, X.

2010 *Impact measures in research libraries*. Washington: Association of Research Libraries.

KUHLTHAU, C.

2004 *Seeking meaning: a process approach to library and information services*. 2nd ed. Westport: Libraries unlimited.

KUIJPERS, M. A. C. T.; SCHEERENS, J.

2006 «Career competencies for the modern career». *Journal of career development*, 32:4 (2006) 303-319.

LAHARY, D.

2005 «Le fosse des générations. Cinq générations de bibliothécaires». *Bulletin des Bibliothèques de France*, 50:3 (2005) 30-45.

LAWSON, J.; KROLL, J.; KOWATCH, K.

2010 *The new information professional: Your guide to careers in the digital age*. New York: Neal-Schuman.

LE BOTERF, G.

2003 *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre: Artmed.

LEVINSON, H.; PRICE, C.; MUNDEN, K.; SOLLEY, C.

1962 *Men, management mental health*. Cambridge: Harvard University Press.

LIMOGES, J.

1987 *Trouver son travail*. Montréal: Fides.

2001 *Stratégies de maintien au travail et dans d'autres situations de vie*. Québec: Septembre Éditeur.

LOWE-WINCENTSEN, D.; CROOK, L., ED.

2010 *Mid-career library and information professionals: a leadership primer*. Oxford: Chandos.

MALLET, L.

1999 «Diplomas e mercado de trabalho: resultados e questões». *Formação Profissional: revista europeia*, 16 (1999) 59-64.

MARKLESS, S.; STREATFIELD, D. R.

2006 *Evaluating the impact of your library*. London: Facet Publishing.

MARTIN, B.; HAZERI, A.; SARRAFZADEH, M.

2006 «Knowledge management and the LIS professions: investigating the implications and for the Educational Provision». *Australian Library Journal*, 55:1 (2006) 12-29.

MAYRHOFFER, W.

2006 *Change in managerial careers? A longitudinal analysis*. Wien: Vienna University of Economics and Business Administration.

2009 «Careers and culture. View: University of Economics and Business». [Em linha]. Disponível em <http://www.wu.ac.at/iaccm/files/iaccm09/kn/12_maryhofer_carees_cultura.pdf>. Consultado em agosto 2011.

MCADAMS, D. P.; JOSSELYN, R.; LIEBLICH, A.

2001 «Turns in the road. Introduction to the volume». In D. P. McAdams, R. Josselson, A. Lieblich, ed. – *Turns in the road : narrative studies of lives in transition*. Washington: American Psychological Association, p. xv-xxi.

MCCASH, P.

2010 «Using concept mapping to develop a curriculum for career studies». *Career research and development*, 23 (2010) 25-32.

MCMENEMY, D.

2007 «Librarians and ethical neutrality: revisiting the Creed of a Librarian». *Library Review*, 56:3 (2007) 177-181.

MENOU, M.

2008 «Concentrate on one's main job, but what is the latter in the case of information professionals? Global perspectives on the adequacy education-jobs-social needs». In J. A. Frias, C. Travieso Rodriguez, ed. – *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 461-478.

MERTON, R. K.

1965 «On the Shoulders of Giants: A Shandean Postscript». *Sociology and social research*, 50 (1965) 509-510.

MOEN, P.

2001 «The gendered life course». In R. H. Binstock, L. K. George – *Handbook of aging and the Social Sciences*. 5th ed. San Diego: Academic Press, p. 179-196.

2010 *From 'work-family' to the 'gendered life course' and 'fit': five challenges to the field*. Discussion paper SP 1 2010-501. Berlin: Wissenschaftszentrum berlin für Sozialforschung.

MOREIRO, J. A.; MOSCOSO, P.; ORTIZ, V.

1995 «El mercado de trabajo de los diplomados españoles en Biblioteconomía y Documentación». *Revista Española de Documentación Científica*, 18:4 (1995) 444-463.

MOREIRO GONZALES, J. A. et. al.

2008 «Desarrollo profesional y opinión sobre la formación recibida de los titulados universitarios en información y documentación de las universidades públicas de Madrid (2000-2005)». *El profesional de la información*, 17:3 (mayo-junio, 2008).

MOREIRO, J. A.; SÁNCHEZ-CUADRADO; MORATO, J.; MORENO, V.

2009 «Desarrollo de una aplicación ontológica para evaluar el mercado de trabajo español en Biblioteconomía y Documentación». *Revista Española de Documentación Científica*, 32:1 (2009) 81-98.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A.

2011 «Metodologia para a criação de uma taxonomia sobre competências e habilidades no setor da Informação-Documentação». In ENCONTRO CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: PERSPETIVAS ATUAIS, Universidade de Évora, 12 de Maio.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A.; VERGUEIRO, W.

2012 «Ofertas de trabalho na web para os profissionais brasileiros da informação-documentação: análise das competências e habilidades exigidas pelas empresas e instituições». *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17:1 (2012) 231-250.

MUELLER, S.

2004 «Uma profissão em evolução: profissionais de informação no Brasil sob a ótica de Abbot». In S. G. Baptista, S. Mueller, org. – *Profissional da Informação. O espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, p. 23-54.

NICHOLSON, N.; WEST, M.

1988 *Managerial job change: men and women in transition*. Cambridge: Cambridge University Press.

NICOLAIE, C.

2010 *Adapting the information professionals to the digital collections universe*. [Em linha]. Disponível em <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>>. Consultado outubro 2011.

NOLIN, J.

2007 «What's in a turn?». *Information Research*, 12:4 (2007) paper colis11. [Em linha]. Disponível em <[http://InformationR.net/it/12-4\(colis11.html\)](http://InformationR.net/it/12-4(colis11.html))>. Consultado fevereiro 2012.

NOLIN, J.; ÅSTRÖM, F.

2010 «Turning weakness into strenght: strategies for future LIS». *Journal of Documentation*, 66 (2010). 17-27.

OCHÓA, P.; BARATA, P.

2010 «Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de Informação-Documentação em organizações públicas». In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10, Guimarães, 2010.

OCHÓA, P.; MOSCOSO CASTRO, P.

2012 «Da coesão à convergência: contributos para o estudo das dinâmicas profissionais (1973-2010)». In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11, Lisboa, 2012.

OCHÔA, P.; PINTO, L. G.

- 2005 «Promover a empregabilidade: estratégias para repensar a Profissão de Informação-Documentação». *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 5 (2005) 145-162.
- 2008 «Towards a new model of LIS competences management in Portugal: implications for the praxis and academia studies». *Education for information*, 26 (2008) 43-54.
- 2009 «Career, skills and professional dilemmas – a framework for information documentation transformation». In WORLD CONFERENCE ON CONTINUING PROFESSIONAL DEVELOPMENT AND WORKPLACE LEARNING FOR THE LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONS, 8, Bolonha, 2009 – *Strategies for regenerating the library and information profession*. Munchen: G. Saur. p. 342-354.

PARKER, P.

- 2002 «Working with the intelligent career model». *Journal of employment counselling*, 39 (June, 2002) 83-96.

PETTIGREW, T. F.

- 1998 «Intergroup contact theory». *Annual Review of Psychology*, 49 (1998) 65-85.

PINO, M. M.

- 1996 «10.º Aniversário do curso de especialização em ciências documentais». In CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS – Formação Profissional na área BAD. Mesa redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 83-86.

PAIS, J. M.

- 2002 *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa: ICS.

PARENTE, C.

- 2008 *Competências: formar e gerir pessoas*. Porto: Edições Afrontamento.

PARTRIDGE, H.

- 2011 «Librarian 2.0: it's all in the attitude!». *ACRL* (March 30-April 2, 2011) 256-263.

PINTO, J. M.

- 1999 «Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais». *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20 (1999) 5-39.

PINTO, L. G.; OCHÔA, P., COORD.

- 2006 *A imagem das competências dos Profissionais de Informação-Informação: relatório*. Lisboa: OP-ID.

POLL, R.

- 2005 «Measuring the impact of new library services». In WORLD LIBRARY AND INFORMA-

TION CONGRESS, 71 th IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL LIBRARIES – A voyage of discovery, August 14th-18th, 2005, Oslo, Norway.

QUARESMA, M. L.

2008 «Questões do envelhecimento nas sociedades contemporâneas». *Revista Kairós*, 11:2 (dez., 2008) 21-47.

RADDON, R.; et al., ED.

2005 *Your career, your life: career management for the information Professional*. Burlington: Ashgate.

RAYMOND, B.

1997 «Paradigms in conflict». In R. Apostile, B. Raymond – *Librarianship and the information paradigm*. London: Scarecrow, p. 1-36.

RAYWARD, W. B.

1969 «Libraries as organisations». *College and research libraries*, 30:4 (July, 1969) 312-326.
1996 «The history and historiography of Information science: Some reflections». *Information Processing and Management*, 32 (1996) 3-17.

RIBEIRO, F.

2004b «O perfil profissional do arquivista na Sociedade da Informação». [Em linha]. Disponível em <<http://ler.letras.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.pdf>>. Consultado novembro 2011.

RIMLAND, E.; MASUCHIKA, G.

2008 «Transitioning to corporate librarianship». *Journal of Business & Finance Librarianship*, 13:3 (2008) 321-334.

RIVERIN-SIMARD, D.

2000 «Career development in a changing context of the second part of working life». In A. Collin, R. A. Young, ed. – *The future of career*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 115-129.

ROBERTSON, G.

1998 «Alternative librarianship: voices from the field». *Feliciter*, 44:9 (1998) 26-27, 31.

ROOI, H. VAN; SNYMAN, R.

2006 «A content analysis of literatura regarding knowledge management opportunities for librarians». *Aslib proceedings*, 58:3 (2006) 261-271.

ROUSSEAU, D. M.

1989 «Psychological contracts and implied contracts in organizations». *Employee responsibilities and rights journal*, 2 (1989) 121-139.
1996 *Psychological contracts in organizations: understanding written and unwritten agreements*. Thousand Oaks: Sage.

SARACEVIK, T.; KANTOR, P.

1997 «Studying the value of library and information services. I. establishing a theoretical framework». *Journal of the American Society for Information Science*, 48:6 (1997) 527-542.

SAVICKAS, M.

1991 «Improving career time perspective». In D. Brown, L. Brooks, ed. – *Career Counselling Techniques*. Needham Heights: Allyn & Bacon, p.236-249.

1993 «Career counselling in the postmodern era». *Journal of Cognitive Psychotherapy*, 7 (1993) 205-215.

2000 «Renovating the psychology of career for the twenty-first century». In A. Collin, R. A. Young, ed. – *The future of career*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 53-68.

2002 «Career construction: a developmental theory of vocational behaviour». In D. A. Brown, ed. – *Career choice and development*. San Francisco: Jossey Bass, p. 149-205.

2005 «The theory and practice of career construction». In S. D. L. Brown, R. W. Ent, ed. – *Career development and counseling: putting theory and research to work*. Hoboken: J. Wiley and Son, p. 42-70.

SCHEIN, E. H.

1965 *Organizational psychology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

1975 «How career anchors hold executives to their career paths». *Personnel*, 52 (1975) 11-24.

1978 *Career dynamics: matching individuals and organizational needs*. Reading: Addison Wesley.

1987 «Individuals and careers». In J. Lorsh, ed. – *Handbook of Organizational Behavior*. Englewood: Cliffs-Prentice Hall, p. 155-171.

1990 *Career anchors: discovering your real values*. San Diego: Pfeiffer & Company.

2007 «Foreword: career research – some personal perspectives». In H. Gunz, M. Peiperl, org. – *Handbook of career studies*. Thousand Oaks: Sage.

SEIBEL, B.

1988 *Au nom du livre. Analyse sociale d'une profession: les bibliothécaires*. Paris: BPI – Centres Georges Pompidou.

SENNETT, R.

2002 *A corrosão do carácter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, A. M.

2005 «Informação, cultura e património: uma abordagem exploratória feita no campo

emergente da Ciência da Informação». In V. O. Jorge, coord. – *Conservar para quê?* Porto; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, p. 27-58.

SLATER, M.

1984 «Alternative careers for library-information workers». *Aslib Proceedings*, 36 (June, 1984) 277-286.

SOMMERLUND, J.; BOUTAIBA, S.

2007 «Borders of the Boundaryless career». *Journal of Organisational change*, 20:4 (2007) 525-538.

SPARROW, P. R.; BONAGNO, M.

1993 «Competency requirement forecasting: issues for international selection and assessment». In C. Mabey, P. Iles, ed. – *Managing learning*. London: Routledge, p. 57-69.

STOKKER, J.; HALLAM, G.

2009 «The right person in the right job with the right skills at the right time: a workforce planning model that goes beyond metrics». In CAVAL, 15-16 October, Victoria, Australia – *People in the Information profession papers*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.caval.edu.au/people-conf-papers.html>>. Consultado setembro 2011.

STOREY, C.

2009 «Librarian interrupted! Ur-librarian to un-librarian, or urlibrarian to uber-librarian?». *Library management*, 30:4/5 (2009) 276-285.

STREATFIELD, D.; MARKLESS, S.

2009 «What is impact assessment and why is it important». *Performance measurement and metrics*, 10:2 (2009) 134-141.

SULLIVAN, S. E.

1999 «The changing nature of careers: a review and research agenda». *Journal of Management*, 25:3 (1999) 457-484.

SULLIVAN, S. E.; CARDEN, W. A.; MARTIN, D. F.

1998 «Careers in the next millennium: a reconceptualization of traditional career theory». *Human Resource Management Review*, 8 (1998) 165-185.

SUNDIN, O.

2005 «Studies of professions». In B. Hjørland, J. Nicolaisen, ed. – *The epistemological lifeboat*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.db.dk/jni/lifeboat/>>. Consultado agosto 2011.

SUNDIN, O.; HEDMAN, J.

2005 «Theory of professions and occupational identities». In K. Fisher, S. Erdelez, L. Mckechnie, ed. – *Theories of information behaviour: a researcher's guide*. Medford: Information Today. [Em linha]. Disponível em <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile>>. Consultado em julho 2011.

SUNDIN, O.; JOHANNINSSON, J.

2005 «Pragmatism, neo-pragmatism and socio-cultural theory. Communicative participation as a perspective in LIS». *Journal of Documentation*, 61:19 (2005) 23-43.

SUPER, D. E.; THOMPSON, A. S.; LINDEMAN, R. H.

1985 *Adult career concerns inventory*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press.

SWAN, A.; BROWN, S.

2008 *The skills, role and career structure of data scientists and curators: an assessment of current practice and future needs*. Truro: Key Perspectives. [Em linha]. Disponível em <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/16675/>>. Consultado janeiro 2011.

TALJA, S.; HARTEL, J.

2007 «Professions and occupational identities». In K. Fisher, S. Erdelez, L. Mckechnie, ed. – *Theories of information behavior: a researcher's guide*. Medford: Information Today, p. 293-297.

TARIN, L.

2006 «L'évolution du métier de bibliothécaire. Une identité professionnelle à multiples facettes. Regards sur un demi-siècle. Cinquantenaire du Bulletin des bibliothèques de France». *BBF* (2006) 135-155.

TOMÁS, L. M. V.

2012 *Conjugação dos tempos de vida: idade, trabalho e emprego*. Lisboa: Mundos Sociais.

THOMPSON, J. D.

1967 *Organizations in action*. New York: McGraw Hill.

VAAGAN, R. W. ed.

2002 *The Ethics of Librarianship: an international survey*. Munich: IFLA/Walter de Gruyter.

VAN LOO, J.

2008 *Competence measurement and key skills: theoretical perspectives and two empirical applications from graduate research*. Paper presented at the AGBFN conference, Munich 7 and 8 October 2008.

VELOSO, L.

2009 *Aprendizagem e identificação: o espaço das empresas*. Porto: Edições Afrontamento.

VENDRAMIN, P.

2008 *Changing social patterns of relation to work – qualitative approach through biographies and group interviews*. Report of the SPREW Project (CIT5-028048), 6p. Brussels: European Commission.

WALLACE, M. K.; TOLLEY-STOKES, R.; ESTEP, E. S., ed.

2011 *Generation X librarian: essays on leadership, technology, pop culture, social responsibility and professional identity*. Jefferson: McFarland.

WALTER, M. T.

2004 «Identidades, valores e mudanças: o poder da identidade profissional. Os bibliotecários subsistem na era da informação?». *Em questão*, 10:2 (2004) 287-299.

WASSERMAN, P. BUNDY, M. L.

1969 *A program of research into the identification of manpower requirements, the educational preparation and the utilization of manpower in the library and information professions: final report*. Washington: US Department of Health, education and Welfare.

WEISSINGER, T.

2003 «Competing models of librarianship: do core values make the difference?». *The Journal of Academic Librarianship*, 29:1 (January, 2003) 32-29.

WILSON, K. et. al.

2006 «Convergence and professional identity in the academic library». *Journal of librarianship and information science*, 38:2 (2006) 79-91.

WOUNTERS, P.

2007 «The information turn: on the implications of digital research objects for the humanities and social sciences». Keynote paper presented at the Sixth Conference on Conceptions of Library and Information Science (COLIS6): *Featuring the Future*, 13-16 august, Boras, Sweden.

ZARIFIAN, P.

2001 *Objectivo competência: Por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas.

ZEMKE, R.; RAINES, C.; FILIPCZACK, B.

2000 *Generations at work: managing the clash of Veterans, Boomers, Xers, and Nexters in your workplace*. New York: Amacon.

ZWEIZIG, D. L.

1976 «With our eye on the user: needed research for informational and referral in the public library». *Drexel Library Quarterly*, 12 (1976) 48-58.

A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE DO BRASIL

THE INFORMATION POLICY FOR THE REGIONAL DEVELOPMENT
IN THE NORTHEAST OF BRAZIL

Ágnes de Assis Almeida

Resumo: Analisa a produção de informações sobre educação, elaborada pela Sudene, por meio de documentos institucionais produzidos durante os anos 1960-1980. Teve como pressuposto o uso das informações na adoção de políticas públicas e, como consequência, a alteração dos índices de escolaridade no Estado de Pernambuco. A Sudene, instituição objeto deste trabalho, é emblemática na história do Nordeste e, particularmente na de Pernambuco, por ter sido o Estado escolhido para sediá-la, a partir do final dos anos 50. Desde sua criação, quando o Brasil vivia várias crises: econômica, política e social, a trajetória da Sudene foi permeada de várias crises como o Golpe Militar de 1964; a reforma constitucional, que retirou os recursos vinculados, enfraquecendo-a financeiramente; e a redemocratização, com a volta de profissionais aliados pelo governo militar. A Sudene, que representou a esperança nordestina por dias melhores, fora concebida com ousadia e inovação e foi em certo momento um espaço democrático do debate sobre a questão regional. Tentamos identificar a possível usabilidade das informações, os mecanismos de divulgação e acesso, face à disponibilidade tecnológica, da qual, aliás, a autarquia sempre foi precursora e porque seu considerável estoque informacional acumulado ao longo de seu funcionamento não é tornado público devidamente, no sentido do acesso como apropriação cidadã, apesar das constantes inovações tecnológicas como veículo de divulgação. O ponto focal da pesquisa foi a área de educação, como elemento imprescindível ao desenvolvimento e consequente bem estar social da população do Nordeste. É um breve resumo da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-chave: informação, Sudene, educação

Abstract: This work analyses the production of information about education, compiled by Sudene, by way of institutional documents written throughout the years 1960 to 1980. It took for granted the use of information on the adoption of public policies and, as a consequence, the alteration of the population's education range on the state of Pernambuco. Sudene, institution chosen as subject of research, is emblematic in the history of the Brazilian Northeast and, especially in Pernambuco's, for having been chosen as the state to host its headquarters since the late 50's. Since its inception, when Brazil went through many crises of various natures: economical, political and social, the history of Sudene was ridden with many crises such as the 1964 Military coup; the constitutional amendment, which removed the initially granted assets, weakening Sudene financially; and the re-implementation of democracy, with the return of workers who had been abandoned by the military government. Sudene, which had represented the hope that the Northeast had for better days, was created with a daring and innovative spirit and was, for some time, a democratic think tank engaging on the debate of regional differences. We hereby try to verify the possible usefulness of this information, the mechanisms to spread the information and make it accessible, having in mind the available technology (of which Sudene was always a precursor) and the reason its considerable data, accumulated through its working years, is not made public and appropriated by all citizens as should be, despite the constant technological innovations as vehicles for spreading the word. The main focus of this research was the field of

education as an essential element for the development and consequent social welfare of the Brazilian Northeast's population. It is a brief summary of the dissertation presented at the Graduate Program in Information Science, Federal University of Pernambuco

Keywords: information, Sudene, education

1. Introdução

Inconcebível tratar a instituição sem transitar por suas memórias, registradas em documentos e aquelas pertencentes aos sujeitos da história. Isto se torna ainda mais pertinente em se tratando Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, cuja atuação foi de muita abrangência, do ponto de vista espacial e das áreas do conhecimento envolvidas, na busca de cumprir a missão institucional de planificar, coordenar e superintender as ações necessárias ao desenvolvimento econômico-social da Região Nordeste.

O trabalho ora apresentado é um recorte da dissertação de mestrado, que enfatiza o tratamento da informação numa autarquia cuja missão foi o desenvolvimento regional.

Acreditamos que o resultado desta pesquisa trouxe novos elementos sobre o acervo produzido e, à luz da tecnologia da informação, contribui para viabilizar a divulgação e utilização de seus estoques de informação, atesta as ações implantadas em Pernambuco, no momento em que o estado, meio século depois da criação da Sudene, se encontra em um estágio de desenvolvimento – ainda sem a inclusão social esperada, proposto pelos visionários de então.

2. A tecnologia e a informação no século xx

Sabemos da importância da informação e sua institucionalização, ao longo da história. Contudo, foge ao escopo dessa pesquisa discutir e aprofundar os vários conceitos sobre informação.

Se na Idade Média o conceito de informação era o de dar uma forma à matéria, na modernidade o conceito muda para comunicar alguma coisa a alguém, em consonância com o período em que se vivia a racionalidade científica, cuja grande expressão no pensamento moderno é René Descartes, para quem, «por meio das letras (informação) se poderia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida» (DESCARTES, 2009: 39).

A partir da década de 50 do século XX, a Tecnologia da Informação (TI) passa a ser usada como canal de distribuição de informações, principalmente impressas, mas, a informação é disseminada nas mais variadas formas, que vão da oralidade, passando pela indústria de comunicação até a tecnologia digital, que se supera a cada dia.

Em 1964, Terrou sentenciava: «A informação tornar-se-á, tanto quanto – senão mais – o exercício de uma liberdade pública ou de uma ação política, o suporte de toda uma atividade social, seja de ordem pública ou de ordem privada» (62).

As redes sociais são a prova de que a liberdade está ao alcance «dos dedos» e que a circulação da informação torna difícil a «impunidade eterna dos canalhas», pois a «tecnociência cria novas formas de liberdade social» (JABOR, 2011: 6).

Serviço público: produção, uso e disseminação da informação

Enquanto instrumento de desenvolvimento, a informação pública segura deve estar acessível, de modo a tornar possível o controle social. Para isso, é esperada, como ação do governo, a difusão e o acesso às TIS e regulação do setor, prestando serviços de qualidade, por meio do *e-government*, *e-gov*, ou governo eletrônico.

Segundo Vaz (2005), *e-government* é «a aplicação intensiva das TIC aos processos de prestação de serviços e relacionamento dos governos com os cidadãos pela intermediação eletrônica, contínua e remotamente». Complementando esta definição, Jardim afirma que:

«o governo eletrônico expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático» (2001: 36).

Em 1989, foi criada, no Brasil, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), viabilizada no ambiente da comunicação e informação, dez anos depois, por meio do Decreto N.º 3.294, de 15.12.1999, foi instituído o Programa Sociedade da Informação. No ano seguinte, foi instituído o Governo Eletrônico, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto Presidencial de 03 de abril de 2000).

Podemos citar duas iniciativas brasileiras bem sucedidas do uso da TI: o primeiro, as últimas eleições, em 2010, em que mais de 106 milhões de eleitores votaram eletronicamente; o segundo se refere à arrecadação da Receita Federal, com mais de 20 milhões de pessoas que declararam seus rendimentos via internet.

A TI viabilizou o mais amplo controle do Estado em relação aos cidadãos, devidamente legitimado, pois ele dispõe de nosso cadastro pelo título de eleitor, cartão SUS, CPF, cartão de programas sociais, entre outros.

O governo eletrônico pressupõe a modernização da gestão pública. No entanto, sabemos que apenas a adoção da TI não é suficiente, caso não haja investimentos na capacitação de pessoal e mudança da cultura vigente. Na concepção de Lenk e Traummüller (2001) são quatro as perspectivas vislumbradas no e-gov: as perspectivas do cidadão, dos processos, da cooperação e da gestão do conhecimento. Assim o e-gov:

«gera o fortalecimento da cidadania; estreita o relacionamento governo-cidadão; racionaliza os processos administrativos públicos; agiliza a prestação de serviços; aumenta a qualidade de atendimento do cidadão; integra e dissemina as informações; fomenta, regulariza e expande o uso da tecnologia da informação» (apud ALENCAR; COSTA; LEMOS 2006: 2).

Na qualidade de produtor de informações, o Estado é, segundo Barreto (1996), «detentor de estoques estáticos de informação e possui as condições políticas de sua disponibilização», o que lhe confere o poder político de torná-las acessíveis.

O Estado – maior produtor de informações, em que a opacidade é maior que a transparência, e a sociedade, usuária potencial daquelas informações, um ou outro, ao tê-las, se reveste de poder. As tecnologias possibilitam a passagem da informação para o estágio de capital informacional, em qualquer tempo e em qualquer lugar; logo, quem a possuir assegura a acumulação do capital. Portanto:

«No âmbito das classes que não têm a posse do capital, por um lado, a discussão dos direitos à informação, em geral, aparece ligada à informação como um dos direitos inalienáveis do cidadão, compreensão que se acha na base do desenvolvimento das políticas públicas governamentais (JARDIM; WILKE, 2008)».

A informação, portanto, como parte integrante do processo do conhecimento, será demandada de acordo com sua oferta. Neste sentido, espera-se que o Estado cumpra seu papel de provedor público da informação e viabilize o processo de participação democrática nas decisões políticas.

3. Novas necessidades de informação no Brasil

Um momento da formação da Nação brasileira, que marcou a diferenciação de sua base agrária, pode ser apreendido a partir do incremento do processo de urbanização, o qual provocou o adensamento das cidades, por uma população oriunda das fazendas, engenhos, propriedades rurais. Aos poucos formou-se uma burguesia fornecedora e usuária de serviços, estabelecendo-se, assim, a transição da sociedade capitalista agrária para a da sociedade capitalista urbana.

O Brasil foi sendo estruturado administrativamente, transformando-se numa sociedade organizacional, por meio da criação de diversos órgãos e instituições, que absorviam um contingente cada vez maior de egressos da oligarquia agrária, os doutores e bacharéis, que, juntamente com os negociantes e industriais, formavam a classe média urbana, cuja maior parcela estava inserida no setor público, formando o estamento burocrático, característico do capitalismo e do Estado moderno.

Neste período, iniciado nos anos 30, a informação era controlada por meio da censura dos jornais e demais publicações, que eram obrigados a obter a chancela do DIP¹, cuja atividade era definir o que deveria ser informado, deixando clara a intrínseca relação entre informação e comunicação.

Havia uma seleção prévia do que seria comunicado, de que forma comunicar e dar a conhecer o que é estabelecido por quem detém o poder. Um exemplo disso é a «Hora do Brasil», veiculada pela Radiobrás, diariamente em cadeia radiofônica de caráter nacional, desde 1938. Apesar das inovações na área informacional, sobrevive até nossos dias.

Durante o Estado Novo, o fortalecimento do poder burocrático-estatal esteve refletido no aumento de sua capacidade decisória, com a instituição de

¹ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.915 de 27/12/1939, atuava como os órgãos e instituições de imprensa varonista e objetiva e comunicação das massas por meio de radiodifusão.

inúmeros órgãos consultivos e normativos. Entre as comissões, se destaca a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira, criada em 1935, sucedida pela Comissão de Reajustamento, que, por sua vez, culminou com o Conselho Federal de Serviço Público Civil, instituído pela Lei n.º 284/1936.

O Estado procurava fortalecer seu poder por meio do «aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social» (DINIZ, 1981: 79).

O Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938 pelo Decreto-Lei n.º 579 de 30 de junho, cumpria o disposto na Constituição de 1937: «Art. 67 – Haverá, junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo [...]».

O Dasp tinha, como um dos objetivos «racionalizar o sistema administrativo do país», e, pela abrangência de suas competências, transformou-se num super-ministério. (GRAHAM, 1968 apud DINIZ, 1981: 110). Suas atribuições se constituíam em racionalização da administração federal, o recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal e as providências para capacitação por meio de programas e bolsas de estudo no exterior (SANTOS, 2010: 78).

A estrutura organizacional do Dasp comportava a Biblioteca, que, seguindo a orientação da Unesco, «tratava-se de um dos instrumentos indispensáveis à organização dos sistemas nacionais de informação que se pretendia implantar» (SILVA, 2006 apud SANTOS 2010: 78).

A década de 30 também desperta uma certa preocupação, no Brasil, com o saber científico, a informação, o conhecimento. Refletindo essa preocupação foram criadas algumas instituições com objetivos direcionados para o tratamento, o armazenamento, a preservação e a disseminação de informações em áreas específicas do saber, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Getúlio Vargas – FGV; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

4. A questão nordeste e a gênese do planejamento regional

No Novo Mundo, incorporado ao domínio europeu pelas grandes navegações dos séculos XV e XVI, o Nordeste do Brasil foi uma das primeiras regiões a ser colonizada, embora *Região Nordeste* não fosse uma denominação utilizada naquele momento.

A primeira divisão territorial brasileira foi a das capitanias hereditárias; só a partir de 1930 o Nordeste se constituiu plenamente como uma região com delimitação oficial (BERNARDES, 2007).

À borda do Atlântico, numa das áreas mais ricas do solo brasileiro, os portugueses introduziram a cana-de-açúcar, espécie de origem asiática, que assegurou, a partir do século XVI, as condições sócio-econômicas do então Norte brasileiro, tornando esta parte da Colônia a maior produtora e exportadora de açúcar entre os séculos XVI e XIX:

«O complexo econômico instalado nas novas terras possuía algumas características que devem ser assinaladas: a união da produção agrícola, a produção da cana, com uma estrutura de sua transformação em um novo produto, o açúcar. Esse complexo econômico estava marcado pela exigência de mobilizar vultosos capitais, uma rede internacional de distribuição comercial, a concentração da propriedade da terra, a conseqüente concentração de renda e a existência de formas violentas de submissão da mão-de-obra, ou seja, a escravidão. Esta, para sua existência no Novo Mundo, exigia, por sua vez, a existência de um tráfico internacional legal, dispondo de agentes em vários lugares e, ainda, de uma conveniente frota de navios» (BERNARDES, 2007: 41-79).

A Inspetoria de Obras Contra as Secas – Iocs² foi a mais antiga instituição federal com atuação na região, implantada em 1909. Construía açudes e demais reservatórios de água, realizava ações de infraestrutura, conhecidas na literatura como «soluções hidráulicas», que não resolveram a questão. Sua área de atuação foi então designada de Nordeste.

Nesta região o Governo Federal criou, no período de sete anos: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, 1945; a Comissão do Vale do São Francisco, 1948; o Instituto Joaquim Nabuco, 1949³; e os Bancos Nacional de Desenvol-

² Em 1945 passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas.

³ Fundação Joaquim Nabuco em 1979.

vimento Econômico e do Nordeste do Brasil, ambos em 1952, na tentativa de criar condições e instituições adequadas, que atuassem para o desenvolvimento do Nordeste.

Aos poucos ficou claro, para o governo, que os problemas decorrentes do atraso econômico-social nordestino não se resolveriam com uma simples coleta de água, que projetos assistencialistas não bastavam para solucionar a problemática da região.

Numa revisão da política da União para o Nordeste, a revista Equipe, editada pela Divisão de Relações de Pessoal da Diretoria de Pessoal da Sudene, em número especial comemorativo de 10 anos da Autarquia, afirmava em dezembro de 1969:

«Durante 50 anos a ação governamental no Nordeste concentrou-se na política de combate às secas [...] depois de tanto tempo de 'obras contra as secas', a economia nordestina era tão vulnerável a elas em 1958, quanto em 1877 [...] o dinheiro despejado no Nordeste nunca deixaria de ser assistência ao invés de investimento, porque o nosso problema, desde o início, não era só a VERGUA, era também o VERBO: era preciso SABER» (SUDENE, 1969: 10).

As diversas instituições federais atuantes na Região Nordeste, fragmentavam a ação governamental o que apontava para a necessidade de uma coordenação para efetivar a intervenção programática planejada.

A regionalização de países territorialmente extensos é um instrumento inequívoco para o desenvolvimento. Assim é que a constituição vigente de 1988 ao estabelecer «a composição dos organismos regionais» anteriormente mencionados, ratifica o acerto de uma instituição que realizava ações técnicas e políticas para a tão sonhada equidade nacional.

Lutas sociais, estado e planejamento

A preocupação do Governo Federal em relação ao Nordeste se revela nas últimas cinco constituições brasileiras.

A constituição vigente, promulgada em 1988, considerou as questões relativas aos desníveis regionais, que se acentuaram, a despeito de todos os esforços empreendidos pelo Governo Federal, cujos preceitos convém destacar:

«no Art. 3.º, item I: "garantir o desenvolvimento nacional" e no item III "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as **desigualdades sociais e regionais**":

no Art. 43.º § 1.º "Lei complementar disporá sobre: I – as condições para **integração de regiões em desenvolvimento**; II – a **composição dos organismos regionais** que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovado juntamente com estes" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Cabe uma reflexão sobre esses preceitos, pois a Região Nordeste, na data da promulgação da Carta, já dispunha de um organismo regional em funcionamento havia quase três décadas, a Sudene».

A crescente urbanização e a formação da classe média do Centro-Sul acentuavam ainda mais as diferenças regionais; paralelamente, as capitais nordestinas registravam um crescimento urbano favelado, formado por uma classe pobre que vivia à margem das poucas oportunidades de bem-estar social.

Em Pernambuco, a maior parte da população urbana era constituída de migrantes da área rural, atingidos pelo fenômeno climático, as secas. Em 1960 a população urbana era de 1.828.426, duas décadas depois passa para 3.783.264, o que significa um aumento de 206,91% de pessoas nas cidades⁴.

A unidade nacional tornava-se vulnerável, à medida que a disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul se acentuava; curiosamente, a participação política nordestina no cenário nacional aumentava. Segundo Castro:

«Um dos perigos do desequilíbrio econômico nacional é a ameaça de separatismo, a ameaça de agitação social. É isso que devemos evitar e não o conseguiremos enquanto houver regiões de riqueza e de miséria, de fome e de luxo, de abandono e de privilégio» (1957: 114 apud HIRSCHMAN, 1961: 89).

É impossível desassociar o movimento de industrialização brasileiro cuja participação no PIB era de 25% em 1960, da expansão do grande capital monopolista, que não solucionou as contradições do desenvolvimento das áreas periféricas – Norte e Nordeste, cidade e campo, antes acentuou-as.

No Centro-Sul, o setor agroexportador era muito forte, formado pelo capital

⁴ Censo demográfico IBGE, 1960 e 1980.

caféiro, mas se observa picos de crescimentos da industrialização nos anos de 1885, 1920, 1929 e 1939, e após um intervalo, em 1947.

A indústria emergente era caracterizada por bens de consumo, com a intervenção do Estado a partir do Governo Vargas (1951-1954), inicia-se uma transição, passando à indústria de bens de produção, ratificado e expandido com o Programa de Metas do Governo Kubitschek (1956-1961), que deu grande ênfase à industrialização.

Movimentos da sociedade civil, como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955), a Conferência Nacional dos Bispos do Nordeste (Campina Grande-PB, 1956), o Encontro de Salgueiro (1958) e o Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste (Natal-RN, 1959) refletiam o grau de insatisfação generalizada em relação à política do Governo Federal para a Região Nordeste.

Pressionado, o governo criou, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1956) que, liderado por Celso Furtado, elaborou o documento «**Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**», apresentado ao Presidente Juscelino Kubitschek em 1959, que em paralelo enviou ao Congresso o projeto de lei criando a Sudene.

«Quase tudo na lei da Sudene era «diferente» e de grande alcance. Tratava-se de uma nova entidade federal, mas em seu Conselho Deliberativo tinham assento não só os representantes dos Ministérios econômicos e os das agências a serem coordenadas – tais como o Dnoes, Cysf, UNB, como também os governadores dos nove estados nordestinos. Incluindo em seu planejamento a área do estado do Maranhão, a Sudene ampliou a definição tradicional de Nordeste» (HIRSCHMAN, 1961: 98).

Quando a Sudene foi instituída, o cenário populacional brasileiro era de 70 milhões de pessoas, em 1960; vinte anos depois, essa cifra era de 120 milhões de pessoas, das quais 51% viviam em cidades.

O crescimento populacional foi acompanhado da desigualdade social – em 1960, 50% da população pobre dispunha de 17% da renda nacional, enquanto os mais ricos dispunham de 39%; em 1980, a percentagem de participação dos mais pobres diminuiu para 12%, enquanto a dos mais ricos subiu para 50% da receita, no mesmo período.

A Sudene iniciou sua atuação devidamente institucionalizada e politicamente estruturada, a partir de dezembro de 1959, e absorveu o patrimônio constituído pelo acervo do Codeno, «incluídos os seus haveres, bens móveis, **documentos e papéis do seu arquivo**» (BRASIL, 1959, grifo nosso), era um órgão técnico por excelência, órgão de planejamento econômico, objetivando o desenvolvimento da maior e mais populosa região subdesenvolvida do hemisfério ocidental.

Segundo Oliveira, a Sudene em sua forma institucional, autárquica, foi «uma espécie de Revolução de 30 defasada em pelo menos duas décadas» (1981: 37), e seu processo de criação no âmbito parlamentar «reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região» (115).

Era um órgão regional com incumbências de Ministério. E o Presidente Kubitschek tinha consciência disso:

«Conheço a conspiração dos que sofrem com a metamorfose do Brasil, sentindo-se por ela prejudicados. Conheço o que os inspira e movimenta. Não ignoro os interesses que estão sendo contrariados por iniciativas como esta da **Operação Nordeste**, a qual será capaz de transformar extensa parte do nosso território, modificando radicalmente a sua política e promovendo a valorização econômica de certas zonas, cujos habitantes figuram entre os mais desprotegidos de nossa Pátria, mas também entre os mais heróicos e merecedores de todo nosso respeito e desvelo. Sou obrigado a confessar, com tristeza, que encontrei obstáculos à formulação da nova política de desenvolvimento do Nordeste, porque o próprio estado crônico de desamparo de uma parte da família brasileira dava margem a uma espécie de indústria, propiciando o estabelecimento e a permanência de clientelas ávidas a serviço de interesses muita vezes em conflito com as verdadeiras necessidades do povo e da administração [...] Impunha-se a execução de uma política econômica fundamentada no planejamento global de medidas tendentes a modificar a estrutura do sistema econômico da região nordestina, adaptando-a as possibilidades e exigências do meio [...]

Se os instrumentos de que vamos dispor doravante trabalharem todos numa só direção e não uns contra os outros, — ou como até agora tem ocorrido nas hipóteses mais favoráveis — alheios uns aos outros, parte substancial da população nordestina será liberada de um desespero tanto mais terrível, quanto mais silencioso [...] Ao sancionar a Lei que cria a Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste, dou por encetada a fase executiva da Operação Nordeste, que toma o seu lugar no vasto quadro da Operação Pan-Americana e representa ato de legítima defesa do Brasil, demonstrando nossa decisão de nos empregarmos a fundo no sentido de harmonizar as forças políticas e econômicas da Nação e conduzi-las para os grandes objetivos da paz, da união e da prosperidade» (KUBITSCHER, 1959: 349-354, grifo nosso).

O entendimento é que a Sudene «deveria tornar-se progressivamente o grande órgão de estudos, informação, planejamento, coordenação e controle do Governo Federal no Nordeste» (SUDENE, 1969: 31), ou seja, a instituição seria o instrumento de uma «intervenção planejada», componente de um processo de «modernização conservadora na região» (LIMA JR. 2008: 23; 114).

Com a Sudene,

«tornam-se mais visíveis os focos de miséria até então mascarados pela miopia coletiva e pelo tradicionalismo ideológico que reduzem o inconformismo camponês nascente – tal como o movimento operário nos anos 20 – a mera 'questão de polícia'. Segundo essa mesma ótica, as causas da miséria seriam atribuídas à ignorância, ao atraso e à indolência que só poderiam ser vencidos em longo prazo, quando o sopro do progresso, através de uma política gradual de educação e saúde, difusão de técnicas agrícolas, energia e transporte rompesse o isolamento fatal que confina à passividade social o trabalhador dos campos» (CAMARGO, 1981: 167).

Foi concebida, também e, sobretudo, para propor as diretrizes da ação governamental na Região (BACELAR, 1986: 9). A principal atribuição da autarquia era o planejamento

«como um processo decisório e, em última instância como um sistema informacional, porquanto seus insumos e produtos são informações, sob os mais diversos ângulos, os instrumentos da nova política social têm de ser gerados nesse contexto» (SANTANA, 1986: 206-207).

Para planejar, precisava de informação, era preciso produzi-la. Todavia, o escasso número de servidores, em sua maior parte desqualificados para o desempenho das atividades de pesquisa de campo, de desenvolvimento

econômico, entre outras, obrigou a gestão a investir inicialmente na formação do seu quadro técnico.

O processo de coleta de dados e informações, reconhecidamente fundamentais, até hoje, para o conhecimento regional e implantação de políticas desenvolvimentistas, só foi deflagrado após a formação do seu quadro técnico, num grande esforço para «suprir a deficiência de informações socioeconômicas sobre o Nordeste» (SUDENE, 1990: 59).

As informações sobre a Região Nordeste, produzidas ao longo dos anos de atuação da Sudene foram e são determinantes para a busca de recursos financeiros e incentivos fiscais que viabilizem empreendimentos públicos e privados nas áreas industrial, agrária e de serviços. Estas informações se constituem em ativos, se considerarmos que:

«O Nordeste é com certeza, a macrorregião do Brasil detentora da mais vasta e antiga experiência de planejamento. O acervo de conhecimentos [estoques de informação] assim acumulados constitui uma base irrecusável de apoio para a formulação de uma proposta de desenvolvimento regional» (BRASIL, 2005: 87).

O capital informacional produzido pela Sudene ao longo de sua atuação, ainda hoje parcialmente inexplorado, nos remete ao que afirma Jardim (1999 apud JARDIM; WILKE, 2008: 7) «o Estado é uma das maiores fontes de informação e que requer ainda uma grande quantidade de massa informacional para sua manutenção».

A estrutura política da Sudene quando de sua criação se reflete na composição de seu Conselho Deliberativo formado por governadores da Região, representantes de órgãos federais e financeiros (Quadro 1), ao mesmo tempo em que demonstra a complexidade de sua formação, exigindo permanente mediação do Superintendente, embasado por estudos técnicos. Na visão de Silva Filho:

«Uma consequência da maior importância da estrutura da Sudene foi propiciada por uma integração permanente entre o poder político e os aspectos técnicos do desenvolvimento, fazendo com que os políticos aprovassem planos, programas e projetos com o máximo de suporte técnico, enquanto os técnicos, cada vez mais, tomavam consciência de que a efetiva operacionalização dos programas e projetos dependeria de articulação e participação do poder político» (2009: 14).

A superação dos desequilíbrios regionais entre o Nordeste e o Sudeste, além de estudos, exigia a participação das lideranças políticas dos estados e principalmente a participação direta do estado enquanto indutor, traduzida em decisão política e recursos financeiros.

Quadro 1 – Estrutura organizacional da Sudene 1959-1973

Órgão	Composição
<p>Conselho Deliberativo Não tem estrutura fixada em lei, não dispõe de presidente efetivo. Cada sessão era presidida por um dos seus membros, eleito <i>ad hoc</i>, conforme o parágrafo 1.º do art. 13 da Lei n.º 3.692. É um órgão político de planejamento com poder de fazer escolhas políticas.</p>	<p>Governadores dos Estados e território Federal da área de atuação da Sudene; Representante do Estado-Maior das Forças Armadas; Representantes de cada um dos Ministérios Civis da União; Representante da administração indireta federal, ligada diretamente ao problema regional (Dnocs, Chesf, Codevasf, Suvale). Representantes dos Bancos: do Nordeste do Brasil; Nacional de Desenvolvimento Econômico; do Brasil Superintendente da Sudene.</p>
<p>Secretaria Executiva</p>	<p>Gabinete do Superintendente; Assessoria Técnica; Assessoria Jurídica; Departamento de Pesquisas de Recursos Naturais; Departamento de Atividades Econômicas Básicas; Departamento de Estudos Específicos; Departamento de Controle e Ação de Emergência; Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal; Departamento de Atividades Internas Escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo Foram criados ainda: Grupos Especiais de Águas Subterrâneas; de Abastecimento de Água; de Águas de Superfície; de Estudos do Vale do Jaguaribe e de Irrigação do São Francisco.</p>
<p>Secretaria Executiva (Decreto n.º 52.346, de 12/08/1963).</p>	<p>Gabinete do Superintendente – GS; Assessoria Técnica – AT; Assessoria Jurídica – AJ; Assessoria de Cooperação Internacional – ACI; Auditoria – AUD; Departamento de Recursos Naturais – DRN;</p>

Órgão	Composição
	Departamento de Recursos Humanos – DRH; Departamento de Investimentos de Infraestrutura – Dinfra; Departamento de Agricultura e Abastecimento – DAA; Departamento de Industrialização – DI; Departamento de Administração Geral – DAG Escritórios
Secretaria Executiva – 1967	Departamento de Administração Geral – DAG; foram criadas as: Diretoria Financeira – DF Diretoria de Pessoal – DPE Departamento de Investimentos de Infraestrutura – Dinfra passou para: Departamento de Transportes – DT Departamento de Energia – DE Departamento de Saneamento Básico – DSB
Reforma administrativa – 1974 (Decreto n.º 72.776, de 11/09/1973).	Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Executiva da Sudene, cuja implantação se deu por meio da Portaria 12/73, da Superintendência da Autarquia, que também aprovou o Regimento Interno.

Fonte: A autora.

Considerando que as instituições são criadas a partir das relações sociais de poder e que estas mudam ao longo do tempo, mudam, conseqüentemente, suas características institucionais, condição *sine quo non* de sobrevivência.

A área administrativa da Sudene, como não podia ser diferente, passou por várias alterações, criação e supressão de unidades administrativas, mudanças de níveis hierárquicos, criação e participação de empresas subsidiadas.

Antes de ter a sede própria, erguida em terreno doado pela Universidade Federal de Pernambuco, no reitorado de Murilo Guimarães em 1967, a Autarquia ocupou mais de 20 endereços na cidade do Recife.

O projeto arquitetônico foi elaborado por Pierre Reithler, Ricardo Couceiro e Paulo Roberto de Barros e Silva, com consultoria de Maurício do Passo Castro⁵,

⁵ Fonte: Alcilia Afonso de Albuquerque Costa – *A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola*. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09_098/128>. Acesso em 24/04/2011.

arquiteto que desde os anos 50 buscava soluções climáticas para seus projetos, numa época em que a questão ambiental ainda não estava na pauta do politicamente correto.

A forma inovadora do edifício da Sudene, até hoje, revela uma preocupação ambiental pelo uso de vidros que asseguram luminosidade natural, do alumínio, que permite a leveza, e dos combogós, garantindo a constante circulação de ar.

A construção da nova sede, com área de 68.000 m², foi muito importante, conforme noticiado em revista da Sudene:

Uma das maiores vantagens da nova sede será a concentração de todos dos departamentos da Sudene atualmente espalhados em 30 locais diferentes no Recife, acarretando sérios transtornos funcionais, com reflexos diretos na eficiência dos serviços. Além da economia, este ano foram desembolsados, somente com aluguéis, recursos superiores a ncr\$ 1 mil. Sem falar nas despesas com vigias, pessoal de portaria, transporte e rede telefônica para interligar os diversos setores à administração central (SUDENE, 1968: 18-19).

A magnitude de sua construção, atual até hoje, deixa claro que o Governo Federal marcava presença numa região dotada de riquezas inexploradas, a exemplo das reservas minerais e energéticas; da riqueza cultural; da capacidade intelectual; da expressão política e, portanto, com potencial para se colocar no cenário nacional.

5. A informação como instrumento de ação

Desde seus primórdios, a Sudene sempre teve um tratamento técnico atualizado na área de documentação e informação, tendo como referência o Dasp.

De acordo com Braman (2004, apud GONZALES DE GOMES, 2007), o escopo e a abrangência do regime de informação deverão remeter:

ao GOVERNO: as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas; à GOVERNANÇA: instituições formais e informais, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito constitutivo sobre a sociedade; à GOVERNAMENTALIDADE: o contexto cultural e social a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança (166).

Nesse sentido, a Sudene reunia essas três instâncias, sendo uma instituição de planejamento, voltada para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Entre as suas atividades de informação e documentação têm relevância:

- a) Recobrimento cartográfico regional;
- b) Investigação sistemática dos recursos naturais;
- c) ...Investigação da estrutura e dinâmica da sociedade e da economia regional e dos espaços sub-regionais;
- d) Avaliação do aparelhamento e funcionamento da administração pública no Nordeste, que compreende a montagem da base informacional, a identificação das áreas-chave de intervenção, a elaboração de cadastros técnicos e a realização de estudos especiais;
- e) Elaboração do sistema de acesso à informação científica, denominado Termos Coordenados;
- f) Elaboração do estudo Tramitação de Documentos na Sudene;
- g) Sistema Regional de Contas;
- h) Sistema Regional de Indicadores Sociais.

Dentre os trabalhos elencados, dois nos parecem dignos de relevância pelo ineditismo. Um deles é o Termos Coordenados, trabalho elaborado em 1963 e apresentado nos V e VI Congresso de Biblioteconomia e Documentação, em 1967, em São Paulo e em 1971, em Belo Horizonte, respectivamente, e publicado no Boletim Econômico da Sudene em 1969.

O outro trabalho que merece relevância é Tramitação de Documentos na Sudene, elaborado em 1967, versa sobre o processo de tramitação de documentos recebidos na Sudene a partir do Serviço de Protocolo, como recebimento, seleção de documentos.

Mesmo com toda a singeleza, está registrado que de fato, existia uma cultura em tratar e preservar o documento e a informação.

A Divisão de Documentação era composta pelas atividades de **Biblioteconomia, Documentação, Editoração e Divulgação, e de Serviços Gráfico e de Reprodução**, o que reflete a política relacionada à questão documental, apesar da separação de atividades correlatas, a exemplo da Divisão de Arquivos e da Divisão de Documentação.

As diretrizes «daspianas» referentes à documentação e informação estão explícitas nas atribuições da Biblioteca, que não tinha a postura custodial, diferentemente de grande parte das bibliotecas públicas até hoje: antes cuidava de difundir o acervo, como se pode ver na descrição de suas atividades:

1. Adquirir e registrar todo o material bibliográfico da Sudene;
2. Elaborar o processamento técnico e o controle do acervo bibliográfico;
3. Efetuar pesquisas bibliográficas;
4. Fornecer bibliografias especializadas;
5. Realizar o serviço de referência e empréstimo;
6. Registrar e fornecer informações técnico-científicas;
7. Analisar e difundir, através de publicações bibliográficas, informações de interesse do órgão;
8. Manter o catálogo sistemático e seus auxiliares;
9. Assessorar a organização de bibliotecas departamentais;
10. Manter o intercâmbio de publicações com órgãos governamentais;
11. Realizar a distribuição das publicações editadas pela Sudene;
12. Estabelecer relações com outros centros nacionais e estrangeiros;
13. Preparar listas de publicações para distribuição, assim como sua expedição;
14. Atender ao público *in loco*, distribuindo publicações editadas pela Sudene;
15. Conseguir, por doação, publicações de alto nível para o acervo da Biblioteca.

As atividades de registro da informação em vários suportes, tais como: impressão tipográfica, mimeográfica e *offset*, reproduções heliográficas, gravações eletrônicas e serviços de encadernação, eram atribuições do Setor Gráfico e de Reprodução. As leituras efetuadas na busca de dados levam a perceber a preocupação da Autarquia com a informação e com documentação, na produção, seja na distribuição ou no arquivamento.

A mudança para o prédio-sede (1974) obrigou a implantação do **Serviço de Comunicação Interna**, que envolvia as atividades de correio interno, expedição, controle, arquivo e microfilmagem, assim como o **serviço de Reprografia**, que envolvia a Gráfica, Apoio às Atividades Gráficas e de Comunicação Social, Audiovisuais e Documentários, Reprodução Eletrostática, redistribuição as atribuições das unidades da Divisão de Comunicação e Arquivo e de Documentação. As atividades do Serviço de Comunicação Interna estão explicitadas no quadro 02.

Quadro 2 – Atividades do Serviço de Comunicação Interna

Correio interno	As dimensões da nova sede com 68.000 m ² , distribuídos em 15 pavimentos, exigia um serviço que agilizasse o fluxo documental nos diversos órgãos que compunham a Sudene. Eram movimentados uma média de 320.000/ano documentos por 15 mensageiros, oito vezes ao dia em 127 postos de coleta/entrega. O uso da informática era restrito à área financeira e folha de pagamento e não existia serviço eletrônico de comunicação interna, muito menos internet.
Expedição	Além dos malotes entre os escritórios regionais, eram 12 – os oito estados do Nordeste, Norte de Minas gerais, em Montes Claros, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília – o serviço cuidava da remessa e recebimento das correspondências e das encomendas; distribuía internamente as correspondências recebidas no Protocolo Geral e controlava a numeração de ofícios expedidos pela Autarquia.
Controle	Tinha como atribuição dirigir o Protocolo Geral por meio da organização e atualização dos registros de tramitação de documentos.
Seção de Arquivo e Microfilmagem	Controlava toda documentação ingressada por meio de numeração, pela qual se procedia à recuperação da informação. A microfilmagem era provida de equipamentos e técnicas avançadas, regulamentadas pelo Decreto N.º 64.398, de 24/04/1969.

Fonte: A autora.

Destacamos a inovação da Sudene numa área de tecnologia recém introduzida no país, a microfilmagem⁶. Em Pernambuco, foi a primeira instituição pública a utilizá-la.

O Brasil foi um dos primeiros países a legislar sobre a microfilmagem de documentos oficiais, cuja Lei n.º 5.433 foi promulgada em 1968⁷. A Sudene foi, no Nordeste, precursora da prática de migração de suportes para preservação da informação.

O investimento para aquisição de equipamentos e capacitação técnica foi referência na implantação dos serviços de microfilmagem no então Instituto Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco, Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, Companhia de Habitação de Pernambuco e Arquivo Público Estadual.

A introdução da microfilmagem no Brasil foi permeada por equívocos quanto à guarda da documentação microfilmada. Diversas instituições descartavam os documentos após sua microfilmagem; na Sudene não foi diferente:

O serviço de Arquivo da Sudene é muito complexo, razão pela qual a Sudene baixou a seguinte ordem: JOGUE SEUS ARQUIVOS FORA. QUEIME TODOS OS DOCUMENTOS. Para cumprir tal ordem não foi difícil: a Sudene aparelhou-se à altura com um sistema de Microfilmagem, composto de uma microfilmadora, uma processadora e o leitor-copiador. No Arquivo Geral existem cerca de 3 milhões de documentos. Com a microfilmagem se pode armazenar 71.000 documentos em apenas 10 centímetros quadrados de uma estante (Revista Equipe (1969) 14-15).

No entanto, havia profissionais comprometidos com a questão, como coloca o mesmo depoente:

Eu estudei o Código Civil para ver quais documentos podiam ser destruídos, preparei normas, a Norma n.º 01 – o que deveria ser microfilmado, e a Norma n.º 02, o que poderia ser destruído depois de microfilmado [...] compramos

6 Processo de reprodução em fac-símile sobre filme fotográfico, com uma redução que requer assistência ótica para leitura do conteúdo intelectual (isto é, o que está escrito ou impresso e ilustrações) de materiais arquivísticos e de bibliotecas. (EM, 1997: 4).

7 Lei n.º 5.433 de 08/15/1968, regula a microfilmagem de documentos especiais, regulamentada pelo Decreto n.º 1.799, de 30/01/1966.

uma máquina fragmentadora, era muita coisa, papel demais, então eu doava para as freiras do Bom Pastor um caminhão cheio [...] depois nós começamos a usar o forno da Sudene, aquele prédio tem um forno exatamente para queimar documentos oficiais sigilosos. (ENTREVISTADO 4).

Para o registro da produção da informação, além de microfilmes já referenciados acima, eram utilizados diferentes suportes em seu acervo, a exemplo do arquivo de slides, fotografias e negativos fotográficos, audiovisuais, documentários cinematográficos projetados em redes de cinema em nível nacional.

O tratamento eletrônico de dados na Sudene começou com uma calculadora de mesa e com o computador 1401, utilizados para elaboração da folha de pagamento da Autarquia, no período de 1959 a 1964.

No ano seguinte a regularização do cálculo automático se efetivou com a perfuração e classificação de cartões. Em 1966, foram contratadas 22 horas/mês no computador *block time* da IBM⁸, que dois anos depois operacionalizava um computador de terceira geração, o 360.

Em 1968, a Sudene alugou ao Serviços de Processamentos de Dados do Governo Federal – Serpro, um computador 1401 (Foto 6) e, por meio da Seção de Processamento de Dados, implantou gradativamente o processamento da contabilidade, cadastro de pessoal, controle patrimonial, avaliação de desempenho de funcionários e processamento de sondagens estatísticas dos vários departamentos da autarquia.

O pioneirismo da Sudene na questão da automação pode ser atestado na aquisição de equipamentos lançados há menos de dez anos, considerando-se que naquele momento «o Brasil de certa forma acompanhou a expansão que se verificava na indústria eletrônica mundial, mas na condição de país-sede de investimentos estrangeiros diretos» (XAVIER SOBRINHO, 1994: 183).

⁸ No Brasil desde 1917, a IBM funcionava com o nome de Computing Tabulating Recording Company, ano em que a Diretoria de Estatística Comercial firmava contrato de prestação de serviço com o Sr. Valentim F. Bouças, representante da CIB. Os resultados obtidos levaram o Governo brasileiro a contratar a empresa para o censo demográfico de 1920. Quatro anos depois, a IBM se estabelecia definitivamente no país e, por meio de decreto assinado pelo então presidente Arthur Bernardes, estendeu suas atividades a diversas e importantes organizações privadas da indústria e do comércio. (Informações extraídas do site: <http://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.html>. Acesso em: 14/08/2011).

A Coordenação de Informática – CIN, criada em 1973, por meio do Decreto 72.776, só foi estruturada no ano seguinte, juntamente com a mudança da Sudene para a nova sede no Engenho do Meio (01/04/1974),

Da CIN faziam parte as atividades de Estatística, Modelação, Documentação e Processamento Eletrônico de Dados, enquadradas em divisões, e o Grupo de Tarefa do Sistema de Documentação – GTSD.

O aumento da demanda de serviços de processamento automático de dados e início dos estudos para reorganização do sistema documental da Sudene e da automatização do Sistema de Informações para o Planejamento são fatos registrados no ano de 1978, conforme o Relatório de Atividades da Coordenação de Informática (1974 a 1978).

A possibilidade de se pesquisar em relatórios institucionais oportuniza conhecer quanto de vanguarda pode existir nas estruturas burocráticas, os técnicos da Sudene tinham este «olhar futurista» na origem da política industrial de computadores que se iniciou no governo Médici (1970-1974).

A preocupação com os conjuntos documentais foi crescente e constante na Sudene, devidamente registrada em estudos e diagnósticos; nos anos 70 foram intensificadas ações como a proposta de sistema, o Sidne – Sistema de Informação para o Desenvolvimento do Nordeste, cujo objetivo era: «Apoiar os órgãos responsáveis pelo planejamento regional, em especial a Sudene, subsidiando-os com informações adequadas às atividades» (SUDENE, agosto, 1980c: 6).

6. Conclusões

Esta pesquisa foi realizada na Biblioteca Celso Furtado da Sudene, a guardiã de verdadeiros tesouros sobre Pernambuco e demais estados do Nordeste. Tinha como foco inicial as informações sobre educação, mas revelou aspectos proeminentes da relação intrínseca e inerente entre a informação e o planejamento.

Mostrou a urgência do Governo Federal, à época, em dirimir as escandalosas diferenças regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul. As convulsões sociais, fruto da crise econômica reforçada pelo desafio ambiental que assolava o Nordeste, norteou a decisão em investir em infraestrutura, na tentativa de elevar os padrões econômico-sociais da maioria da população.

Essa decisão deparou-se com a realidade brutal de uma Região em sua maior parte desprovida dos elementos básicos da civilidade: saneamento, habitação, saúde, educação e renda.

A Sudene, uma instituição concebida para planejar o desenvolvimento e produtora de um insumo fundamental para sua missão, a **informação**, precisou ir além do planejamento e se tornar também executora. Investir na educação impôs-se como estratégia importante para mudar a realidade nordestina.

Seus colaboradores, pinçados nas universidades, escolas, órgãos estaduais, foram alçados à condição de agentes do desenvolvimento, não sem antes se submeterem à formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico, denominados, mais tarde, Técnicos do Desenvolvimento – incluindo o social.

Diversificou as áreas tradicionais bacharelescas ao incluir novas áreas, tais como agronomia, veterinária, química, economia, sociologia, e investir também na pesquisa aplicada.

Fortaleceu as instituições de educação, do nível básico ao superior; na formação profissional do professor, inovando na tecnologia de educação, ao utilizar, ainda na década de 70, a telecomunicação, por meio do rádio e da televisão, sendo precursora, portanto, da educação a distância no Nordeste.

Concomitantemente, a instituição atuava interna e externamente, na formação de quadros, no investimento em tecnologia de informação disponível – da máquina de escrever, passando pelo mimeógrafo e a microfilmagem até a automação, nas condições de bem-estar dos funcionários, na construção de moradias, na implantação de transporte público exclusivo e no financiamento do carro próprio.

A consecução dessas ações, devidamente registradas em relatórios, estudos e diagnósticos, gerou o parcialmente inédito estoque informacional sobre o Nordeste e, sobretudo, sobre a educação em Pernambuco.

Considerando que a missão institucional da Sudene é «*promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional*», esta só seria exequível com informação, produzida, recebida, tratada e disponibilizada.

O estoque informacional produzido pela Sudene e disseminado pelos veículos possíveis à época, constitui um importante acervo para a pesquisa sobre o Nordeste, nas mais diversas áreas do conhecimento. É patrimônio público,

construído ao longo do funcionamento da Autarquia, mesmo com o desfalque ocasionado pela extinção institucional.

A gestão dos estoques informacionais, via de regra, é relegada ao mais insignificante espaço na agenda administrativa; em decorrência disso os recursos orçamentários são mínimos para a manutenção, conservação e disseminação da informação.

A importância de todo o acervo da Sudene torna imperativo a adoção de uma séria política visando sua preservação e difusão, dispondo dos necessários recursos humanos e financeiros.

Um exemplo da importância do acervo está no registro das relações entre a Sudene e a UFPE duas instituições que se entrelaçaram por meio de convênios, doações, estágios, financiamentos...

Em nome dessa história tão significativa e desse monumental conjunto de realizações acredito ser possível projetar e desenvolver ações no sentido de revelar o estoque informacional da Autarquia, não só o acervo bibliográfico, mas o cartográfico, arquivístico, fotográfico, fonográfico, visando uma profícua utilização pelas gerações presentes e futuras de estudiosos.

Ao trabalhar nosso objeto de estudo e assim tentar dimensionar o universo de informações ali produzidos, encontramos um verdadeiro tesouro informacional, sobre parte significativa da história brasileira, quase desconhecido, não divulgado e por isso pouco utilizado.

A prática comum de não valorar a produção de informações institucionais, de relegá-las a um plano secundário, ou mesmo ao campo do esquecimento, já causou danos irreparáveis à reconstrução da memória, e diante da fragilidade dos suportes e obsolescência tecnológica, com mais gravidade à memória recente e contemporânea.

Num país em que o acesso à informação pública é determinado pela vontade de atores que se sentem vulneráveis diante do julgamento popular, resta à Academia, pautada pela ciência, denunciar essa prática perniciosa, no sentido de trazê-la à discussão.

Defendemos, pois, a inclusão da memória informacional da Sudene – o arquivo, a biblioteca, a mapoteca, nas prioridades de gestão, inclusive orçamentárias, visando seu conhecimento, preservação e disseminação.

Registro, neste trabalho, minha contribuição – provocação.

7. Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon

1995 «Michel Foucault e a teoria do poder». *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 7:1-2 (out., 1995) 105-110. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/terpoder.pdf>>. Acesso em: 23/01/2011.

ALENCAR, Luciana Hazin; COSTA, Ana Paula Cabral Seixas; LEMOS, Daisy Jaci de

2006 «E-Gov: uma análise dos sites estaduais de Pernambuco». In ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 26, 2006, Fortaleza Abepro.

ANDRADE, Antonio Cabral

1962 *Problemas de programação educacional*. Recife: Sudene, 1962.

ANDRADE, Gilberto Osório

1970a «Discurso em reunião na Sudene». *Sudene Informa*, Recife, 8:9, 10 (1970) 1-28.

1970b «Discurso em Seminário para Supervisores de Recepção Organizada». *Revista Equipe*, Recife, 3:30 (set., 1970) 1-36.

1970c *Informação, comunicação, educação – desafios de um futuro que já começa a acontecer*. Recife: Sudene, 1970.

ARRUDA, Adalberto

2011 «A Sudene virou problema». *Algo Mais*, Recife, 65 (ago., 2011) 22-24.

BACELAR, Tânia

1986 «A política de desenvolvimento para o Nordeste». In SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS – *Anais do Seminário sobre indicadores sociais e avaliação de políticas sociais* Recife: Sudene/DPG/PSE. OEA/Missão Recife, 1986, p. 9-20.

BARRETO, Aldo

1996 «A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação». *Ciência da Informação*, Brasília, Ibiict, 25:3 (1996) 405-414.

BERNAL, John Desmond. D.

1975 *La libertad de la necesidad*. Madrid: Editorial Ayuso, 1975.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça

2007 *Notas sobre a formação social do Nordeste*. São Paulo: Lua Nova, 2007, p. 41-79.

BOURDIEU, Pierre

2009 *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL

- 1934 *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Brasília: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- 1936 *Lei n.º 284 de 28 de outubro de 1936*. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências. <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%20284-1936?opendocument>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1937 *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Brasília: Casa Civil 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 16/10/2011.
- 1937 *Decreto n.º 1527 de 24 de março de 1937*. Institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-republicacao-74463-pe.html>>. Acesso em 24/10/2011.
- 1938 *Lei n.º 579 de 30 de junho de 1938*. Organiza o Departamento Administrativo de Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-norma-pe.html>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1938 *Decreto n.º 218 de 26 de janeiro de 1938*. Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia. <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/rbg/article/viewArticle/267>>. Acesso em 24/10/2011.
- 1939 *Lei n.º 1.915 de 27 de dezembro de 1939*. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1946 *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Brasília: Casa Civil, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 16/10/2011.
- 1954 *Decreto n.º 35.124 de 27 de fevereiro de 1954*. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951. <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35124-27-fevereiro-1954-323012-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 24/10/2011.
- 1959 *Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959*. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1959.
- 1964 *Lei n.º 4.344, de 21 de junho de 1964*. Cria o Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114874> Acesso em: 24/04/2011

- 1966 *Lei n.º 5.173 de 27 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110838/lei-5173-66>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1967 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília: Casa Civil, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao67.htm>. Acesso em: 16/10/2011.
- 1968 *Lei n.º 5.508 de 11 de outubro de 1968*. Aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+5.508+de+1968&s=legislacao>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1968 *Lei n.º 5.433 de 08 de maio de 1968*. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+n%C2%BA+5.433+de+08+de+maio+de+1968&s=legislacao>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 1972 *Decreto 70.370 de 5 de abril de 1972*. Cria a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70370-5-abril-1972-418827-norma-pe.html>>. Acesso em 24.10.2011
- 1988 *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- 1996 *Decreto n.º 1.799 de 30 de janeiro de 1996*. Regulamenta a Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=decreto+n%C2%BA+1.799+de+30%2F01%2F1996&s=legislacao>>. Acesso. 24/10/2011.
- 1996 *Lei N.º 9.394, de 20.12.1996*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- 2000 *Decreto Presidencial de 03 de abril de 2000*. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Disponível em <www.governoeletronico.gov.br>. Acesso em 16/01/2011.
- 2001 *Lei n.º 10.269 de 29 de agosto de 2001*. Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/l-010269-29-08-2001.htm>. Acesso em: 24/10/2011.
- 2001 *Medida Provisória n.º 2.145 de 03 de janeiro de 2001*. Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=medida+provis%C3%B3ria+2.145+de+02%2F05%2F2001&s=legislacao>>. Acesso em: 24/10/2011.

- 2004 *Governo eletrônico*. 2004. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.e.gov.br>>. Acesso em: 16/01/2011.
- 2005 *Nova delimitação do semiárido brasileiro*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- 2006 *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste: desafios e possibilidades para o Nordeste do século XXI*. Documento Base 4, versão para discussão. Recife: Adene, 2006.
- 2006 Ministério da Ciência e Tecnologia – Portaria n.º 961, de 13/12/2006. *Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação*. Diário Oficial da União, Brasília, sec. 1, 40 (15 de dez. 2006) 75. Disponível em: <http://www.ibict.br/normas/2006-12-15_240_Portaria.961-Regimento.Interno.IBICT-1.pdf>. Acesso em: 29/03/2011.
- 2007 *Lei Complementar n.º 125 de 03 de janeiro de 2007*. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar n.º 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+complementar+n%C2%BA+125+de+03%2F01%2F2007&s=legislacao>>. Acesso em: 24/10/2011.
- 2007 *Decreto n.º 6.198 de 28 de agosto de 2007*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Decreto+n%C2%BA+6.198+de+28%2F08%2F2007&s=legislacao>>. Acesso em 24/10/2011.
- 2010 *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=sis_2010>. Acesso em: 16/01/2011.

BRASILEIRO, Gisleu Antonio M.

1978 *Evolução econômica do Nordeste brasileiro*. Recife: Sudene, 1978.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara

1981 «A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)». In Boris Fausto, dir. – *História geral da civilização brasileira*. Vol. 3 *O Brasil Republicano, 3 Sociedade e Política*. São Paulo: Difel, 1981, p. 121-224.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B.

2007 «O conceito de informação». *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 12:1 (2007). Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra

2003 «Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945)». In CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6, Caxambu – *Anais...* Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/caxambu1.pdf>>. Acesso em: 06/02/2011.

CAVALCANTI, Valnira

1973 *Relatório global das atividades da Divisão de Educação*. Recife: Sudene, 1973.

CONCEIÇÃO, Lourivaldo da

1982 *A natureza jurídica da Sudene*. Recife: Universidade Gama Filho, 1982. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciências Jurídicas.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque

2008 «A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma escola». Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.09/128>>. Acesso em 24/04/2011.

DANNER, Fernando

2009 «A genealogia do poder em Michel Foucault». In PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS, 4, 2009 – *Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação*. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf>. Acesso em: 23/01/2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>>. Acesso em: 25/09/2011.

DESCARTES, René

2009 *Discurso do método*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DINIZ, Eli

1981 «O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe». In Boris Fausto, dir. – *História geral da civilização brasileira*. Vol. 3 *O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981, p. 77-120.

DRUCKER, Peter

2001 *Desafios gerenciais para o Século XXI*. São Paulo: Thomson, 2001.

DUARTE, Renato

1994 «A proposta de Industrialização do GTDN». In Abraham B. Sicsú et al., org. – *O GTDN da proposta à realidade, ensaios sobre a questão regional*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994, p. 131.

EVANS, Peter

1986 «Informática: a metamorfose da dependência». Tradução de Paulo Lopes e Kevin Mundy. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 15 (jul. 1986) 14-31.

FAUSTO, Boris

1983 *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOX, Lisa L.

1997 «Microfilmagem de preservação, um guia para bibliotecários e arquivistas». In Ingrid Beck, coord. – *Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos*. Tradução de José Luiz Pedersoli Jr. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira

1995 *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide

2007 «Ciência da Informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios». In Maria Lucia Maciel, Sarita Albagli, org. – *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Ibict: Unesco, 2007, p. 149-183.

GUIMARÃES, Euclides

2008 «Notas sobre a complexidade nas organizações e nas ciências sociais». In Ivone de L. Oliveira, Ana Thereza N. Soares – *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008, p. 131-148.

HIRSCHMAN, Albert O.

1961 *O problema do Nordeste no Brasil*. Tradução de R. Werneck de Aguiar. New York, 1961.

IBGE

Produto interno bruto. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16/07/2011.

INEP

2009 *Índice de Desenvolvimento da Educação*. 2009. Disponível em: <<http://sistemasi-deb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 16.07.2011.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO

2009 *Pernambuco competitivo: saber olhar para saber fazer*. Recife, 2009.

JABOR, Arnaldo

2011 «Egito: A revolução sem líderes». *Jornal do Commercio*, Recife, Cad. C. (15 fev. 2011) 6.

JAMBEIRO, Othon

2009 «Cidades, tecnologias de informação e comunicações e planejamento urbano». *Bahia Análise & Dados*, Salvador, 19:3 (out./dez. 2009) 643-653.

JARDIM, J. M.

1987 *Conceito e prática da gestão de documentos*. 1987. Disponível em: <<http://arquivoe-memoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

2001 «Arquivos, transparência do Estado e capacidade governativa na sociedade da informação». In OFICINA DE ASUNTOS CULTURALES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (contrato P. O. 21944 – Req. N.º 16746). 2001. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos_transparencia_do_estado_capacidade.pdf>. Acesso em: 30/08/2009.

JARDIM, J. M.; WILKE, Valéria Cristina Lopes

2008 «Do campo informacional e seu capital simbólico: reflexões a partir do Estado-nação». In ENANCIB, 9 – *Anais do IX*. São Paulo, 2008.

KUBITSCHKE, Juscelino

1959-1962 *Discursos*. Brasília: Biblioteca da Presidência. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1959/62.pdf/at_download/file>. Acesso em: 14/08/2011.

LEBRET, Louis Joseph

1955 *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

LIMA JUNIOR, Francisco do Ó

2008 *Sudene e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Programa de Pós-Graduação em Economia. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Premio_Nacional_do_Desenvolvimento_Regional_Homenagem_a_Celso_Furtado/Categoria_I_Producao_do_Conhecimento_Academico/Trabalhos_Elegiveis/N.124_Cod000716-sudene_e_forcas_sociais_nordestinas_papel_ins-1.pdf>. Acesso em: 17/10/2011.

MARANHÃO, Ricardo; MENDES JR., Antonio

1981 «Era de Vargas». In *Brasil História, texto e consulta*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARQUES, Sílvia Augusta

1991 «Termos Coordenados». *Boletim Econômico da Sudene*, Recife, 5:1 (jan.-jun. 1991) 141-162.

1972 «Documentação Técnico-Administrativa e seu controle com Termos Coordenados». *Revista Equipe*. Recife, 4:54 (set. 1972) 13-16.

MELO, Alfredo

1970 *Núcleo de Matemática Tecnológica do Nordeste – Conceção e Prospectiva*. Recife: Sudene, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza

2007 *O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. 10.^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MONTE, Severino Silvio do

1967 *Tramitação de documentos na Sudene*. Recife: Sudene, 1967. (Mimeogr.)

MONTE, Severino Silvio do; BARGETZI, Carmen Rejane de Carvalho

1973 *A microfilmagem na documentação*. Recife: Sudene, 1973.

MOREIRA FILHO, Francisco de Assis dos Santos

2009 «A sociedade unipessoal». *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 64 (01/05/2009) [Internet]. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6268>. Acesso em: 23/09/2011.

MOURA, Isnar de

1960 *Educação primária – esboço de planejamento para o Estado de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1960.

ODDONE, Nanci

2006 «O IBED e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil». *Ciência da Informação*, Brasília, 35:1 (jan./abr. 2006) 45-56.

OLIVEIRA, Francisco

1981 *Elegia para uma Re(li)gião*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim

2006 «Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas». *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 40:2 (mar./abr. 2006).

PETRONE, Teresa Schorer

1982 «As áreas de criação de gado». In Sergio Buarque Holanda, dir. – *História geral da civilização brasileira, vol. 2: A Época Colonial, Administração, Economia e Sociedade*. São Paulo: Difel, 1982, p. 218-227.

PINHEIRO, Paulo Sérgio

1978 «Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política». In Boris Fausto, dir. – *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 2 – O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1978, p. 07-37.

POMER, Leon

1986 *O surgimento das nações*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora Atual: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1986.

PROCENGE

1987 *O deve ser da Sudene*. Recife: Sudene, 1987.

PUPIM, Eliana Kátia

2010 *Gênese documental de álbuns fotográficos: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista: Unesp – Campus de Marília, 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Disponível em: <<http://wersig.objectis.net/artigos/30%20artigo.pdf>>. Acesso em: 24/01/2011.

ROCHA, Abelardo Baltar

1996 *Controvérsias nos tempos do real*. Recife: Sudene, 1996.

ROCHA, Zildo Barbosa

1978 *O ensino e o Nordeste*. Recife: Sudene, 1978.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe

2009 «Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas». *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1:1, (Jul. 2009). Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 21/03/2011.

SANTANA, Jorge Fernando

1986 «A experiência de um sistema regional de indicadores sociais no Nordeste». In SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. 1986 – *Anais...* Recife: Sudene/DPG/PSE. OEA/Missão Recife, 1986, p. 203-214.

SANTIAGO, Vandek

2001 *Francisco Julião*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. (Perfil parlamentar: século XX. Angela Nascimento, coord.)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos

2010 *Arquivística no laboratório*. Rio de Janeiro: Editora Teatral, 2010.

SARACEVIC, Tefko

1996 «Ciência da informação: origem, evolução e relações». *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 1:1 (jan.-jun. 1996) 41-62.

SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka; GESTEIRA, Ivana A. LINS; BULCÃO, Marivaldina

2005 «Políticas públicas de informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste». In ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2005 – *Anais...* Cinform.

Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html>. Acesso em: 16/01/2011.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.

2002 *Das «ciências» documentais à ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; DIAS, José Luciano de Mattos; REZENDE, Sergio Machado; LONGO, Waldimir Pirró e; DERENUSSON, Maria Sylvia; FERNANDES, Luis

2011 *A Finep no século XXI*. Brasília: Finep, 2011, p. 10-16.

SILVA FILHO, Leonides Alves

2009 *Sudene: 50 anos; uma abordagem política, institucional e administrativa*. Recife: Comunigraf Editora, 2009.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da

2000 «Um estudo do poder na sociedade da informação». *Ciência da Informação*, Brasília, 29:3, (set./dez. 2000) 79-90. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/ao8v29n3.pdf>>. Acesso em: 25/01/2011.

SIMON, Edith

1971 *A reforma*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa

2005 *Para uma história da sociologia em Pernambuco: a pós-graduação, 1963-2004*. Recife: Editora Universitária, 2005.

SUDENE

1961a *Relatório do grupo de trabalho para reequipamento técnico científico das universidades do Nordeste*. Recife: Sudene, 1961.

1961b *Relatório do grupo de trabalho para exame das necessidades de reequipamento técnico-científico das universidades do Nordeste*. Recife: Sudene 1961.

1962 *Plano de reequipamento técnico-científico das universidades e estabelecimentos de ensino superior do Nordeste*. Recife: Sudene, 1962.

1966a *I Plano Diretor 1960-1962*. Recife: Sudene, 1966.

1966b *II Plano Diretor 1963-1965*. Recife: Sudene, 1966.

1966c *III Plano Diretor 1966-1968*. Recife: Sudene, 1966.

1968a *IV Plano Diretor 1969-1973*. Recife: Sudene, 1968.

1969 *Consolidação das normas vigentes da Sudene*. Recife: Sudene, 1969.

1970 *Sudene Informa*, revista bimensal. Recife, 8:9, 10 (1970) 1-28.

1971a *Estruturação de um complexo escolar de 1.º - projeto de Educação Fundamental Integrada*. Recife: Sudene, 1971.

- 1971b *Oportunidades de treinamento*. Recife: Sudene, 1971.
- 1972 *Relatório do levantamento cadastral do ensino técnico-industrial e da rede de formação profissional do Nordeste*. Natal: Cetene: Sudene, 1972.
- 1974 *Educação no Nordeste do Brasil – 1.º Relatório*. Recife: Sudene, 1974.
- 1976a *Nordeste e educação 1 – Modelo de planejamento educacional*. Recife: Sudene, 1976.
- 1976b *Nordeste e educação 2 – Rede física do ensino de 1.º e 2.º Graus*. Recife: Sudene, 1976.
- 1978 *Educação*. Recife: Sudene, 1978.
- 1980a *Relatório de acompanhamento das ações do Governo na região Nordeste, setor de Educação*. Recife: Sudene, 1980.
- 1968b *Equipe*. revista mensal, Recife, 1: 4 (ago., 1968) 1-48.
- 1968c *Equipe*. revista mensal, Recife, 1:5 (ago., 1968) 1-48.
- 1969a *Equipe*. revista mensal, Recife, 2:20 (nov., 1969) 1-48.
- 1969b *Equipe*. revista mensal, Recife, 2: 21 (ago., 1969) 1-48.
- 1966a *Informe básico para a implantação do Conselho Regional de Pesquisas*. Recife, 1966.
- 1966b *O ensino primário no Estado de Pernambuco*, Recife, 1966. (Mimeo.)
- 1962 *Sudene Informa*; revista bimensal, Recife, 1:1 (set. 1962) 1-12.
- 1966c *Sudene Informa*, revista bimestral, Recife, 4:9 (1966c) 1-18.
- 1967a *Sudene Informa*, revista bimestral, Recife, 5:1 (jan. 1967) 1-20.
- 1967b *Sudene Informa*, revista bimestral, Recife, 5:5 (mai. jan. 1967) 1-20.
- 1968d *Sudene Informa*, revista bimestral, Recife, 6:11, 12 (nov./dez. 1968) 1-26.
- 1974a *Sudene Informa*, revista bimestral, Recife, 12: 1, 2 (jan./fev. 1974) 1-28.
- 1974b *Sudene Informa* revista bimestral. Recife, 1974, 12: 7, 8 (jul./ago. 1974) 1-32.
- 1974c. *Sudene Informa*; revista bimestral. Recife, 1974, 12: 9, 10 (set./out. 1974) 1-32.
- 1969b *Sudene 10 anos*. Recife, 1969.
- 1969c *Consolidação das normas vigentes da Sudene*. Recife, 1969.
- 1969d «O Nordeste antes da Sudene». *Revista Equipe*, Recife, 2:21 (dez. 1969) 1-36.
- 1972 *Relatório de atividades do Departamento de Administração Geral*. Recife, 1972.
- 1973 *Centro de Informática do Nordeste – Concepção de um sistema comunicacional*. Recife, 1973.
- 1978 *Relatório de atividades da Coordenação de Informática, 1974 a 1978*. Recife, 1978.
- 1979 *Relatório anual de 1978*. Recife, 1979.
- 1979 *Plano de Desenvolvimento do Nordeste 1980-85*. Recife, 1979.
- 1980b *Sudene vinte anos*. Recife, 1980.
- 1980c *Proposta para implantação de um sistema de informações em apoio à sistemática de planejamento do desenvolvimento regional*. Versão preliminar. Recife, agosto de 1980, p. 1-30.
- 1984 *Ações administrativas da Sudene, 1974-1984*. Recife, 1984.

- 1986 *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. 2.^a ed. Recife: Sudene, 1986.
 1995 *Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro*. Recife: Sudene, 1995.
 1990 *Modernização regional em curso – 30 anos de Sudene*. Recife: Sudene, 1990.

TERROU, Fernand

- 1964 *A informação*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

UFPE. *Revista estudos universitários*. 27:8 (agosto, 2011).

VAZ, José Carlos

- 2005 «Governança eletrônica para onde é possível caminhar». In FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – *Mobilização Cidadã e Inovações Democráticas nas Cidades*. Edição Instituto Pólis, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=17> . Acesso em: 16/01/2011.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza

- 1964 «Processos de informação da administração». In Samuel H. Jameson – *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

WEREBE, Maria José Garcia

- 1982 «A educação». In Sérgio Buarque de Holanda; Pedro Moacyr Campos, dir. – *História geral da civilização brasileira, II O Brasil Monárquico 4, Declínio e queda do Império*. São Paulo: Difel. 1982, p. 366-383.

WILKE, Valéria Cristina Lopes

- 2009 «Informação, poder e estado: o dispositivo informacional e as políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro (2003-2008)». *ENANCIB* 10. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000300004&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 24/09/2009.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.

- 1994 *A reserva de mercado para a informática e a automação no Brasil: considerações à porta de saída*. 1994. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/829/1094>>. Acesso em: 24/09/2011

SITES CONSULTADOS

<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multipl.php?link=CD1960&titulo=Censo%20Demográfico%201960>. Acesso em: 07/08/2011.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multipl.php?link=CD1970&titulo=Censo%20Demográfico%201960>. Acesso em: 07/08/2011.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multipl.php?link=CD1980&titulo=Censo%20Demográfico%201960>. Acesso em: 07/08/2011.

- <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pe>>. Acesso em: 07/08/2011.
- <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php>. Acesso em: 08/09/2011.
- <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=271&Itemid=186>. Acesso em 07/08/2011.
- <<http://www.educacao.pe.gov.br/>>. Acesso em: 25/09/2011.
- <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 22/07/2011.
- <<http://centrodememoria.cnpq.br/alvaro-alberto.html>>. Acesso em:16/10/2011.
- <http://www.cbpf.br/Staff/Hist_Lat.html>. Acesso em: 16/10/2011.
- <<http://educacao.uol.com.br/biografias/jose-leite-lobes.jhtm>>. Acesso em: 16/10/2011.
- <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/bios/tenorio.html>>. Acesso em: 16/10/2011.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Argemiro_de_Figueiredo>. Acesso em: 16/10/2011.
- <<http://www.desenvolvimentoregional.com.br/barqs/arquivos/Arquivos%203%20intro.pdf>>. Acesso em: 16/10/2011.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Euler_Bentes_Monteiro>. Acesso em: 16/10/2011.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mauro_Mota>. Acesso em: 17/10/2011.
- <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=T%C3%A2nia+Bacelar<r=t&id_perso=2369>. Acesso em:18/10/2011.
- <<http://estoriasdat68.blogspot.com/>>. Acesso em: 17/08/2011.
- <http://www.ufpe.br/nti/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=159>. Acesso em: 24/04/2011.
- <<http://redesociaismundovirtual.blogspot.com/2010/10/brasil-fica-na-7-posicao-no-ranking.html>>. Acesso em: 21/01/2010.
- <<http://www.nacionalidades.ufc.br/textos/MDN-A%20trajetoria%20do%20CNPq.pdf>>. Acesso em 09/10/2011.
- <http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=630>. Acesso em: 23/04/2011.
- <<http://www.integracao.gov.br/ministerio/index.asp?area=Hist%F3rico>>. Acesso em: 24/04/2011.
- <http://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml>. Acesso em: 14/08/2011.
- <http://viniuseep.blogspot.com/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 14/08/2011.

APÊNDICE A – Gestores da Sudeste, de Pernambuco e do Brasil, 1959-1984

Período	Superintendente	Secretário Estadual de Educação	Governador de Pernambuco	Presidente da República
1959-1964	Celso Monteiro Furtado	Lourival Fustino Vilanova (1959-1963) Germano Coelho (1963) Anna (Anita) Paes Barreto (1963-1964)	Cid Feijó Sampaio (1959-1963) Miguel Arraes de Alencar (1963-1964)	Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) Jânio da Silva Quadros (1961) João Belchior Marques Goulart (1961-1964)
1964	General Manoel Expedito Sampaio	Anna (Anita) Paes Barreto	Miguel Arraes de Alencar (1963-1964) Paulo Pessoa Guerra (1964-1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967)
1964-1966	João Gonçalves de Souza	Edson Moury Fernandes	Paulo Pessoa Guerra (1964-1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967)
1966-1967	Rubens Vaz da Costa	José Brasileiro Tenório Vilanova (1966-1967) José Antônio Barreto Guimarães (1967) Roberto Magalhães Melo (1967-1971)	Paulo Pessoa Guerra (1964-1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967)
1967-1969	General Euler Benites Monteiro	Roberto Magalhães Melo (1967-1971)	Paulo Pessoa Guerra (1964-1967) Nilo Souza Coelho (1967-1971)	Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969)
1969-1971	General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	Roberto Magalhães Melo (1967-1971) Manoel Costa Cavalcanti (1971-1975)	Nilo Souza Coelho (1967-1971)	General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)
1971-1974	General Evandro Moreira de Souza Lima	Manoel Costa Cavalcanti (1971-1975)	Nilo Souza Coelho (1967-1971) Eraldo Gueiros Leite (1971-1975)	General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)
1974-1978	José Lins de Albuquerque	Manoel Costa Cavalcanti (1971-1975) José Jorge de Lima (1975-1979)	Eraldo Gueiros Leite (1971-1975) José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979)	General Ernesto Geisel (1974-1979)
1978-1984	Valfrido Salmito Filho	José Jorge de Lima (1975-1979) Joel de Hollanda Cordeiro (1979-1982) Creuza Maria Gomes de Araújo (1982-1983) Everardo de Almeida Maciel (1983) Edgar Arlindo de Mattos Oliveira (1983-1986)	Marco Antônio de Oliveira Maciel (1979-1982) José Muniz Ramos (1982-1983) Roberto Magalhães Melo (1982-1986)	General Ernesto Geisel (1974-1979) General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)

APÊNDICE B – Instituições, Planos e Programas criados entre 1930 e 2010

Período	Governante	Instituições
1930-1945	Getúlio Dornelles Vargas	<p>Conselho Técnico de Economia e Finanças (1930)</p> <p>Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (1930)</p> <p>Universidade de São Paulo – USP (1934)</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936)</p> <p>Conselho Brasileiro de Geografia (1937)</p> <p>Estação Experimental de Combustível e Minérios</p> <p>Instituto de Química</p> <p>Instituto Biológico Federal</p> <p>Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil</p> <p>Indústria Mineral</p> <p>Laboratório Central</p> <p>União Nacional dos Estudantes</p> <p>Conselho Nacional do Petróleo (1938)</p> <p>Instituto Nacional do Sal (1940)</p> <p>Fábrica Nacional de Motores</p> <p>Ministério da Aeronáutica (1941)</p> <p>Companhia Siderúrgica Nacional (1941)</p> <p>Conselho Nacional de Ferrovias (1941)</p> <p>Companhia Vale do Rio Doce (1942)</p> <p>Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai (1942)</p> <p>Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943)</p> <p>Fundação Getúlio Vargas (1944)</p> <p>Conselho Nacional de Política Industrial (1944)</p> <p>Comissão de Planejamento Econômico (1944)</p> <p>Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945)</p>
1946-1950	Eurico Gaspar Dutra	<p>Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (1948)</p> <p>Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF (1949)</p>
1951-1954	Getúlio Dornelles Vargas	<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1951)</p> <p>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes</p> <p>Instituto Brasileiro de Informação – IBRD (atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT)</p> <p>Instituto Brasileiro de Economia – Ibre (1951)</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1951)</p>

Período	Governante	Instituições
		Instituto Brasileiro de Administração/ Escola Brasileira de Administração Pública (1952) Banco do Nordeste do Brasil e Escritório Técnico de Estudos Econômicos, (1952) Petrobrás (1953)
1954-1955	João Café Filho	
1956-1961	Juscelino Kubitschek de Oliveira	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene(1959)
01 a 08 /1961	Jânio da Silva Quadros	
1961-1964	João Belchior Marques Goulart	Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab
1964-1967	Humberto de Alencar Castelo Branco	Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – Funtec (atual Financiadora de Estudos e Projetos – Finep) Banco Nacional de Habitação – BNH
1967-1969	Arthur da Costa e Silva	Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED Fundo Rural de Beneficência – Funrural (1967) Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos – Mobral (1968)
1969-1973	Emílio Garrastazu Médici	Plano Nacional de Desenvolvimento – PND I e II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT I e II Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT Programa Nacional de Pós-Graduação – PNPq Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel
1974-1979	Ernesto Geisel	
1980-1985	João Baptista de Oliveira Figueiredo	Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica – SEICT Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT
1985-1990	José Sarney	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
1990-1992	Fernando Affonso Collor de Mello	Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler
1992-1995	Itamar Augusto Cautiero Franco	
1995-2003	Fernando Henrique Cardoso	Plano Plurianual Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas – RHAÉ

Período	Governante	Instituições
		Programa Sociedade da Informação Plano Plurianual Avança Brasil Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust Programa Uma Biblioteca Pública em cada Município
2003-2010	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional do Livro Programa Fome de Livro Programas e Ações para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste • EDITAL MCT/CNPq/PADCT (www.cnpq.br) • EDITAL CNPq 06/2003 • MCT/Finep/CT-Info - 01/2003



CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA COM O AUXÍLIO DE CORES PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES¹

BIBLIOGRAPHIC CLASSIFICATION OF SCHOOL LIBRARIES WITH THE HELP OF COLORS

Françoise de Almeida Roberto Galvão de Azeite | Lucimara Souza

Resumo: Este ensaio teórico apresenta considerações sobre o auxílio de cores no processo de Classificação Bibliográfica em Bibliotecas Escolares. Expõe conceitos introdutórios sobre a Indexação e os seus tipos de linguagens (Categórica e Combinatória). Tece considerações sobre a Biblioteca Escolar e o seu importante papel na formação acadêmica dos seus utilizadores. Recapitula a discussão introdutória, enfatizando o processo de Classificação Bibliográfica (linguagem categórica) em bibliotecas escolares, sobretudo, destacando a possibilidade do uso de cores como ferramenta auxiliar no tratamento e organização da informação. Utiliza como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica disponibilizada em meio impresso e digital, o qual culmina numa revisão de literatura sobre o assunto. Evidencia o método, proposto por Pinheiro (2009), sobre o processo de implantação de uma Classificação em Cores em uma biblioteca escolar brasileira. Sugere o uso de duas classificações (Cores e Números) para a organização e tratamento temático dos materiais informacionais neste tipo de biblioteca.

Palavras-chave: classificação bibliográfica; classificação com cores; biblioteca escolar

Abstract: This article presents theoretical considerations about helping color in the process of bibliographic classification in School Libraries. Exposes introductory concepts about indexing and the their types of languages (Categorical and Combinatorics). Reflects on the school library and its role in academic users. Recapitulates the introductory discussion, emphasizing the process of bibliographic classification (categorical language) in school libraries, especially highlighting the possibility of using color as a tool to assist in organizing and processing information. Use as a methodological procedure, the literature available in print and digital, which culminates in a review of literature on the subject. Demonstrates the method proposed by Pinheiro (2009), about the process of implementing a classification Colors in Brazilian school library. Suggests using two classifications (colors and numbers) for a organization and thematic treatment of materials informational this type of library.

Keywords: bibliographic classification, classification with color; school library

Introdução

A representação temática dos documentos figura como elemento essencial para que os profissionais da informação – nomeadamente arquivistas e

¹ Este estudo foi inicialmente apresentado à disciplina *Análise de Conteúdo e Indexação* (Mestrado em Ciência da Informação, 2013), lecionada pela Professora Fernanda Ribeiro, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Directora da Licenciatura em Ciência da Informação (2019).

bibliotecários – possam tratar, organizar e disseminar a informação, atendendo assim, às necessidades de conhecimentos dos seus utilizadores. Dentro desta perspectiva, a representação temática tem como principal finalidade «desconstruir» um determinado documento, para «reconstruí-lo», utilizando a análise de conteúdos e a indexação como alicerces para o tratamento temático de documentos, este último, utilizando o auxílio de linguagens de indexação (Categoriais e Combinatórias). Deste modo, nas Categorias (pré-coordenadas) os procedimentos de coordenação são realizados no momento da indexação de um documento, utilizando as *Classificações bibliográficas* e suas tabelas auxiliares. Já nas Combinatórias (pós-coordenadas) são realizados no momento da pesquisa, utilizando os TESAUROS, VOCABULÁRIOS CONTROLADOS e outras listas estruturadas.

Baseada nestas considerações teóricas surgiu a curiosidade de investigar o papel da Classificação Bibliográfica no contexto das Bibliotecas Escolares, ao serem constatadas dificuldades por parte de seus utilizadores neste tipo de centro informacional, no que diz respeito à recuperação da informação. Neste contexto, inicialmente tal investigação foi realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação (Universidade do Porto), especificamente para disciplina «Análise de Conteúdos e Indexação», ministrada pela Doutora Fernanda Ribeiro. Assim, o ensaio discutirá os seguintes assuntos: Classificação Bibliográfica, Biblioteca Escolar e o Uso de Cores como ferramenta auxiliar no tratamento temático da informação, bem como na sua organização dentro de bibliotecas escolares.

Face ao exposto, a pesquisa tem como principais objetivos:

- ✓ Compreender aspectos teórico-conceituais sobre Indexação e os seus tipos de Linguagens, sobretudo, à Linguagem Categorical (Classificação Bibliográfica);
- ✓ Apresentar considerações sobre a importância da Biblioteca Escolar para a formação académica dos estudantes;
- ✓ Ressaltar a Classificação Bibliográfica como importante instrumento para a organização e o tratamento temático da informação em centros informacionais (Biblioteca);
- ✓ Considerar o uso das Cores como uma ferramenta auxiliar no processo de Classificação Bibliográfica em Bibliotecas Escolares.

Partindo destes pressupostos, o estudo utiliza como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica realizada em meio impresso e digital. Assim, este resulta numa revisão de literatura, contemplando os temas supracitados, dedicando uma especial atenção à metodologia utilizada por um dos autores consultados sobre a aplicação da Classificação em Cores numa determinada Biblioteca Escolar Brasileira.

A partir disso, este ensaio está estruturado da seguinte maneira: um tópico que introduz o tema, os objetivos e a metodologia; no segundo tópico serão tecidas considerações sobre a Indexação e as Linguagens de Indexação; no terceiro tópico, serão apresentados conceitos sobre Biblioteca Escolar, culminando num quarto tópico com a finalidade de compreender em como as cores podem ser usadas como uma ferramenta auxiliar no processo de classificação bibliográfica neste tipo de biblioteca; por fim, o último tópico realiza considerações conclusivas deste estudo.

1. Indexação e as linguagens de indexação

A Indexação é uma parte da Ciência da Informação que estuda aspetos relacionados ao tratamento temático da informação dos documentos. Segundo Robredo (2005: 165), «a indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca». Ainda nesta perspectiva, Van Slype (1991, apud FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009: 22-24), descreve o processo de Indexação como sendo uma «operação que consiste em enumerar os conceitos sobre os quais trata um documento e representá-los por meio de uma linguagem [...] tendo como finalidade a busca documental, que será realizada a partir dos índices ou dos catálogos». Em síntese a Indexação está diretamente ligada ao processo de Análise de Conteúdos, ou seja, «a apreensão exacta do conteúdo informativo do documento, o respeito pelo pensamento nele consignado, conjugado com a pertinência, ou seja, com o valor potencial que tenha para o utilizador que solicite a informação ou que com ela venha a deparar-se» (MENDES; SIMÕES, 2002: 17). De acordo com Pinto Molina (1993), Silva e Fujita (2004, apud FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009: 22), historicamente falando, a indexação tem:

«[...] sua utilização desde os tempos das tábuas de argila (século II a. C.), em que foram encontradas formas de representação condensada que davam

acesso aos conteúdos dos documentos, até o grande desenvolvimento da indexação que se dá ao final do século XIX com o aumento de publicações periódicas e da literatura técnico-científica de modo geral».

Ainda fundamentado nos estudos das referidas autoras, a Indexação é oriunda da palavra inglesa *indexing*, que significa a «ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto» (UNISIST, 1981, apud FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009: 23). Baseado nisso, a Norma Portuguesa 3715 (1989: 4), diz que «a indexação não consiste na descrição de um documento enquanto entidade física [...]». Em suma, a Indexação é um processo que permite a «desconstrução» de um dado documento, para «reconstruí-lo» utilizando ferramentas auxiliares, sem necessariamente preocupar-se com os aspetos ligados à representação descritiva da forma do documento (título, autor, dimensões, etc.). Deste modo, «na indexação, extraem-se os conceitos dos documentos, por um processo de análise intelectual, sendo, seguidamente, convertidos em termos de indexação. A análise e a conversão devem ser feitas recorrendo a instrumentos de indexação tais como thesauri e planos de classificação» (NP 3715, 1989: 4).

Face ao exposto, o processo de Indexação utiliza ferramentas auxiliares, denominadas de Linguagens de Indexação, ou Linguagem Documentária (termo em desuso), que de acordo com o Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação (DeltCI)², o mesmo pode ser compreendido como:

«Uma linguagem artificial ou uma metalíngua, formada por noções e relações entre as noções. A sua finalidade é formalizar, em simultâneo, noções contidas nos documentos e a expressão das solicitações ou buscas de informação. É, em suma, um sistema de representação sintética do conteúdo dos textos. Sujeita a uma acentuada evolução, primeiro, nas BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO e, depois, com o desenvolvimento e aplicação da informática, a linguagem documental reparte-se por duas grandes categorias: as linguagens de estrutura hierárquica – as classificações; e as linguagens analíticas ou de estrutura combinatoria – os thesaurus».

Em síntese, a Linguagem de Indexação é um instrumento utilizado pelo profissional da informação, que tem como principal objetivo, a organização e a representação da informação. Neste contexto, o referido dicionário ainda

² Dicionário *on-line*, não datado, não paginado.

tece os seguintes comentários sobre o assunto Organização e Representação da Informação:

«É uma área que engloba a teoria e a prática relacionada com a metainformação, ou seja, todos os elementos que identificam e permitem o acesso a uma unidade informacional específica. Trata-se, em suma, da extensão da informação como meio de possibilitar a comunicação e o uso. Resumir, catalogar, inventariar, classificar, indexar, elaborar bibliografias e índices (do cronológico ao ideográfico, passando pelo antropônimo, pelo toponímico ou geográfico, etc.) são modos e correspondem a técnicas de representação da informação (dos conteúdos), seja ela de que tipo for (não se justificando diferenças substanciais entre a que vai parar a um Arquivo ou a que é guardada e disponibilizada numa Biblioteca) que têm de ser sujeitas a estudo e monitoramento, ligando-se estreitamente, por este ponto, ao Comportamento Informacional, outra das três áreas constitutivas do campo da Ciência da Informação (*Dicionário eletrônico de terminologia em Ciência da Informação*)»³.

Por sua vez, a Linguagem de Indexação é subdividida em dois grupos: as Categorias e as Combinatórias, ambas assumidas como Coordenadas. Assim, Mendes e Simões (2002: 27), dizem que «entende-se que coordenar é proceder a uma operação lógica de intercepção de dois ou mais conceitos de um mesmo documento, feito no momento da indexação (perspectiva do indexador) ou no momento da pesquisa (perspectiva do utilizador)». Deste modo, a Linguagem Categorical (pré-coordenada) é uma etapa do processo de indexação realizada antes da pesquisa, sob o ponto de vista do indexador, o qual se utiliza a Classificação Bibliográfica e suas tabelas auxiliares como principais ferramentas. Já a Linguagem Combinatória (pós-coordenada) é a etapa seguinte, onde no momento da pesquisa, o utilizador tem ao seu dispor os Tesouros e Listas estruturadas como instrumentos. Em suma, enquanto na linguagem categorial os assuntos são encontrados organizados de maneira hierarquizada; na linguagem combinatória, os assuntos são oriundos da linguagem natural e apresentados de forma «solta». Neste aspeto, Ribeiro (2012a)⁴, reforça tal afirmação do seguinte modo:

³ Documento *in-fine*, não datado, não paginado.

⁴ Retirado do material didático apresentado em sala de aula, na disciplina Análise de Conteúdos e Indexação (MCI/FEUP).

«LINGUAGENS CATEGORIAIS – os assuntos encontram-se organizados logicamente, numa estruturação feita *a priori* (pré-coordenação), ou seja, independente do conteúdo informacional; é nesses quadros lógicos que o indexador tem de 'encaixar' os assuntos extraídos da informação».

«LINGUAGENS COMBINATÓRIAS – são formadas por termos soltos, extraídos da linguagem natural, susceptíveis de variadas combinações *a posteriori* (pós-coordenação), decorrentes do conteúdo informacional».

Sustentado por tais definições teóricas a cerca da Indexação e suas linguagens, no próximo tópico serão tecidas considerações sobre as Bibliotecas Escolares, para em seguida discutir sobre a Classificação Bibliográfica (linguagem categorial).

2. Biblioteca escolar

A biblioteca é um mecanismo de extrema importância dentro da atual sociedade, pois ela permite que os seus utilizadores encontrem-se em seu tempo, uma vez que facilita o acesso à informação em diversos suportes, atendendo assim, as necessidades de conhecimento do público ao qual atende. Neste contexto, Campello (2003: 29-30), afirma que a biblioteca, «essa instituição social tão antiga e tradicional tem, atualmente, a tarefa de coletar e disponibilizar materiais informacionais em diversos formatos, que representem essa variedade e essa riqueza de informações produzidas pela sociedade».

O conceito de Biblioteca vem sofrendo modificações ao longo do tempo, como também, varia de acordo com a visão de cada autor. Desta forma, a Biblioteca é uma palavra oriunda do latim *Bibliothèque*, o qual *Biblio* significa livro e *Théque* significa caixa, depósito. Fazendo uma fiel tradução da palavra latina, BIBLIOTECA poderia ser entendida como sendo: «Caixa de livro». Especificando o significado da palavra, Ferreira ([1975]: 202) diz que a «biblioteca se constitui de uma coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta». Já Houaiss e Villar (2009: 284), num primeiro conceito, afirmam que a biblioteca é um «Conjunto de Livros», ou seja, uma quantidade grande ou pequena de coleções de documentos impressos. Posteriormente, o dicionário ainda conceitua o verbete como sendo:

«2. *p. met.* Lugar onde se guardam coleções de livros. 2.1. *p. met.* Edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções

de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo. *B. circulante* Aquela cujos livros se destinam a empréstimo domiciliar, por um período de tempo limitado, aos consulentes» (HOUSAIS; VILLAR, 2009: 284).

Pôde-se observar que a biblioteca armazena informações diversas, que auxiliam as pessoas na busca do saber. De acordo com Santos e Ribeiro (2003: 30), «A biblioteca é um centro de transferência de informação, composta pelos mais diversos tipos de documentos (livros, periódicos, slides, fotografias, filmes, mapas, discos, fitas magnéticas, vídeos, partituras e etc.)».

As bibliotecas podem ser públicas ou privadas, atendendo aos diferentes públicos, tais como: infantil, escolar, universitário, especializado, dentre outros. Por isso ela deve ser reconhecida como uma instituição que tem metas e objetivos a serem cumpridos, deve-se preocupar sempre em atender as necessidades de seus utilizadores sem distinção.

Nesta vertente, a biblioteca do tipo escolar destaca-se por ser o primeiro espaço que põe os estudantes (infantil, pré-adolescente e adolescente) em contato com os livros. Com base nisso, Faria e Pericão (2008: 153) conceituam o verbete «Biblioteca Escolar» como sendo:

«Biblioteca que serve à população estudantil de instituições educativas como universidades, institutos politécnicos, colégios, escolas e todas as outras instituições que fazem parte delas ou lhe estão associadas. Biblioteca dependente de um estabelecimento de ensino não superior, que é destinada a alunos, professores ou funcionários desse estabelecimento e que pode também estar aberta a outro tipo de público; responde às exigências dos programas escolares e à diversidade de gostos e necessidades dos alunos e professores».

Já Santos e Ribeiro (2003: 31), afirmam que:

«A biblioteca escolar é situada em escolas e é estruturada para um trabalho em conjunto com alunos e professores. Esta biblioteca deve funcionar como um verdadeiro complemento da sala de aula, fornecendo todo o material bibliográfico necessário às atividades escolares. Nada impede que ela possa ser aberta à comunidade da cidade que está situada».

A biblioteca escolar é responsável pela interação inicial dos alunos com os livros, bem como com o universo da biblioteca. Ela, juntamente com o ensino efetuado pelos professores, permite que seja construída a base informacional do estudante. Ainda é nessa etapa que os estudantes se familiarizam com os livros, podendo desenvolver o gosto pela leitura.

Faz-se necessário que a biblioteca escolar se mantenha mais ativa, fazendo seu papel de caráter educacional muito mais eficaz. Para que seu objetivo principal seja cumprido, a biblioteca escolar deve ser um elemento atrativo e dinâmico, o qual segundo Ferreira ([1975]: 476), Dinamização «é o ato ou efeito de dinamizar, dar caráter dinâmico».

A biblioteca escolar deve estimular a formação de leitores competentes e não leitores que leiam apenas esporadicamente. Para tanto ela deve conter diversos materiais que facilitem a troca de informações, bem como atividades lúdicas e pedagógicas que atraiam a atenção dos seus utilizadores e os conscientizem sobre a importância do espaço biblioteca para a sua formação acadêmica. De modo similar, o bibliotecário que trabalha neste tipo de biblioteca deve preocupar-se em adaptar os serviços informacionais desta, às necessidades do seu público.

Face ao exposto, dentre esses serviços informacionais que merecem adaptação, pode-se destacar aspetos que dizem respeito à classificação bibliográfica e a sua posterior organização no espaço físico. «As atuais classificações parecem ser de difícil entendimento para o público infantil. Um possível motivo é a formalidade de um sistema feito para adultos, como acontece com os sistemas CDD – Classificação Decimal de Dewey e CDU – Classificação Decimal Universal» (LEITE, 2001, apud PINHEIRO; SACHETTI, [200-?]). Em suma, se para um utilizador adulto e experiente em localizar materiais informacionais, a recuperação destes, ordenados por números, letras e símbolos (Classificação Decimal Universal), já se torna uma atividade difícil e enfadonha; para o público infantil, pode ocasionar um possível distanciamento da criança, devido a tais dificuldades. É neste sentido que entram em destaque ferramentas auxiliares, facilitando assim, o processo de recuperação de materiais informacionais em bibliotecas escolares. Em outras palavras, o uso das cores como instrumento auxiliar da Classificação Bibliográfica, assunto este que será apresentado no próximo tópico.

3. O uso de cores como ferramenta auxiliar na Classificação Bibliográfica para o tratamento temático da informação em Bibliotecas Escolares

Retomando o que foi exposto no segundo tópico deste ensaio, «Indexação e as Linguagens de Indexação», a Classificação Bibliográfica é um instrumento componente da linguagem Categorial (pré-coordenada), o qual é utilizada no momento da indexação, através da perspectiva do indexador. Desta forma, Farias e Pericão (2008: 259) conceituam o assunto do seguinte modo:

«Processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam. Sistema de classificação destinado a ordenar material bibliográfico. Método para arrumar documentos nas estantes. Distribuição dos documentos segundo uma determinada ordem estabelecida por um sistema».

De acordo com Batista (2004, apud MARSHALL, 2009), a Classificação Bibliográfica é «baseada nas técnicas da lógica aristotélica para a construção das estruturas classificatórias subdivididas em classes e em subclasses, através da aplicação das características de divisão». Em síntese, a Classificação Bibliográfica «não se detém na apresentação gráfica do livro, na sua autoria ou no título; vai além, muito além: penetra no seu âmago e vai, portanto, adquirindo o conhecimento das novas veredas que nos levam às ciências, às artes, à tecnologia, às letras» (LENTINO, 1971: 03). Ainda baseado em Lentino (1971), a Classificação Bibliográfica tem como principais finalidades: «reunir» os materiais informacionais no espaço físico, organizar sistematicamente o conhecimento em catálogos e bibliografias, e ser um importante serviço de referência, possibilitando o utilizador recuperar as informações que atendam as suas necessidades de conhecimento.

Face ao exposto, a Classificação Bibliográfica é dividida em dois tipos: as Enumerativas e as Facetadas. Baseado nisso, Ribeiro (2012a)⁵, caracteriza tal tipologia da seguinte forma:

«ENUMERATIVAS - enumeram todos os assuntos possíveis, integrados em quadros lógicos (normalmente hierárquicos); teoricamente, o tema de qualquer conteúdo pode ser encontrado nesta enumeração»;

⁵ Retirado do material físico apresentado em sala de aula, na disciplina Análise de Conteúdos e Indexação (MCI/EXU).

«FACETADAS - há uma enumeração genérica, apenas; a notação compõe-se para poder exprimir os assuntos da informação, os quais não se encontram pré-determinados».

No que diz respeito ao assunto, por ter a sua essência voltada para a organização do conhecimento e a ordenação dos materiais informacionais no espaço físico (biblioteca), várias foram as maneiras de atingir tal finalidade. Se no passado eram utilizadas formas rudimentares de organização (tamanho, título, autor), com o tempo, novas formas foram surgindo até a estruturação de uma classificação baseada em classes decimais. O grande precursor deste aperfeiçoamento foi Melvil Dewey, o qual estruturou uma classificação baseada em dez classes decimais, divididas em subclasses, constituídas de forma hierarquizada. Neste contexto, Faria e Pericão (2008, p. 260-261) conceituam a Classificação Decimal de Dewey da seguinte forma:

«Primeira classificação bibliográfica conhecida; constituída por uma introdução, tabelas e índice, tinha como novidade o facto de atribuir números decimais aos livros e não às estantes, possuir uma especificação de assuntos detalhada e um índice relativo. Divide o conjunto de conhecimentos humanos em dez grandes classes, cada uma designada por um índice numérico compreendido entre 000 e 999, representando cada índice um aspecto particular do assunto no interior de cada classe».

De acordo com o levantamento histórico realizado por Ribeiro (2012b), «a grande inovação de M. Dewey foi precisamente o facto de ter criado uma classificação de assuntos», tendo como base norteadora, a classificação filosófica estabelecida por Francis Bacon. Em síntese, as principais características da classificação proposta por Dewey, foram: «o pormenor atingido na especificação dos assuntos; a existência do 'índice relativo'; notação flexível, de fácil apreensão e universal» (RIBEIRO, 2012b).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) foi o alicerce principal para a construção da Classificação Decimal Universal (CDU), por Paul Otlet e Henri La Fontaine, que segundo Faria e Pericão (2008: 261),

«dá-se da classificação bibliográfica em que os assuntos são divididos em dez grandes classes, cada uma delas repartida em dez divisões, cada divisão em

dez secções, cada secção em outras dez e assim indefinidamente, o que permite designar-se cada assunto de forma simples e individual; foi preparada por P. Otlet e Henri La Fontaine a partir da classificação decimal de Dewey; me o exemplo-tipo de uma classificação enciclopédica. Classificação de Bruxelas».

Face ao exposto, Ribeiro (2012c) tece considerações sobre as principais características da CDU: «é universal – abarca a totalidade do saber; tem carácter internacional – os símbolos são independentes de todas as línguas; assenta na divisão decimal (base 10); revela continuidade no seu desenvolvimento (iniciou-se com 932 rubricas e hoje tem dezenas de milhar); tem uma estrutura hierárquica – gradação dos conceitos». Desta forma, a CDU é composta por uma TABELA PRINCIPAL, contendo as 10 classes do conhecimento e suas subclasses; uma TABELA AUXILIAR, composta por sinais gráficos que indicam a língua, forma, lugar, grupos étnicos e nacionalidade, e tempo; e um ÍNDICE ALFABÉTICO, composto pela indicação dos assuntos, em ordem alfabética, seguida do seu respectivo número de classificação, recurso este, que facilita a procura de tais assuntos na tabela principal e auxiliar. Partindo destes aspetos introdutórios, poderão ser expostas análises sobre o uso de cores como uma ferramenta auxiliar da Classificação Bibliográfica em Bibliotecas Escolares.

No que se refere ao assunto, foi possível constatar que são poucos os autores que publicaram estudos sobre uma adequação do sistema de classificação bibliográfica para as bibliotecas escolares, sobretudo, com o uso de cores. Neste contexto, pode-se citar o artigo «Classificação em Cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis-MT», escrito por Mariza Pinheiro (2009), o qual descreve como foi o processo de implantação de uma classificação em cores numa determinada biblioteca escolar no Brasil. Deste modo, a classificação em cores «facilita o encontro da obra desejada, pois as cores são uma das primeiras linguagens que a criança aprende quando pequena» (PINHEIRO; SACHETTI, 2004, apud PINHEIRO, 2009: 167). Ainda neste contexto, Simão, Schercher e Neves (1993, apud PINHEIRO, 2009: 167), afirmam que:

«Um sistema de cores que reúne as obras através das cores convencionadas para representar o assunto e seus aspectos. Quando se utiliza a codificação em cores para armazenagem das obras em seu local específico, deve-se levar

«em consideração a necessidade de ser estabelecida uma legenda que identifique a cor escolhida e o assunto».

Em suma, a Classificação Bibliográfica em Cores, tem como principal finalidade facilitar a recuperação da informação pelo público infanto-juvenil (dos 07 aos 17 anos). De modo similar, pretende cultivar o hábito pela leitura, e acima de tudo, despertar o interesse pela biblioteca, tendo em vista que a mesma ainda é considerada como «espaço de castigo» pelo seu público. Partindo desse princípio, a Classificação em Cores é «considerada a melhor metodologia, sendo um fator importantíssimo na recuperação da informação por construir um elo entre a linguagem visual e a busca do material nas estantes» (PINHEIRO, 2009: 166). Ainda de acordo com a referida autora, a classificação da informação por cores é uma interessante alternativa para o público infantil (dos 03 aos 06 anos), pois «facilita o contato dos pequenos com um espaço lúdico, transportando-os para um mundo colorido. Com o auxílio das cores, eles poderão criar uma relação particular com as histórias, estabelecendo-se um contato mais agradável e prazeroso com o livro» (PINHEIRO, 2009: 167).

No referido estudo de Mariza Pinheiro (2009), a Classificação Decimal de Dewey (CDD) é o código classificatório frequentemente utilizado nas bibliotecas escolares, porém, devido a sua complexidade, a mesma torna o processo de busca de materiais informacionais muito difícil para aquele público específico. Face ao exposto, o uso de cores, em sua essência, proporciona à biblioteca em ser um ambiente mais adequado àquele público, afastando assim, a velha imagem de espaço rígido e tenebroso. Desta forma, a classificação em cores se baseia na supracitada classificação decimal, porém com algumas adaptações. Assim, devido o acervo informacional das bibliotecas escolares, em sua maioria, ser composto por livros literários e didáticos, a metodologia utilizada foi o estabelecimento de cores para cada livro. Em outras palavras, «para cada gênero literário se empregasse uma cor, assim como, para cada área didática» (PINHEIRO, 2009: 169). Deste modo, tal classificação bibliográfica utiliza as seguintes cores: Amarelo, Azul, Rosa, Preto, Vermelho, Verde, Laranja, Roxo e Marrom, cada uma representando um gênero literário ou uma área didática. A figura abaixo representa a classificação proposta por Pinheiro (2009):

Figura 1 – Classificação Bibliográfica por Cores

GÊNEROS LITERATURA	ÁREAS DIDÁTICAS
LITERATURA INFANTIL	PORTUGUÊS
LITERATURA INFANTO-JUVENIL	HISTÓRIA
POESIAS, POEMAS, VERSOS	MATEMÁTICA
PROSA, CONTOS, CRÔNICA	BIOLOGIA
DRAMA, TEATRO	Ciências, FÍSICA, QUÍMICA
NOVELA	GEOGRAFIA
ROMANCE	ESTUDOS SOCIAIS
FIÇÃO	INGLÊS
	ENSINO RELIGIOSO
	ARTES
	BIOGRAFIA

Fonte: Pinheiro, 2009: 170

Em linhas gerais, é possível apresentar uma sucinta caracterização destas cores fundamentada em estudos realizados pela área da Psicologia, a qual descreve os efeitos que as cores desempenham nos indivíduos. Deste modo, de acordo com Farina (1986: 112-115), as cores utilizadas na classificação desenvolvida por Pinheiro (2009) podem ser entendidas da seguinte forma:

- **Amarelo** (do latim *Amaryllis*): é a cor que se espalha em todas as direções, despertando sensações afetivas que vão da esperança ao egoísmo;
- **Azul** (do árabe *Lázurd*): é a cor que desperta a sensações de leveza, viagem, afeto, intelectualidade, serenidade, uma vez que está associada à imagem do céu, do infinito;
- **Rosa**: por ser uma cor que transita entre o vermelho e o magenta, está diretamente associado ao universo feminino, representando ainda aspetos relacionados com o amor;

- **Preto** (do latim *Niger*): é uma cor «expressiva e angustiante». Quando combinado com outras cores origina sensações alegres, porém por si só está muito associado ao pessimismo, tristeza, dor, melancolia, opressão;
- **Vermelho** (do latim *Vermiculus*): é uma cor que representa o encontro, aproximação. Desperta sensações associadas à paixão, coragem, intensidade, excitação, como também a vulgaridade, ira, agressividade, barbarismo, ou seja, a Emoção;
- **Laranja** (do persa *Narang*): é a cor que expressa o fogo. Assim, tal cor relaciona-se a aspetos de força, euforia, energia, tentação, prazer;
- **Roxo** (do latim *Russeus*): é uma cor que está associada à fantasia, mistério, grandeza, misticismo, espiritualidade, delicadeza, calma;
- **Marrom** (do francês *Marron*): a cor está relacionada com o pesar, melancolia, resistência, vigor.

Com base no simbolismo das referidas cores, visto numa perspectiva psicológica, é possível compreender a implantação da Classificação de Cores na realidade estudada por Pinheiro (2009). Neste sentido, as cores escolhidas para a composição de tal classificação estão diretamente relacionadas com os assuntos representados, havendo assim, uma coerência entre a sua simbologia e o assunto que ela representa.

Assim, Pinheiro (2009) finaliza o seu estudo exemplificando aspetos organizacionais da aplicação da classificação em cores, na biblioteca escolar escolhida para a pesquisa. Deste modo, é possível visualizar como seria o tratamento temático de tais materiais informacionais, da seguinte forma:

- ✓ Num primeiro momento, o bibliotecário faria uma triagem prévia, agrupando assim, os livros segundo tal classificação;
- ✓ Em seguida, cada livro seria analisado individualmente, possibilitando o reconhecimento/identificação dos seus conceitos principais e secundários;
- ✓ Posteriormente, seria realizada a representação de tais conceitos, originando assim, os termos de indexação;
- ✓ Os termos de indexação encontrados seriam a base principal para o processo de classificação do livro. Desta forma, o bibliotecário clas-

sificaria o livro tanto pelas cores quanto pela CDD, especificando assim, os assuntos e conceitos particulares encontrados em cada material informacional.

Com isso, tal processo pode ser exemplificado do seguinte modo: Livro – *Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban*.

820	← Literatura Infanto-Juvenil (Gênero Literário – Classificação em Cores);
R788pr	← Literatura Inglesa; Romance Juvenil (Especificação do Conteúdo – CDD);
	← Identificação da Autoria e Título (Tabela de Cutter).

Em síntese, a Classificação Bibliográfica com o auxílio de Cores pode ser considerada como uma interessante alternativa, no que diz respeito à organização do material informacional no espaço físico (biblioteca escolar). Porém, por ter um caráter generalista, ela por si só não representaria com exatidão os conteúdos encontrados num determinado livro, ou seja, além desta ainda seria necessário a indicação decimal, especificando assim, tais assuntos. Assim, a junção das duas classificações permitiria o utilizador poder buscar e recuperar o material informacional que atendesse as suas necessidades de conhecimento, bem como o bibliotecário ter a possibilidade de educar os utilizadores para outros sistemas de recuperação da informação, uma vez que a organização informacional em outros tipos de bibliotecas é realizada através da CDD ou CDU.

Considerações finais

O processo de tratamento temático de livros e outros materiais informacionais é uma atividade de extrema importância dentro dos centros documentais, pois é através deste que o bibliotecário poderá analisar e indexar os conteúdos contidos numa determinada obra, a fim de que esta seja recuperada pelos utilizadores. Como foi visto, o tratamento temático de materiais informacionais é um processo complexo que contempla várias etapas, ou seja, o «desconstruir» para «reconstruí» um documento, identificando os seus conceitos e especificações, resultando na definição de termos de indexação.

Para este ensaio, o foco principal se sustentou na Classificação Bibliográfica, ferramenta tão utilizada em bibliotecas para representar o conhecimento e organizá-lo no espaço físico. Embora a grande intenção da Classificação Bibliográfica seja facilitar a recuperação da informação, porém, devido a sua complexa estrutura, tal finalidade acaba se tornando algo difícil e enfadonho para o utilizador. Face ao exposto, tal problemática se intensifica nas Bibliotecas Escolares, uma vez que seus utilizadores são formados pelo público infante-juvenil. É em meio a este contexto, que surge a necessidade do profissional da informação adequar o tradicional sistema classificatório para a sua realidade, ou seja, no caso específico da biblioteca escolar, as cores como instrumento auxiliar da Classificação Bibliográfica.

Neste sentido, foi possível constatar a pouca quantidade de estudos publicados sobre o assunto, uma vez que tal problemática é relativamente nova. Outro aspeto que pode ser ressaltado é com relação à redefinição do conceito de Biblioteca Escolar, ou seja, cada vez mais os autores procuram excluir o velho estereótipo da «sala de castigo», construindo assim, um conceito de espaços de alegria, onde através do incentivo à leitura o estudante poderá descobrir novos horizontes através do mundo dos livros. Assim sendo, o bibliotecário precisa adaptar os serviços informacionais com a finalidade de incentivar o interesse dos seus utilizadores, no que diz respeito ao espaço biblioteca. É neste quesito que as cores ganham destaque e podem ser utilizadas na maioria das atividades biblioteconômicas desempenhadas em tais centros documentais.

De acordo com o que foi exposto e exemplificado através da metodologia da autora Mariza Pinheiro (2009), as cores podem sim auxiliar o processo de Classificação Bibliográfica nestes espaços. Por ser uma das primeiras linguagens aprendidas pelas crianças, se implementadas num acervo informacional, a mesma despertará a curiosidade e o interesse deste público em achar o livro que procura. Não se é de colocar a questão que a Classificação Bibliográfica só tenha serventia para a parte de organização no espaço físico, mas também, aliar a este, o tratamento temático.

A Classificação Bibliográfica em Cores, por ter um caráter generalista, não possibilita que os assuntos específicos dos livros sejam expostos em tal sistema de cor, porém sugere-se que as cores e os números (Classificação Decimal de Dewey) sejam trabalhados juntos. Assim, o material informacional, tanto será tratado tematicamente, através do sistema decimal que

contempla assuntos específicos, bem como, organizados através da sistemática das cores. Neste sentido, compete ao bibliotecário analisar a viabilidade da implementação desta ferramenta, assim, estudando o melhor conjunto de cores para compor a classificação que atenda as necessidades dos seus utilizadores.

Por fim, são deixadas recomendações para que sejam realizadas investigações mais aprofundadas com relação ao tema, comprovando na prática, a eficiência das cores, como também de outros elementos didáticos, auxiliando assim, o processo de classificação bibliográfica e a consequente recuperação da informação em bibliotecas escolares.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila

2006 «Fundamentos teóricos da classificação». *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22 (2006). [Consult. 08 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117/368>>.

ARRIMAR, Jorge de Abreu

[S. d.] *Dificuldades na recuperação da informação em bibliotecas escolares*. [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:<http://www.eseig.ipp.pt/seminarios/ctdi2010/artigos/JorgeArrimar.pdf>>.

CAMPELLO, Bernadete Santos et. al., org.

2003 *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida

2001 *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói, RJ: EDUFF, 2001.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes

[S. d.] *Recuperação da informação*. [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em: <URL:<http://www.dcc.ufla.br/infocomp/artigos/v2.1/arto7.pdf>>.

COSTA, Maria Leonor Lopes Fantesia Pereira da

2009 *Definição de uma política de indexação numa biblioteca escolar e a recuperação da informação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Documentação e Informação). [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/395>>.

DANTAS, Suzana

[200?] *Introdução à recuperação da informação*. [Pernambuco]: Universidade Salgado de Oliveira, [200-?]. (Material compilado, não publicado).

Dicionário eletrônico de terminologia em Ciência da Informação (DeltCI). [Consult. 01 Jun. 2012]. Disponível em [www: <URL:http://http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/>](http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/).

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça

2008 *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina, 2008.

FARINA, Modesto

1986 *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 2.ª ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda

[1975] *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1975].

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina; RUBI, Milena Polsinelli; GONGALVES, Maria Carolina, org.

2009 *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais*. São Paulo: Cultural Acadêmica, 2009.

GIGANTE, Maristela Cid

1995 «Os sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário». *Revista Ciência da Informação*, 02 (1995) 1-5. [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/436/394>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles

2009 *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LANGRIDGE, Derick

1977 *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Tradução de Rosali P. Fernandes. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LENTINO, Noemia

1971 *Guia teórico, prático e comparado dos principais sistemas de classificação bibliográfica*. São Paulo: Polígono, 1971.

MARSHALL, Rovena Gobbato

2009 *Linguagens Documentárias para indexação de literatura infantil e juvenil*. [Consult. 18 Abr. 2012]. Disponível em: <URL: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18791/000717873.pdf?sequence=1>>.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia; ROZETI, Glória Caitano

[S. d.] *Em busca da maioridade da biblioteca escolar: uma metodologia de classificação e indexa-*

ção da literatura infantil. [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:<http://dici.ibict.br/archive/00000718/01/T059.pdf>>.

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça

2002 *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira

2009 «Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica». *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. ISSN: 1678-765X. 07: 1 (2009) 30-48. [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/413/277>.

NORMA PORTUGUESA (NP 3715)

1989 *Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e seleção de termos de indexação*. [Caparica, Portugal]: Instituto Português de Qualidade, 1989.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliâne; SANTANA, Marcelo

2007 *Biblioteca escolar*. Brasília: UNB, 2007.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva

2009 *Classificação em cores: uma metodologia inovadora na organização das bibliotecas escolares do município de Rondonópolis-MT*. [Consult. 18 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/449/307>.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva; SACHETTI, Vana Fátima Preza

[S. d.] *Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis*. [Consult. 08 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/319.pdf>>.

PINTO, María; GÁLVEZ, Carmen

1999 *Análisis documental de contenido: procesamiento de información*. Madrid: Síntesis, 1999.

RIBEIRO, Fernanda

2012a *Mestrado em Ciência da Informação: unidade curricular: análise de conteúdos e indexação*. Porto: Faculdade de Engenharia/Letras da Universidade do Porto, 2012. (Slides).

2012b *Histórico da Classificação (até ao séc. XIX)*. Porto: Faculdade de Engenharia/Letras da Universidade do Porto, 2012. (Material didático).

2012c *Classificação Decimal Universal: cronologia*. Porto: Faculdade de Engenharia/Letras da Universidade do Porto, 2012. (Material didático).

ROBREDO, Jaime

2005 *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas*. 4.ª ed. Brasília: Edição de autor, 2005.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria

2003 *Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivista, biblioteconomia, documentação, informática*. Campinas: Átomo, 2003.

SILVA, Ana Cristina Oliveira e

2002 *A biblioteca escolar e o acesso ao conhecimento: classificar e indexar*. [Consult. 15 Maio 2012]. Disponível em: <URL:http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/9106/1/A_Biblioteca_Escolar_e_o_acesso_ao_conhecimento.pdf>.

SILVA, Lino Moreira da

[200?] *Bibliotecas escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização*. Braga: Livraria Minho, [200-?]. (Coleção Minho Universitária).

SIMÕES, Maria da Graça

2008 *Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos*. Coimbra: Almedina, 2008.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS FEEVALE

[S. d.] *Sistema de Classificação Decimal Universal*. [Consult. 18 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:<http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/21698.pdf>>.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M.; LARA, Marilda Lopes Ginez; KOBASHI, Nair Yumiko

1995 *Vamos perseguir a informação*. [Consult. 18 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:<http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4272/400>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. FACULDADE DE LETRAS

[S. d.] *Folheto para a criação de bibliotecas comunitárias auto-geridas*. [Consult. 08 Abr. 2012]. Disponível em: <URL:http://www.lettras.ufmg.br/atelaetexto/folheto_biblioteca.pdf>.

FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAÚJO | <francisco_bibufm@yahoo.com.br>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

JACQUELINE SOUZA | <jackebci@gmail.com>
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

ISBD E METADADOS: caminhos paralelos para um mesmo destino

ISBD AND METADATA: PARALLEL PATHS TO THE SAME DESTINATION
Ana Belem Rios Hillisch | Laura Oliveira

Resumo: O presente artigo trata de uma análise comparativa das normas de descrição e os esquemas de metadatos de modo geral, e da ISBD consolidada e o Dublin Core em particular. Em primeiro lugar, analisámos a normativa da IFLA tanto do ponto de vista formal como do conteúdo, tendo como referência a anterior norma de descrição de recursos electrónicos. Posteriormente, comparámos os esquemas descritos. Após realizar uma revisão bibliográfica dos trabalhos que tratam de forma conjunta o estudo dos referidos modelos, passámos a identificar as semelhanças e diferenças dos ditos *standard*. O estudo desenvolve-se a partir de uma perspectiva totalmente integradora dos modelos de descrição de recursos digitais. Após definir a ISBD consolidada, trata-se de fazer a comparação entre os esquemas. Nas conclusões manifesta-se a necessidade de seguir trabalhando de modo conjunto.

Palavras-chave: normas de descrição; ISBD; metadatos; Dublin Core; esquemas de metadatos

Abstract: In this paper, we performed a comparative analysis of descriptive standards and metadata schemes in general, and the ISBD consolidated and Dublin Core in particular. First, carried out analysis of the rules of IFLA, from a formal point of view and content, with reference to the pervious standard the electronic resources description: the ISBD (ER). Subsequently, we compared both schemes of description. After performing a review of literature that together are about to study both models, we pointed out the similarities and differences in these standards. This study is performed from integrative perspective of both models of digital documents description. The conclusions highlight the need to continue working together.

Keywords: descriptive standards; ISBD; metadata schemes, Dublin Core; comparative analysis

1. Introdução

Nos últimos anos tem-se desenvolvido um conjunto de iniciativas com o intuito de que os esquemas de metadatos para bibliotecas, as estruturas e os vocabulários desenvolvidos pela IFLA sejam acessíveis na Web semântica. No Congresso sobre Modelos de Dados, celebrado em 2007 na British Library, de Londres referiu-se a possibilidade de criar «una norma de metadatos que sea compatible com la arquitectura Web y que sea totalmente interoperable com otras iniciativas de Web Semántica».

Partindo desta premissa o presente estudo pretende analisar as actuais normas de descrição de recursos digitais. Comparando a ISBD consolidada com esquemas de metadatos de um modo geral, e com o Dublin Core em particular.

Deste modo, em primeiro lugar, realizaremos uma breve resenha da norma desenvolvida pela IFLA centrando-nos na sua origem e nas diferenças com as anteriores ISBD, em particular com a ISBD (ER), a norma que a antecedeu na descrição dos documentos digitais. Este ponto é fundamental já que a comparação entre os modelos não teria sentido se a evolução da ISBD não fosse tão substancial. Na segunda parte, após consultar a bibliografia que trata de maneira conjunta as normas de descrição – ISBD e esquemas de metadatos – passamos a estabelecer uma relação entre os modelos desde um ponto de vista integrador.

Finalmente, nas conclusões, referimos as futuras vias de investigação em relação com o objecto de estudo.

2. ISBD consolidada e a sua aplicação na descrição de recursos electrónicos

Antes do estudo que relaciona as normas de descrição ISBD com os metadatos, realizaremos uma breve análise da actual normativa de descrição dos documentos digitais. Por questões metodológicas, não nos é possível desenvolver uma análise detalhada, tanto do ponto de vista histórico como do conteúdo da ISBD consolidada relativamente aos recursos electrónicos. Deste modo, neste ponto destacaremos os factos mais importantes contidos na norma que afectam directamente a este tipo de recursos. Para obter mais informação sobre este assunto remetemos para o artigo intitulado: «La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER)» (RIOS; GUERREIRO, 2011).

A edição preliminar da ISBD consolidada foi publicada em 2007, cuja versão definitiva surge em 2011. A principal característica desta norma é congregar num mesmo documento as pautas de descrição aplicáveis a todas as tipologias de recursos. A versão definitiva da ISBD já inclui a Zona 0 (Zona de forma do conteúdo e tipo de meio), cujo intuito é solucionar os problemas relativos a Designação geral de material, encontrados na edição preliminar da norma consolidada.

Por outro lado, é importante referir que a publicação em 1998 do modelo conceptual Requisitos Funcionais para Registos Bibliográficos (FRBR) originou a revisão completa da família das ISBD's durante o período 2000-2006, com o principal objectivo de estabelecer uma coerência entre as estipulações das ISBD's e o nível básico dos registos bibliográficos nacionais, proposto no

modelo anteriormente citado. Dita influência é evidente, pois implicou a criação de uma nova ISBD.

Da declaração de princípios que guiam a norma consolidada destacamos o primeiro, destinado a facilitar o intercâmbio de registos tanto, na comunidade bibliotecária, como no resto dos centros implicados no tratamento da informação. Este facto é de maior importância no seio do nosso artigo como veremos posteriormente.

Em relação ao conteúdo, a norma define a tipologia de «recursos electrónicos» em dois momentos: primeiramente, de forma mais detalhada, no ponto 0.2.1 «tipos específicos de recursos» e de um modo mais geral no Glossário (Apêndice E). Assim de um modo mais lato a ISBD Consolidada (2008: 351) define da seguinte forma «recursos electrónicos»:

Recurso formado por materiales controlados por ordenador, incluyendo los materiales que requieren el empleo de un periférico (ej. un lector de CD-ROM) conectado a un ordenador; los recursos pueden usarse en modo interactivo o no. Se incluyen dos tipos de recursos: los de datos (información en forma numérica, alfabética, gráfica, de imágenes y sonido o una combinación de todo lo anterior) y los de programas (instrucciones o rutinas para ejecutar ciertas tareas que incluyen el proceso de datos). Además, pueden combinarse e incluir datos electrónicos y programas (ej. software educativo con texto, gráficos y programas).

Esta definición de recurso electrónico se aplica a la mayor parte de los recursos generalmente disponibles e incluye aquellos recursos accesibles mediante telecomunicaciones. También comprende los recursos producidos y/o generados para su distribución limitada, pago bajo demanda o por encargo. Un recurso que reside en la memoria permanente de un ordenador (ROM) se entiende como parte del dispositivo en el que se almacena y, si se cataloga, se trata como un recurso que requiere un acceso remoto. Los juegos de ordenador, calculadoras y otros objetos programados están fuera del ámbito de la ISBD.

Sobre as estipulações referentes à pontuação existem três diferenças na norma unificada, em relação a todas as ISBD's anteriores, não apenas à norma específica de recursos electrónicos. Estas obedecem ao objectivo de aumentar a interoperacionalidade entre diferentes sistemas de recuperação e formatos de apresentação:

1. A primeira refere-se a pontuação final de cada área (0.3.2.7).
2. A segunda está relacionada com a utilização de parêntesis rectos (0.3.2.8).
3. A última faz referência a possibilidade de utilizar outros signos, além do símbolo de igual, para expressar uma indicação de responsabilidade paralela (0.3.2.9).

3. ISBD consolidada e Dublin Core: análise convergente

No presente ponto faremos uma análise comparativa entre o esquema de metadatos Dublin Core e a ISBD consolidada. Desta forma procuramos a convergência entre os modelos com o intuito de uma representação e recuperação dos documentos electrónicos mais eficaz.

Consultando a bibliografia, encontrámos diversas visões sobre o tema: os que consideram os modelos contrapostos, como Berners-Lee (1997) e Gradmann (1998); os que pensam que na realidade são o mesmo (CAPLAN, 1995); e aqueles que pensam que são complementares (XU, 1998).

Ao abordar de forma mais detalhada, a bibliografia mencionada, em relação às características de ambos esquemas encontramos as semelhanças e diferenças que seguidamente desenvolvemos.

Tendo em conta a definição clássica de metadatos, «dados sobre dados», os registos ISBD integram-se neste conceito. Além disso, os dois modelos partilham as mesmas funções: seleccionar, descrever, analisar o conteúdo e facilitar o acesso aos documentos.

Comparando os metadatos com o registo bibliográfico tradicional encontramos as seguintes diferenças:

1. Informação inteligível por computador que se aplica a recursos Web.
2. O criador do registo de metadatos é o próprio autor.
3. Acesso directo ao documento.
4. Concebidos sobre a óptica do utilizador final.

No obstante, muitas das diferenças, foram superadas com o passar do tempo. Em primeiro lugar, a ISBD Consolidada inclui o tratamento de recursos Web.

Por outra parte, os registos tendo em conta o utilizador final são objecto de estudo por parte dos FRBR, FRAD e as novas regras de catalogação anglo-americanas – RDA – incluem especificações que permitem a captura de dados por máquina com a finalidade de reutilizar os metadatos de outras fontes (TILLET, 2009). Em 2008 no Congresso Internacional de Bibliotecas e Informação em Quebec foi criado o Grupo de estudo ISBD/XML, que teria como objectivo codificar cada elemento descritivo numa linguagem legível por computador. Existem outros estudo no âmbito de adaptação digital, que tratam integrar a ISBD, o modelo conceptual FRBR e os metadatos ao RDF/XML.

Por outro lado, e como veremos no seguinte ponto, o registo ISBD deveria incluir o url do documento descrito que permita ao utilizador final aceder directamente ao mesmo, assim resolvendo a terceira diferença entre os modelos. Apesar da ISBD não proporcionar informação sobre a localização dos recursos, esta expressa nos seus princípios que «se deben especificar los elementos descriptivos necesarios para identificar y seleccionar un recurso» (ISBD consolidada, 2007: 7). Assim, o URL de um recurso electrónico não somente ajuda a identificar de forma exclusiva além de também permitir a sua posterior recuperação, com as vantagens que isto tem para o utilizador final.

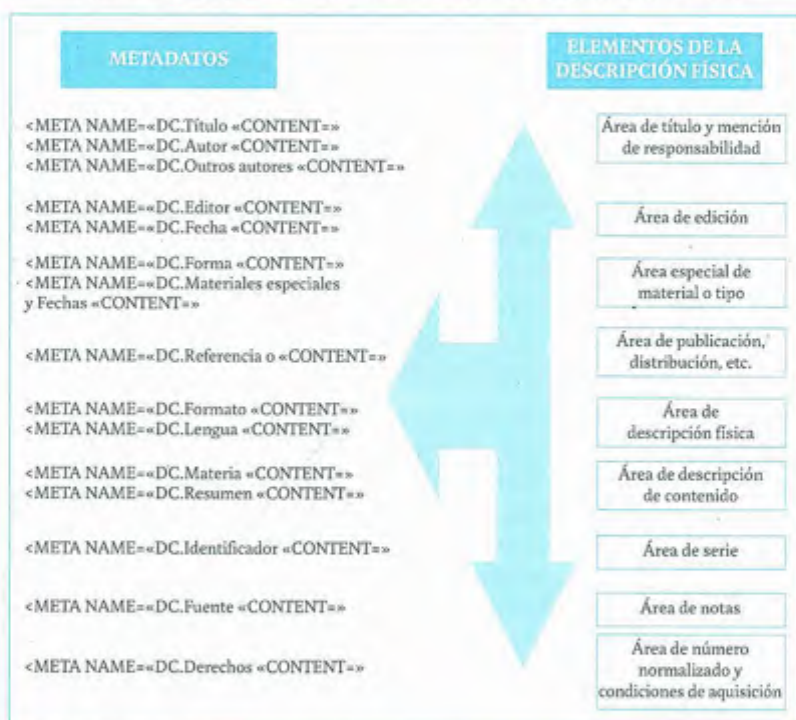
Seguidamente comparámos os esquemas a nível dos elementos que os constituem. Desta forma é preciso diferenciar o modelo de descrição de formato de codificação de dados. Assim, no âmbito deste trabalho, só compararemos o que se refere a modelos de descrição. Deixando de parte o relativo a formatos de codificação de dados como XML, SGML ou MARC. O termo «modelo de descrição» denomina um conjunto de pautas que indicam que elementos compõem a descrição e como se aplicam. O Dublin Core possui um modelo simples e outro com qualificadores, no âmbito deste trabalho apenas analisamos o primeiro dos modelos. Este é composto por 15 elementos básicos agrupados em três grandes grupos:

- Conteúdo.
- Propriedade intelectual.
- Instalação/manipulação.

Apesar de ser um modelo de descrição bastante mais simples que o proposto pela ISBD é possível encontrar uma correlação a um nível básico entre ambos. Destacamos o diagrama comparativo de Perez Matos (2006) apresentado no artigo «De la descripción a la asignación de metadatos: un llamado al orden».

É importante referir que o esquema de metadatos Dublin Core não diferencia a descrição bibliográfica do controlo de autoridades. Por esse motivo elementos que poderiam pertencer ao controlo de autoridades surgem na seguinte tabela relacionados com elementos da descrição bibliográfica.

Figura 1 – Correspondência dos elementos Dublin Core com as Zonas da ISBD



Fonte: Perez Matos, 2006.

Além de analisarmos os elementos do Dublin Core é necessário compreender que as normas ditam a utilização dos mesmos. A definição do Dublin Core, disponível no site oficial (*Using Dublin Core*, 2005) explicita as seguintes características dos elementos:

- Todos os elementos são opcionais.
- Todos os elementos podem repetir-se.

- Não possui subcampos, mas qualificadores.
- Os valores/atributos dos elementos não são controlados.

O Dublin Core básico é constituído por um conjunto de elementos que pela sua simplicidade são normalmente aplicáveis. O Dublin Core não tem em atenção um longo trabalho de normalização, que tem procurado definir os elementos obrigatórios num registo bibliográfico (FRBR). Em segundo lugar, a possibilidade de repetir os elementos encontra-se patente também na ISBD, na enunciada norma apenas não se repetem aqueles elementos, que pela sua natureza não são passíveis de repetição como é a menção principal de responsabilidade, que é um elemento único. Na ISBD houve o trabalho acrescido de identificar que elementos eram repetíveis.

O que pode parecer a primeira vista falta de coesão do esquema Dublin Core, ao permitir repetir o elemento «autor» existindo outro elemento denominado «outro_autor», é na realidade um avanço a nível de catalogação. Considerando que os elementos do Dublin Core são ao mesmo tempo descrição bibliográfica e pontos de acesso, pela primeira vez é possível criar duas entradas principais para um mesmo documento, resolvendo assim uma questão intensamente debatida no âmbito catalográfico.

Num último ponto e talvez o mais importante, cabe abordar o controlo ou normalização dos elementos. O Dublin Core não pressupõe qualquer normalização dos elementos. Estes seriam registados em linguagem natural sem qualquer controlo da informação. Este facto tem a sua origem no principal objectivo do Dublin Core, que é a descrição dos documentos por parte dos autores. O que poderia parecer num primeiro nível, uma opção rentável e simples para a catalogação de documentos, vem a colidir com o principal objectivo da «descrição» que é a futura recuperação da informação. Assim a utilização de diversos termos para identificar um mesmo objecto, provoca a dispersão da informação num catálogo, aumentando a probabilidades de ruído ou silêncio informacional. Apesar do anteriormente dito, actualmente pode-se encontrar uma nova linha de trabalho com metadatos, que advoga criar regras de controlo para estes elementos. Assim, nos repositórios institucionais, criam-se normas internas que determinam como registar um autor, um título ou assunto, atribuindo-lhes também fontes de informação prescritas. Desta forma, encontra-se um equilíbrio entre as duas tradições vigentes no âmbito da catalogação, combinando as vantagens de cada modelo de descrição.

Pensamos que a «praxis» que compõe o mundo da descrição destes dois modelos deveria expressar-se no âmbito teórico e nas respectivas normas ou pautas. Assim o Dublin Core poderia seguir o modelo da ISBD enquanto ao estabelecimento de fontes prescritas de informação, com o intuito de uma maior normalização. E a ISBD compreender a importância de aceder directamente ao documento original, através do URL. De facto esta informação já consta no formato MACR codificada na etiqueta 856, mas ainda não tem lugar na própria norma. Deste modo seria importante registar o URL do documento descrito, como uma nota obrigatória. Estas são algumas das indicações que podem seguir as pautas descritivas, dentro de uma visão integradora dos modelos.

4. Conclusão

Em primeiro lugar, queríamos destacar o esforço levado a cabo, tanto nos organismos internacionais como nos nacionais, para adequar as normativas as mudanças significativas do universo bibliográfico. Assim, o Grupo de Revisão afirma na introdução da ISBD Consolidada (2008: XVI) que não solucionará todos os problemas que estão actualmente presentes nos processos de catalogação e que é possível alcançar uma maior coerência e uniformidade. Tendo em conta, estes propósitos e as propostas procedentes das Reuniões IFLA de Expertos sobre o Código Internacional de Catalogação, o grupo trabalha na nova revisão da ISBD.

Sobre a comparação entre metadatos e a ISBD é importante continuar esta linha de investigação. Após a intensa pesquisa bibliográfica e relacionando teoricamente ambos os modelos, é necessário uma abordagem mais específica e prática dos mesmos. É necessário uma correlação mais detalhada dos elementos que compõem os modelos de descrição. Seria de interesse a comparação entre a ISBD Consolidada e os elementos do Dublin Core qualificado, de modo a compreender as semelhanças e diferenças entre os modelos. Seria, também, oportuno encontrar uma correlação entre o Dublin Core e os principais modelos e regras que conformam o âmbito biblioteconómico actual, como os FRBR, FRAD e FRSD, bem como os Princípios Internacionais de Catalogação. Compreendendo desta forma como estes modelos podem também cumprir as tarefas de utilizadores propostos nos anteriores documentos, é importante compreender como a simplicidade e a melhor adequação ao contexto digital do modelo Dublin Core pode influenciar positiva-

mente os modelos tradicionais da catalogação. Além disso, é necessário conhecer que práticas se exercem nos centros catalogadores, de modo a conhecer a verdadeira aplicação dos modelos e poder antever a sua evolução e que pautas os devem reger.

Desta forma a análise de ambos os modelos, seguindo autores como Xu que compreendem que os esquemas podem ser complementares, e podem abrir uma nova visão de estudos. Uma abordagem integradora que compreende que os esquemas são diferentes, mas que, em todo o caso, podem receber influencia um do outro, de modo a atingirem com maior eficácia o seu objetivo comum: recuperar a informação.

Referências bibliográficas

ANGELOZZI, S. M.; MARTÍN, S. G.

2009 «Análisis y comparación de metadatos para la descripción de recursos electrónicos en línea». In ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 3, 2009, Buenos Aires. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/ponencia_angelozzi.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011. Acesso em: 20 jun. 2012.

BERNERS-LEE, T.

1997 *Metadata architecture*. [S. l.]: PICS, 1997. Disponível em: <<http://www.w3.org/DesignIssues/Metadata.html>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BRITISH LIBRARY

2007 «Bibliographic Standards». In *Data Model Meeting*. Londres, 2007. Disponível em: <<http://www.bl.uk/bibliographic/meeting.html>>. Acesso em: 16 de dez. 2011.

CAPLAN, P.

1995 «You call it corn, we call it syntax-independent metadata for documents-like objects». *The Public-Access Computer Systems Review*, 6:4 (1995). Disponível em: <<http://info.lib.uh.edu/pr/v6/n4/cap16n4.html>>. Acesso em: 21 maio 2012.

1995-2000 *Dublin Core Metadata Initiative: making it easier to find information*. [S. l.]: Dublin Core, 1995-2000. Disponível em: <<http://dublincore.org/>>. Acesso em: 21 de maio 2012.

ESTIVILL RIUS, A.

2009 «Estado actual de la normativa de catalogación. 1.ª parte: el escenario internacional». *Bid: textos universatis de bibliotecología i documentació*, 22 (jun. 2009). Disponível em: <<http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/16821/1/571855esp.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, E.; MCGARRY, D.

2007 *ISBD consolidada: um passo em frente*. [Lisboa]: Biblioteca de Arte da Fundação Caloust Gulbenkian, 2007. Disponível em: <<http://imeicc5.com/download/portuguese/ISBD%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

GRADMANN, S.

1998 «Cataloguing vs. Metadata. Old wine in new bottles?». In IFLA GENERAL CONFERENCE, Amsterdam (Netherlands), 64, August 16 – August 21, 1998 – *Proceedings*. [S. l.]: IFLA, 1998. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla64/007-126e.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

GUERREIRO, J.

2010 *De la ISBD (ER) a la ISBD (Consolidada): análisis de la normativa para la descripción de los documentos digitales*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación de la Universidad de Salamanca, 2010. Dissertação (Master en Sistemas de la Información Digital) Disponível em: <<http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/83113>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

INTERNACIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2004 *ISBD (ER): International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources. Draft for World Wide Revision*. Washington, D. C.: IFLA, 2004. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/guide/isbder_ww2-1-04.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

2008 *(ISBD): Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada*. Ed. Preliminar consolidado. Washington, D. C.: IFLA; [Madrid]: Biblioteca Nacional de España, 2008. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/Servicios/NormasEstandares/ISBDconsolidada/Docs/ISBDconsolidada.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

2004 *Requisitos funcionales de los registros bibliográficos: informe final*. Washington, D. C.: IFLA; [Madrid]: Ministerio de la Cultura, Secretaría general técnica, 2004. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Servicios/NormasEstandares/Docs/FRAD_espaxol.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

ORTIZ-REPISO JIMÉNEZ, V.

1999 *Nuevas perspectivas para la catalogación: metadatos versus MARC*. Madrid: [s. n.], 1999. Disponível em: <<http://212.128.129.100/validate?url=http%3A%2F%2Frevistas.csic.es%2Findex.php%2Findex%2Farticle%2Fdownload%2F338%2F546>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

PEREZ MATOS, N.

2006 «De la descripción bibliográfica a la asignación de metadatos: un llamado al orden». *Acimed*. 6:14 (2006). Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol14_6_06/aci12606.htm>. Acesso em: 21 maio 2011.

RÍOS HILARIO, A. B.; GUERREIRO, J.

2011 «La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER)». *SCIRE*, 17:1 (2011).

TILLET, BARBARA B.

2009 *RDA: antecedentes y aspectos de su implementación. Manual para instructor*. Washington, D. C.: Library of Congress, 2009. Disponible em: <http://www.loc.gov/catdir/cpsd/RDA/RDAantecedentes_instructor.pdf>. Acceso em: 23 jun. 2012.
Using Dublin Core. [S. l.]: DCMI, 2005. Disponible em: <<http://dublincore.org/documents/usageguide/>>. Acceso em: 31 ago. 2012.

XU, A.

1998 «Metadata Conversion and the Library OPAC». *The Serials Librarian*, 33, (1998). Disponible em: <<http://web.mit.edu/waynej/www/xu.htm>>. Acceso em: 17 oct. 2011.

ANA BELEN RIOS HILARIO | <anarilhi@usal.es>

Departamento de Documentación. Facultad de Traducción y Documentación.
Universidad de Salamanca

JOÃO GUERREIRO | <joaoguerreiro@usal.es>

Departamento de Documentación. Facultad de Traducción y Documentación.
Universidad de Salamanca

O USO DE REVISTAS ELETRÔNICAS POR DOCENTES/INVESTIGADORES DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO: estudo bibliométrico¹

THE USE OF ELECTRONIC JOURNALS BY TEACHERS/RESEARCHERS OF FACULTY OF LETTERS UNIVERSITY OF PORTO: BIBLIOMETRIC STUDY

Márcio Rômulo Oliveira Fernandes

Resumo: A comunicação científica tem sofrido imensas modificações ao longo dos tempos. Diversos fatores alteraram esta forma de comunicação até que chegamos às revistas científicas em formato eletrônico de que dispomos atualmente. Pela abundância de recursos que o eletrônico fornece sentiu-se a necessidade de avaliar. Surgiram diversas técnicas entre as quais a bibliometria, a cienciometria, a infometria e a webometria. Todas com preocupações centradas na avaliação da produção científica. As universidades são um ambiente onde a comunicação científica é muito importante independentemente dos formatos usados. Assim surge também a necessidade de se estudar até que ponto os docentes e os investigadores dos meios académicos utilizam o formato eletrônico. Através de um questionário aplicado a todos os docentes e investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto assim como de entrevistas realizadas aos coordenadores dos centros de investigação da mesma Faculdade, é traçado um perfil de utilização das revistas eletrônicas.

Palavras-chave: revistas electrónicas; bibliometria; investigadores

Abstract: The scientific communication has been suffering different modification over time. There are some factors that have forced a change in this way of communicating till the electronic scientific journals that we have in our days. As the electronic resources are easy to distribute has emerged the need of evaluate. Several technics emerged, among them the bibliometric, the scienciometric, the infometric and the webometric. All these disciplines have concerns with the evaluation of the scientific communication. The universities are an environment where scientific communication, be it in any format, is very important. So there is also the need to study the extent to which the teachers and academic researchers use the electronic format. Through a survey applied to all teachers and researchers of Faculdade de Letras da Universidade do Porto as well as interviews conducted to the coordinators of the research centres, a profile of use of online resources is designed.

Keywords: electronic journals; bibliometry; researchers

1. Introdução

Nos últimos 20 anos temos assistido a uma revolução tecnológica que tem feitos a todos os níveis da sociedade. Desde as tarefas mais simples às mais complexas do dia-a-dia todas elas foram afetadas. A comunicação científica, como não poderia deixar de ser, sofreu também transformações profundas.

¹ Este artigo resume a dissertação de mestrado em Ciência da Informação realizada durante o ano letivo 2011-2012. O título e o autor da dissertação são os mesmos deste artigo.

A comunicação científica existe desde há muitos séculos. Com formatos diferentes dos de hoje, o certo é que desde as primeiras descobertas científicas os investigadores sentiram necessidade de as divulgar. Esta divulgação era feita através de livros, cartas, atas e artigos impressos. Contudo as últimas inovações tecnológicas permitiram que se pudesse fazer uma comunicação e divulgação de forma diferente. Iniciando um processo onde o eletrónico começou a ter uma importância maior que o papel (pelas diversas vantagens e funcionalidades que oferece) passou-se a comunicar e a divulgar de forma quase exclusivamente eletrónica.

Neste sentido, as universidades de todo o mundo têm feito esforços para disponibilizar às suas comunidades académicas (nas quais se incluem docentes, investigadores e estudantes) bases de dados eletrónicas completas e que vão de encontro às necessidades letivas e de investigação. A própria Universidade do Porto segue esta tendência e as suas faculdades proporcionam aos seus membros o acesso às bases mais adequadas às suas áreas científicas.

Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) o serviço mais especializado neste sentido é o da Biblioteca Central que, através da sua página web, disponibiliza o acesso a bases de dados da área das ciências sociais. Este serviço é bastante útil para os seus utilizadores e revela uma preocupação com o uso dos formatos eletrónicos.

Tendo em conta toda esta situação a questão que se coloca é: até que ponto os docentes e os investigadores da FLUP fazem uso das revistas científicas em formato eletrónico?

É para responder a esta pergunta que surge este estudo bibliométrico. O seu principal objetivo é perceber quanto e como usam os docentes e os investigadores da FLUP as revistas científicas eletrónicas. Para atingir este objetivo procurou-se: analisar, quantitativa e qualitativamente, o uso que é feito das revistas eletrónicas por parte dos docentes/investigadores da U. Porto, mais concretamente na Faculdade de Letras; compreender o comportamento informacional dos docentes e investigadores que usam revistas eletrónicas.

Tendo por base estes objetivos adotou-se um método de investigação que pudesse responder eficazmente à problemática em análise. Assim, e tal como é descrito neste artigo, utilizou-se o inquérito por questionário e o inquérito por entrevista para recolha de dados. Analisando todos os dados recolhidos foi feita a sua análise e interpretação, por forma a encontrar uma resposta o mais completa possível à questão já referida anteriormente.

De referir ainda que este trabalho de dissertação foi realizado em estreita sintonia com a Universidad de León e com a Universidade de Coimbra, pois também nestas universidades estão em curso estudos bibliométricos com os mesmos objetivos deste. Assim é aberta a possibilidade a um futuro trabalho de comparação dos resultados obtidos em cada uma das três investigações.

2. As revistas científicas

A ciência, tal como foi definida por Kant, é o conjunto de conhecimentos sistematizados ou coordenados mediante princípios. Bonavides (1976) acrescenta ainda que a ciência consiste na tomada de determinada ordem de fenómenos, em cuja pluralidade se busca um princípio de unidade, investigando-se o processo evolutivo, as causas, as circunstâncias, as regularidades observadas no campo fenomenológico. A ciência existe há muitos séculos. Pode-se mesmo afirmar que desde que há ser humano há descobertas e, por isso, temos aí os primórdios da ciência. Contudo só no período da Grécia Antiga surgem as primeiras referências à ciência.

Assim, os primeiros 'cientistas' usavam a correspondência pessoal. Trocando ideias com os seus amigos sobre o que descobriam, os cientistas faziam circular as teorias em pequenos grupos de interessados. Estes grupos discutiam e davam as suas sugestões levando assim a uma pequena evolução da ciência. (STUMPF, 1996).

Alguns séculos mais tarde, quando começaram a surgir as primeiras sociedades invisíveis (também conhecidas como colégios invisíveis para os diferenciarem dos colégios universitários oficiais) começaram também a realizar-se as primeiras conferências científicas. Nestas conferências começaram a ser escritas atas onde se descrevia todo o decorrer do encontro e quais as descobertas científicas comunicadas e discutidas (STUMPF, 1996; CASTILLO *et al.*, 2010).

A par destes dois meios de comunicação começaram a surgir as revistas científicas organizadas e estruturadas.

3. Das academias invisíveis às inovações tecnológicas

No século XVII, as primeiras revistas científicas começaram então a ser publicadas. Constituídas de artigos mais sucintos e diretos que as atas e as cartas, as suas poucas páginas resumiam todo o processo de investigação e respeti-

vas conclusões. Em 1665, foi publicada a primeira revista científica de que há memória. Era chamada de *Journal des Sçavantes* e foi publicada em Paris com uma periodicidade semanal (STUMPF, 1996; CASTILLO *et al.*, 2010). No mesmo ano, mas em março, começou a ser publicado o *Philosophical Transactions* da Royal Society of London, em Londres (STUMPF, 1996).

A par destas surgiram ainda a *Litteratti* de Itália e a *Miscellanea Curiosa* de origem alemã (CASTILLO *et al.*, 2010).

Contudo, estas revistas não eram muito bem conceituadas no que respeitava à sua capacidade de divulgação. Só no século XIX é que as revistas científicas ganham credibilidade suficiente para conseguir superar os livros (MENEZES *et al.*, 1999; STUMPF, 1996).

Este aumento de popularidade deveu-se a dois fatores principais: tempo e dinheiro.

Ainda no século XVIII começaram a surgir as primeiras revistas especializadas em áreas específicas como a Medicina e a Agricultura. Contudo as revistas generalistas predominavam.

Já no século XIX assistiu-se a um aumento enorme de revistas científicas. Os avanços técnicos da produção de papel e de impressão a par do aumento de investigadores e investigações e da introdução das chamadas revistas de resumo aumentaram em grande escala a produção e o uso das revistas. Nos anos 60 do século passado, começaram as primeiras tentativas de substituir o papel pelo digital no que respeita às revistas científicas. (STUMPF, 1996; MENEZES *et al.*, 1999). Com esta evolução era possível tornar todo o processo eletrónico – desde a submissão do texto para avaliação até à sua disponibilização final.

Conforme defendido por alguns autores é em 1978 que surge, oficialmente, a primeira revista científica eletrónica: a *Electronic Information System*, nos EUA. Fizeram-se mais duas experiências. Uma no Reino Unido, entre os anos 1980-1984, com a *Computer Human Factors* e outra em França, entre os anos 1984-1987, com o *Journal Revue* (MENEZES *et al.*, 1999).

Esta nova oferta, apesar de ainda ter, naquela altura, alguns problemas começou a ganhar um sucesso razoável e em 1987 o *Ulrich's International Periodicals Directory* disponibilizou em CD-ROM e online mais de 1000 títulos.

Na década de 90, o aumento generalizado de páginas web também se repercutiu no aumento de artigos disponibilizados em formato eletrónico. Este

novo formato das revistas era visto com bons olhos porque ao mesmo tempo que preservava o processo normal de publicação (submissão do texto, avaliação pelos pares, divulgação, controlo de assinaturas...) tornava muito mais fácil o acesso pois a partir de casa e dos computadores pessoais poder-se-ia aceder a toda a informação necessária (STUMPF, 1996; MENEZES *et al.*, 1999).

Hoje em dia é impensável fazer uma investigação sem recorrer a pesquisas em bases de dados eletrónicas (STUMPF, 1996).

Apesar da imensa evolução que têm ocorrido, Ziman (1968) refere que o formato utilizado pelas revistas científicas tem sido muito semelhante ao longo de vários séculos. Meadows (1974) refere mesmo que existe apenas uma diferença assinalável desde as primeiras revistas até às mais recentes. Esta diferença prende-se com a exigência de que os trabalhos publicados nas revistas de hoje sejam inéditos.

Assim o sistema de comunicação primordial das trocas de cartas foi sendo melhorado ao longo dos séculos o que conduziu às recentes e tecnológicas revistas científicas eletrónicas (MEADOWS, 1974).

Para Miranda (1996) uma revista científica é um veículo de comunicação do conhecimento cuja função é registar de forma oficial e pública, a informação através de um processo de editor-avaliador.

O termo 'revista científica' resulta de uma evolução concetual e Barbalho (2005) define-a como um canal de disseminação da ciência, publicada em períodos de tempo predefinidos, reunindo artigos de diversas autorias e que apresentam rigor científico e metodológico.

Percebe-se então melhor o porquê de as revistas científicas terem ganho tamanha importância no âmbito dos sistemas de comunicação científica. Estas apresentam a informação necessária de forma simples e rápida e conseguem ainda intervir em diferentes domínios desde a contribuição para a divulgação do conhecimento até ao reconhecimento e elevação dos autores.

4. As métricas da produção científica: necessidades e soluções

Nos últimos anos temos assistido a um aumento significativo de produção científica um pouco por todo o mundo. A comunidade científica mundial é bastante produtiva e o volume de informação que nos circunda é quase imensurável. Quanto mais se produz, mais se avança a nível científico mas mais difícil é registar, avaliar e disponibilizar a informação (BARBALHO, 2005).

Esta enorme quantidade de informação traz problemas ao nível da sua avaliação e pertinência. Isto é, até que ponto uma informação disponibilizada é verdadeira e credível?

Vários têm sido os que se têm preocupado com a questão da avaliação da produção científica e surgiram já algumas soluções. Barbalho (2005) referindo-se a Yamamoto *et al.* (2002) refere existirem apenas dois procedimentos básicos para a avaliação da produção científica. Um prende-se com os indicadores de impacto e o outro com fatores bibliométricos.

Avaliar é muito importante para a manutenção de uma boa qualidade na produção científica. Reconhecer o mérito daquilo que é produzido e contribuir para uma resposta de qualidade às procuras de informação por parte da comunidade científica é uma das necessidades básicas do processo de avaliação (BARBALHO, 2005).

4.1. Bibliometria

A bibliometria surgiu nos inícios do século XX como uma resposta à necessidade que, já na época, se sentia de avaliar a produção científica que era realizada (ARAÚJO, 2007; VANTI, 2002; WORMELL, 1998).

Araújo (2007) citando, no seu artigo, Fonseca, diz-nos que a bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística que mede os índices de produção e disseminação do conhecimento científico à semelhança do que a demografia faz com a população.

Vanti (2002), usando-se da definição de Tague-Sutcliffe, refere que a bibliometria consiste no estudo dos aspetos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registada [...] e desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando os resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão.

Já Wormell (1998) acrescenta que a bibliometria está associada à questão quantitativa dos documentos e é muitas vezes considerada como a mais desinteressante e tradicional desta área.

Ao longo do seu desenvolvimento vários foram os autores que contribuíram com conhecimento e desenvolvimentos para a bibliometria. Alguns deles foram de tamanha importância que criaram as chamadas leis clássicas da bibliometria.

Alfred James Lotka formulou, em 1926, a Lei de Lotka. Com este estudo, Lotka constatou que existe um pequeno número de autores que é responsável pela produção de um grande conjunto de obras e que, em proporção inversa, existe um grande número de autores que, com produções mais reduzidas (maior parte um artigo por autor) se igualam à quantidade de produção do primeiro grupo. Tendo constatado este acontecimento, Lotka procedeu à formulação da sua lei também conhecida como a Lei do Quadrado Inverso.

Outro autor importante para a bibliometria foi Bradford com a sua Lei da Dispersão. Esta lei surgiu de um estudo que culminou em 1934 e no qual o autor analisou até que ponto artigos de uma determinada área científica apareciam em revistas de outras áreas. Assim estudou os artigos tendo em conta a sua proximidade ou afastamento ao tema. Analisando artigos da área da geofísica, Bradford percebeu que há um núcleo menor de revistas que se relaciona de forma muito próxima com o assunto e um núcleo maior relaciona-se de forma estreita. Em cada um destes núcleos aumenta o número de revistas enquanto a produtividade vai diminuindo. Assim, com uma grande coleção de revistas ordenadas de forma decrescente tendo em conta a produtividade e a relevância para o assunto temos três zonas contendo cada uma 1/3 dos artigos relevantes. A primeira zona irá alojar um pequeno número de revistas bastante produtivas, a segunda zona um número maior de revistas mas menos produtivas e a terceira abarca ainda um conjunto de revistas maior mas cada uma delas menos produtiva. Com isto Bradford constatou ainda que por esta razão havia muitos índices que não atingiam uma cobertura completa dos assuntos (ARAÚJO, 2007; VANTI, 2002).

George Kingsley Zipf é o terceiro autor que também tem muita importância para a bibliometria. Este era linguista na Universidade de Harvard e a sua contribuição partiu precisamente desta área. A sua lei centra-se na análise da relação existente entre as palavras num texto com uma dimensão considerável e a ordem em que nele aparecem. Através da análise de uma obra, Zipf constatou existir uma correlação entre o número de palavras e o seu uso. Descobriu ainda que existe um pequeno conjunto de palavras que são utilizadas com grande frequência e que resultam de uma seleção cuidada. Zipf definiu ainda que se multiplicarmos a posição de uma determinada palavra pela sua frequência obteremos uma constante (ARAÚJO, 2007; VANTI, 2002; WORMELL, 1998).

Outra área com grande importância dentro da bibliometria prende-se com a análise de citações. Esta técnica, tal como o nome indica, analisa as citações que são feitas pelos diversos autores. Consideramos que uma citação é a referência bibliográfica que um determinado autor faz no decorrer do seu artigo (ou obra) e que sustenta o seu texto e opinião. Assim, a análise de citações estuda as relações existentes entre as obras que citam e as obras que são citadas (ARAÚJO, 2007; BREMHOLM, 2004; HAYASHI *et al.*, 2008; TARRANT, 2008).

Ainda dentro da análise de citações surge o conceito de fator de impacto. Este, quando surgiu, consistia na divisão do número total de citações que uma determinada revista recebia pelo número de artigos que publicou num ano. Contudo, e por necessidade de evolução da própria bibliometria, este conceito foi sendo alterado e hoje entendemos como fator de impacto o resultado da divisão entre o número de citações recebidas por um autor e o número de trabalhos que receberam pelo menos uma citação. Isto identifica os autores que produziram material bastante relevante independentemente de ter sido em pouca ou grande quantidade. Ainda a partir da análise de citações obtém-se outro conceito importante que se prende com a frente de pesquisa, isto é, o autor mais citado de forma mais recente (ARAÚJO, 2007; TARRANT, 2008).

Segundo Garfield (1972) o fator de impacto de uma determinada revista é calculado ao dividir o número de citações recebidas no ano corrente pelo número de artigos publicados nos últimos dois anos.

A bibliometria desenvolveu inúmeras teorias e formas de estudar e avaliar a produção científica. Contudo os estudos bibliométricos não são realizados tendo sempre por base as leis clássicas da bibliometria. Existem inúmeras formas e metodologias para realizar um estudo bibliométrico.

Este mesmo trabalho é exemplo disso. Não é utilizada nenhuma teoria clássica, contudo realiza-se um estudo bibliométrico pois estuda-se uma das formas de comunicação científica.

4.3. Cienciometria

A cienciometria é uma disciplina que surgiu na URSS e que se expandiu, nos primeiros anos, até à Hungria. Inicialmente era utilizada para referir os métodos quantitativos utilizados no estudo da história da ciência e do avanço tecnológico. Com um nascimento um pouco discreto, a cienciometria apenas

ganhou notoriedade com o nascimento da *Scientometrics*. Esta revista veio dar uma nova dinâmica a esta disciplina por trazer a possibilidade de publicar investigações. Na década de 80, o Institute for Scientific Information (ISI) vendeu a sua base de dados a diferentes instituições como forma de auxílio e foi aqui que a cienciometria, enquanto disciplina, começou a ganhar a atenção dos meios académicos. Atualmente, esta disciplina, a par de outras, é uma das mais utilizadas para a medição do conhecimento científico (VANTI, 2002).

Diversos autores estudaram esta nova disciplina e tentaram criar uma definição concreta e consensual. Vanti (2002) cita uma tradução de Macias-Chapula em que ele diz que cienciometria é o estudo dos aspetos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade económica. A cienciometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas [...]. Conclui-se então que a cienciometria estuda, por meio de indicadores quantitativos, uma determinada disciplina da ciência.

4.3. Infometria

A infometria é mais recente que a bibliometria e a cienciometria. Surgiu no ano de 1979 também na URSS. Contudo só 10 anos depois, o termo foi aceite de forma definitiva quando o encontro internacional de Bibliometria se passou a designar como Conferência Internacional de Bibliometria, Cienciometria e Infometria (VANTI, 2002).

Vanti, citando Tague-Stuckiffe, afirma que a infometria é o estudo dos aspetos quantitativos da informação em qualquer formato e não apenas registos catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social, e não apenas aos cientistas. A infometria pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites da bibliometria e cienciometria.

Basicamente a infometria representa o seguimento de processos semelhantes aos da bibliometria mas aplicados a objetos e sujeitos diferentes. Indica-se ainda que a infometria pode mesmo ocupar-se dos processos de comunicação informal e dos grupos sociais mais desfavorecidos e não apenas dos grupos de investigadores e elites intelectuais (VANTI, 2002).

4.4. Webometria

Para poder avaliar e quantificar toda a informação surgiu, em 1997, através de Almind & Ingwersen, a webometria. Esta disciplina consiste na aplicação de métodos infométricos à www por necessidade de avaliar este que começa a ser um dos métodos de comunicação mais importantes.

Várias são as informações e os dados a que se pode aceder com os estudos webométricos. Um deles tem a ver com a distribuição das páginas pelo espaço cibernético seja ao nível dos países de origem, dos tipos de página bem como dos domínios a que se referem. Consegue-se mesmo obter dados relativos à importância que determinado assunto tem dentro da comunidade, estudo semelhante ao que pode ser realizado no âmbito da bibliometria, neste último caso em obras fora da web.

Para a realização dos estudos webométricos são muito importantes os motores de busca. Motores como Google, Bing e outros, são a forma que os investigadores da área utilizam para recolher os dados necessários às suas investigações.

Esta é mais uma disciplina que reflete a importância do eletrónico para a comunicação dos dias de hoje. Seja uma comunicação científica ou uma comunicação mais informal, o certo é já não imaginarmos este processo sem o auxílio de um computador e de um acesso à rede.

5. Questões metodológicas

5.1. Âmbito do estudo

Este estudo segue então as conceções da bibliometria de forma a apresentar resultados concretos que respondam à seguinte pergunta de investigação: até que ponto os docentes e os investigadores da FLUP fazem uso das revistas científicas em formato eletrónico?

Para se poder responder a esta pergunta é necessário recolher dados. Assim, e por se achar que seriam os métodos mais adequados a este caso concreto, utilizou-se o inquérito por questionário e o inquérito por entrevista como técnicas de recolha de dados.

5.2. Contextualização

Este estudo bibliométrico é o primeiro do género a ser realizado na Universidade do Porto, mais concretamente na Faculdade de Letras. Contudo não poderíamos estar a realizar um estudo deste género sem saber o que existe ao nível de recursos eletrónicos para a área das ciências sociais. Coloquemo-nos num cenário em que não existiam quaisquer revistas em formato eletrónico que fossem vocacionadas para as ciências sociais, que utilidade teria este trabalho?

5.3. Identificação das revistas científicas em formato eletrónico da área das ciências sociais

Para se poder fazer o levantamento das revistas científicas em formato eletrónico existentes para as Ciências Sociais, começou-se por contactar com o diretor da Biblioteca Central da FLUP. Pretendia-se saber quais os principais recursos eletrónicos e de que forma era feita a gestão do mesmos. Desde as Bases de Dados (BD) assinadas pela UP até às assinadas apenas pela FLUP foi dado um panorama geral das mesmas e referidas quais as de maior importância. Ficou-se a perceber que na FLUP a BD mais completa e mais utilizada é a Jstor. Tendo por base esta informação decidiu-se fazer o levantamento das revistas através da BD da Jstor.

Através do site da Jstor acedemos então às diversas revistas disponíveis e que estão vocacionadas para várias áreas científicas centradas nas ciências sociais.

Partindo daqui, iniciou-se então a pesquisa para saber quais as revistas científicas que se enquadravam nas áreas científicas que interessam e que são estudadas na FLUP.

Terminado o levantamento, e para termos um número concreto das revistas científicas em formato eletrónico disponibilizadas pela Jstor, passou-se para a criação de uma lista ordenada alfabeticamente e onde se eliminaram os títulos repetidos. Nesta segunda lista reduzimos o número de revistas para 611, número este que representa a realidade em concreto.

Assim, concluímos com este levantamento que na BD da Jstor existem 611 revistas disponíveis em formato eletrónico que contemplam as áreas científicas de Arqueologia, Bibliografia, Biblioteconomia, Estudos Britânicos,

Estudos de População, Filosofia, Geografia, História, Línguas e Literaturas, Linguística e Sociologia e quem têm pelo menos um número publicado desde o ano de 2000.

Este levantamento foi então bastante importante pois revelou que existe um número considerável de revistas científicas que estão disponíveis em formato eletrônico.

5.4. Técnicas de recolha de dados

5.4.1. Questionário

Este questionário teve uma série de perguntas que versavam sobre o interesse concreto deste estudo e que se prendia com o uso de revistas eletrônicas.

Podemos considerar que o questionário utilizado neste trabalho é de administração direta pois os inquiridos preencheram diretamente o questionário que lhes foi enviado.

O questionário foi distribuído pelos inquiridos através de correio eletrônico. Esta é a forma mais fácil de distribuição e por essa mesma razão torna-se, por vezes, tão banal que as pessoas que se pretende inquirir sentem que é apenas mais um questionário para responder e não respondem. Esta é uma das principais dificuldades quando se pretende realizar um questionário no âmbito de uma investigação.

Outra das dificuldades, e que foi sentida essencialmente neste estudo, prende-se com a questão dos destinatários do questionário. Este estudo pretendia inquirir todos os investigadores e docentes da FLUP. Pensávamos que seria muito fácil obter uma lista e os contactos destes mesmos investigadores e docentes através do sistema de informação da faculdade. Acontece que a FLUP tem uma complexidade de cursos que faz com que estejam registados no sistema docentes que não são da faculdade.

Para superar esta dificuldade solicitou-se à direção da FLUP uma lista fidedigna dos docentes que, no dia 01 de Março de 2012, tinham contrato com a faculdade. Obteve-se uma lista onde constavam 193 docentes e investigadores, seus respetivos departamentos, suas categorias e seus vínculos à faculdade.

A fase seguinte foi aquela em que se fez o envio dos e-mails. Para esta fase não poderíamos esquecer um dos problemas já referidos anteriormente e que se prende com a banalização do questionário o que faz com que haja muito poucas respostas aos mesmos. Assim pensou-se numa personalização do e-mail a ser enviado, ou seja, para se tentar obter mais respostas optou-se por uma abordagem mais pessoal e assim todos os e-mails enviados tinham uma referência pessoal: o nome. O correio eletrónico começava então da seguinte forma:

Bom dia professor(a) <nome do docente>

Com isto pressupunha-se que haveria uma maior proximidade com os inquiridos o que iria aumentar a sua vontade de responder. Certo é que nos dias seguintes ao envio do inquérito foram recebidas inúmeras respostas no endereço de correio eletrónico através do qual foi solicitada a resposta do mesmo. Estas respostas referiam, de forma geral, que o docente em causa já tinha respondido ao questionário conforme solicitado.

Neste e-mail era também feita uma breve explicação do estudo em causa e depois desta breve explicação surgia o pedido para resposta e o endereço onde estava disponível o questionário. O e-mail terminava com um agradecimento e os devidos cumprimentos finais.

O questionário utilizado foi bastante semelhante ao que foi utilizado pela Universidad de León e também pela Universidade de Coimbra para um estudo análogo. Isto permitirá, futuramente, realizar estudos comparativos.

Para a distribuição do inquérito foi utilizada uma plataforma on-line que permite construir, distribuir e recolher os dados dos questionários de uma forma simples e eficaz. A plataforma é a questionpro.com. Esta plataforma foi também utilizada pelas outras duas universidades o que torna os estudos ainda mais semelhantes.

O questionário estava então dividido em quatro partes principais.

A primeira prendia-se com uma apresentação breve do estudo, um agradecimento pelas respostas, um tempo médio de resposta do questionário e ainda a garantia do anonimato na divulgação de resultados.

A Parte 1 do questionário continha as questões relevantes para o estudo. De referir apenas que na primeira questão (A1) se perguntava se o inquirido

conhece e utiliza revistas eletrônicas. Caso a resposta seja sim o inquirido responde às restantes questões. Caso a resposta seja não é encaminhado diretamente para a questão A24 continuando o questionário a partir daí.

A parte 2 do questionário incluía questões relacionadas com os 'dados demográficos'. Aí se perguntava qual o centro de investigação a que o inquirido pertence, a sua área científica (segundo a tabela da FCT), a sua categoria profissional, a sua classe etária e o seu género. Também nesta parte se informa que se os inquiridos quiserem ter conhecimento dos resultados finais do estudo devem indicar o seu endereço de correio eletrónico continuando a ser assegurado o anonimato na divulgação dos resultados.

Por último é confirmada a submissão das respostas e apresentado um agradecimento final.

Depois de encerrado o período para respostas, os dados foram exportados da plataforma on-line para o IBM SPSS Software 19 onde se pode fazer uma análise mais fina dos resultados obtidos.

5.4.2 Entrevista

Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele. Encontra-se então aqui uma forma de complementar os resultados obtidos através dos questionários. Estes são os mais indicados para a recolha de dados. Contudo por vezes estes dados não são suficientes e é necessário complementar com respostas mais completas e onde os entrevistados possam dar a sua opinião.

Assim, e na sequência do questionário, surgiu a necessidade de realizar entrevistas. A primeira grande questão que se colocou foi: quem iríamos entrevistar? A resposta a esta questão foi um pouco complicada de encontrar. Contudo após alguma reflexão, foi decidido que se iria entrevistar os coordenadores dos centros de investigação com vínculo à FLUP.

Depois de identificados os investigadores a entrevistar, foi necessário proceder à estruturação da entrevista. A entrevista está então dividida em duas partes principais. A primeira centra-se na identificação do entrevistado. Depois de identificado o entrevistado passamos então para as questões mais relacionadas com os objetivos do estudo. A partir daqui são colocadas mais 8

questões aos coordenadores do centro. Estas questões abarcam opiniões mais pessoais mas também se colocam questões ao entrevistado em que ele se tem que colocar na pessoa de coordenador do centro de investigação para responder. Num total de 12 questões (em que algumas têm alíneas) consegue-se ter uma melhor perceção das opiniões do entrevistado quer a um nível pessoal, quer a um nível institucional no seu papel de coordenador do centro de investigação.

As entrevistas foram realizadas, maioritariamente, durante o mês de Março de 2012 e com elas obtiveram-se dados bastante importantes para as conclusões deste trabalho. Sendo todas elas gravadas, com consentimento dos entrevistados, conseguiu-se captar tudo o que foi dito não havendo perda de dados.

Para terminar resta referir que esta entrevista é considerada como uma entrevista semiestruturada.

6. O uso de revistas eletrónicas pelos docentes/investigadores da FLUP

6.1. Descrição sumária da amostra

Para a realização deste estudo decidiu-se inquirir todos os docentes e investigadores da FLUP. A FLUP tem 193 docentes e investigadores. A todos eles foi enviado um pedido para responderem ao inquérito, disponibilizado on-line. Encerrado o período durante o qual o inquérito esteve disponível, registaram-se 77 respostas válidas ao questionário o que faz com que a amostra represente 39,9% do total de docentes/investigadores da FLUP.

As 77 respostas foram analisadas, permitindo a seguinte caracterização geral dos respondentes:

- A maior parte dos respondentes é do sexo feminino (59,74%);
- A faixa etária com maior representação é a dos 51-60 (36,36%) seguida da dos 41-50 (33,77%);
- O centro de investigação que teve mais investigadores a responder foi o Centro de Linguística da Universidade do Porto (19,48%) seguido do cegot (11,69%);

- A área do conhecimento com mais respondentes foi a de Línguas e Literaturas (26,04%), seguida da de Linguística (15,63%);
- A categoria profissional mais representada foi a de Professor Auxiliar (47%), seguida da de Professor Associado (19%).

6.2. Análise Descritiva das respostas ao questionário

- **A1. Conhece e utiliza revistas eletrónicas?**

Sim	76	98,70%
Não	1	1,30%

- **A2. Como classifica o acesso e utilização das revistas eletrónicas disponíveis na Faculdade de Letras? Assinale todas as opções que se aplicam.**

Conheço as revistas eletrónicas acessíveis a partir do portal da Biblioteca Central.	58	23,87%
Utilizo as revistas eletrónicas da faculdade.	49	20,16%
É simples aceder às revistas eletrónicas.	53	21,81%
Tenho os conhecimentos adequados para aceder às revistas eletrónicas.	48	19,75%
Considero que as revistas eletrónicas têm mais vantagens do que aquelas em papel.	35	14,40%

- **A3. Por que razão utiliza as revistas eletrónicas? Assinale todas as opções que se aplicam.**

Facilidade de acesso.	62	41,06%
Poupança de tempo.	46	30,46%
A oferta destes títulos é mais abundante do que aqueles disponíveis em papel.	35	23,18%
Outras (especifique, por favor)	8	5,30%

- **A4. Com que finalidade utiliza as revistas eletrônicas? Assinale todas as opções que se aplicam. Por que razão utiliza as revistas eletrônicas? Assinale todas as opções que se aplicam.**

Docência	51	39,84%
Investigação	75	58,59%
Outras (especifique, por favor)	2	1,56%

- **A5. Considera que a maior disponibilidade de conteúdos eletrônicos nos últimos anos, tem favorecido a sua produtividade científica?**

Sim	58	76,32%
Não	4	5,26%
Talvez	14	18,42%

- **A6. Como acede aos conteúdos eletrônicos? Assinale todas as opções que se aplicam.**

Página da biblioteca.	59	31,22%
Google ou outros motores de pesquisa.	61	32,28%
Bases de dados.	30	15,87%
Distribuidores de revistas eletrônicas (por exemplo: b-on).	33	17,46%
Outros (especifique, por favor)	6	3,17%

- **A7. Com que frequência acede às revistas eletrônicas?**

Diariamente	4	5,26%
Semanalmente	25	32,89%
Quinzenalmente	12	15,79%
Mensalmente	9	11,84%
Trimestralmente	2	2,63%
Uma ou duas vezes por ano	1	1,32%
Periodicidade variável	23	30,26%

• **A8. Existe uma época do ano de maior atividade?**

Não.	32	42,11%
Sim, durante o período letivo.	23	30,26%
Sim, nos períodos de pausa letiva.	17	22,37%
Sim, em períodos de férias.	0	0,00%
Outras (especifique, por favor)	4	5,26%

• **A9. Que revistas consulta?**

As mesmas de que dispunha em papel.	1	1,32%
Revistas diferentes das disponíveis em papel.	24	31,58%
As mesmas de que dispunha em papel e outras adicionais em formato digital.	50	65,79%
Outras (especifique, por favor)	1	1,32%

• **A10. Para manter-se informado ou para o desenvolvimento da sua investigação, como procede? Assinale todas as opções que se aplicam.**

Consulta sistematicamente os números novos das mesmas revistas.	23	13,53%
Realiza pesquisas sistemáticas quando necessita de informação sobre um assunto.	71	41,76%
Utiliza alertas e sumários.	21	12,35%
Utiliza citações e referências bibliográficas.	40	23,53%
Utiliza listas de distribuição e/ou contacto com colegas.	15	8,82%
Outros (especifique, por favor)	0	0,00%

- **A11. Relativamente à consulta de artigos, selecione, por favor, todas as opções que considera adequadas.**

Leio no monitor o resumo e outras partes do documento de maneira superficial para comprovar o seu interesse.	46	26,44%
Guardo no computador os artigos que me interessam.	68	39,08%
Imprimo os artigos que me interessam.	33	18,97%
Alguns dos artigos que guardo não chego nunca a lê-los.	27	15,52%

- **A12. Reportando-se à consulta e arquivo – eletrónico ou impresso – assinale as opções mais corretas.**

- Média de consulta de artigos por ano (monitor ou impressos)

1-24	15	19,74%
25-50	24	31,58%
51-100	15	19,74%
101-200	10	13,16%
Mais de 200	12	15,79%

- Média de artigos por ano (salvaguarda e/ou impressão)

1-24	21	27,63%
25-50	21	27,63%
51-100	14	18,42%
101-200	10	13,16%
Mais de 200	10	13,16%

- **A13. Qual é a média de duração de uma sessão de acesso?**

15 minutos.	6	7,89%
30 minutos.	32	42,11%
60 minutos.	23	30,26%
Mais de 60 minutos.	15	19,74%

- **A14. Quantos artigos descarrega em média por sessão?**

0-1	9	11,84%
2-5	40	52,63%
5-10	20	26,32%
Mais de 10	7	9,21%

- **A15. Para localizar os artigos de interesse, prefere:**

Utilizar os formulários de pesquisa.	40	52,63%
Utilizar a listagem alfabética.	1	1,32%
Ambos indistintamente.	32	42,11%
Outros (especifique, por favor)	3	3,95%

- **A16. Como decide o valor ou interesse de um artigo?**

Pelo fator de impacto ou prestígio da revista onde foi publicado.	32	18,18%
Pela confiança (utilizo sempre as mesmas revistas).	15	8,52%
Pelo reconhecimento dos autores.	57	32,39%
Pelos objetivos e metodologia utilizada.	43	24,43%
Pelos resultados obtidos.	27	15,34%
Outros (especifique, por favor)	2	1,14%

A16. Ordene de 1 a 6 as razões que estão na origem do seu interesse por um determinado artigo (1 = mais importante... 6 = menos importante).

Razões	1 (mais importante)	2	3	4	5	6 (menos import.)
Fator de impacto ou prestígio da revista onde foi publicado	4-5,41%	10-13,33%	14-18,67%	8-10,67%	19-25,33%	20-26,67%
Confiança na revista (sempre utilizo as mesmas revistas)	5-6,76%	9-12,00%	14-18,67%	14-18,67%	13-17,33%	20-26,67%
Reconhecimentos dos autores	27-36,49%	15-20,00%	9-12,00%	14-18,67%	5-6,67%	5-6,67%
Objetivos e metodologia utilizada	17-22,97%	20-26,67%	13-17,33%	10-13,33%	10-13,33%	5-6,67%
Resultados obtidos	8-10,81%	11-14,67%	13-17,33%	11-14,67%	15-20,00%	17-22,67%
Atualidade da informação	13-17,57%	10-13,33%	12-16,00%	18-24,00%	13-17,33%	8-10,67%

A17. A antiguidade dos artigos que consulta é, em média:

Igual ou inferior a dois anos de antiguidade	18	23,68%
Igual ou inferior a cinco anos de antiguidade	45	59,21%
Superior a cinco anos de antiguidade	5	6,58%
Outra (especifique, por favor)	8	10,53%

A18. Relativamente à leitura de artigos, assinale todas as opções que considera adequadas.

Lê mais artigos do que há uns anos atrás.	56	34,15%
Lê menos artigos do que há uns anos atrás.	9	5,49%
Lê os artigos que lhe interessam no monitor.	38	23,17%
Lê os artigos que lhe interessam impressos.	35	21,34%
A leitura dos artigos é menos atenta do que antes pela abundância de conteúdos de que dispõe.	26	15,85%

• **A19. Tem preferência por algum distribuidor de revistas eletrônicas?**

b-on	13	20,63%
Emerald	0	0,00%
Science da Elsevier	5	7,94%
Ebsco	7	11,11%
Jstor	25	39,68%
Science Direct	4	6,35%
Outros (especifique, por favor)	9	14,29%

• **A20. Utiliza gestores de referências bibliográficas?**

Não utilizo	53	69,74%
Refworks	0	0,00%
End note	15	19,74%
Zotero	2	2,63%
Mendeley	0	0,00%
Outros (especifique, por favor)	6	7,89%

• **A21. Quantos títulos monitoriza em média?**

0	12	18,75%
1-5	18	28,13%
5-10	22	34,38%
10-20	7	10,94%
Mais de 20	5	7,81%

• **A22. Indique os títulos das revistas eletrônicas que mais utiliza para leitura (até 5 títulos, introduzindo um por linha).**

Na questão A22 solicitava-se aos inquiridos que indicassem até 5 revistas que mais utilizavam para consulta. De referir que todas as revistas apresentadas foram referidas apenas uma vez (exceptuam-se o caso da *Prisma.com* e da *Rhetorica*, que foram referidas 3 e 4 vezes respetivamente).

- **A23. Indique os títulos das revistas eletrônicas nos quais publica com maior frequência (até 5 títulos, introduzindo um por linha).**

Na questão A23 pedia-se aos inquiridos que referênciassem até 5 revistas que mais utilizavam para publicação. Também nesta questão as revistas foram referidas apenas uma vez exceptuando-se a Prisma.com que foi referida por duas vezes.

- **A24. Por que razão não utiliza as revistas eletrônicas?**

Desconhecimento da oferta de conteúdos digitais	1	50,00%
Satisfação com a coleção em papel disponível	1	50,00%
Dificuldades de utilização da tecnologia que impõem um investimento de tempo e esforço não compensadores	0	0,00%
Outras (especifique, por favor)	0	0,00%

- A questão A24 era para ser respondida apenas por quem não fosse utilizador de revistas científicas em formato eletrónico.

6.3. Análise interpretativa das respostas dos docentes / investigadores da FLUP

Com os dados obtidos no questionário e também com a realização das entrevistas, conseguiu-se tecer uma série de conclusões verdadeiramente interessantes e que são representativas da situação atual no que respeita à utilização de revistas científicas em formato eletrónico por parte dos docentes e dos investigadores da FLUP.

A FLUP, no que respeita à utilização de revistas científicas em formato eletrónico, apresenta um perfil muito próprio resultante das características das suas áreas científicas de docência e investigação.

Este perfil pode ser traçado da seguinte forma: uma parte significativa dos docentes e investigadores da FLUP utiliza revistas científicas em formato eletrónico. Na verdade este é visto, segundo os coordenadores dos centros de investigação, como o melhor formato para o acesso e a utilização. Estes

mesmos coordenadores afirmam que a grande maioria dos membros e colaboradores dos centros são utilizadores assíduos e preocupam-se com o acesso às bases de dados eletrônicas, nomeadamente as oferecidas pela biblioteca central.

A docência e a investigação são as principais finalidades para que os investigadores/docentes usam o formato eletrónico. Contudo é curioso que a grande maioria dos docentes (que no questionário se traduz em 75 das 77 respostas) utiliza as revistas científicas para investigação. Aliás os próprios coordenadores afirmam que utilizam as revistas científicas apenas quando estão a preparar artigos ou investigações.

Uma das questões que mais curiosidade tem despertado nos investigadores em bibliometria prende-se com o acesso. Isto é, como, quando e quanto acedem os docentes/investigadores às bases de dados eletrônicas? Um dado não muito surpreendente refere que o acesso aos conteúdos eletrónicos é feito a partir de motores de pesquisa (como, por exemplo, o Google) que foi mencionado por 61 dos respondentes. Conseguimos constatar que os docentes e os investigadores preferem o mais intuitivo e fácil de aceder. Comprovamos ainda melhor esta situação quando vemos que 59 dos respondentes utiliza também a página da Biblioteca Central e menos de metade (cerca de 30) se dirige diretamente às bases de dados mais especializadas. Isto demonstra que os docentes e os investigadores preferem informação fácil de aceder (através dos motores de pesquisa) e muito organizada (através da página da biblioteca). Já quando falamos de bases especializadas e, por isso, com recursos unidisciplinares, notamos que a preferência não é tão grande. Ainda no que respeita ao acesso percebemos que as revistas eletrônicas fazem parte do quotidiano dos investigadores e docentes pois 25 dos respondentes ao questionário referem que acedem pelo menos uma vez por semana a este tipo de recursos. Existem mesmo 4 que acedem diariamente. Esta situação pode ser justificada através das diversas vantagens que os coordenadores dos centros de investigação apontaram ao formato eletrónico. Estes referiram como principal vantagem a facilidade de acesso, ou seja, dispondo de um computador, um tablet ou mesmo um smartphone podemos aceder aos artigos eletrónicos em qualquer lugar sem termos que nos preocupar com localizações físicas e respetivos horários. Podemos trabalhar a partir de casa ou num outro local público onde tenhamos disponível um acesso à internet. Aliás esta é também a principal razão apontada pelos respondentes (na questão A3 a grande maioria refere que a principal razão para a utilização de revis-

tas eletrónicas é a facilidade de acesso). Outra das vantagens referidas tem a ver com a quantidade de material que passou a estar acessível à distância de um ecrã. Outra vantagem indicada prende-se com questões financeiras. Atualmente, e apesar dos custos de assinatura de recursos eletrónicos ser muito elevado, conseguem ainda ser mais baixos do que as assinaturas em papel.

Depois do acesso, uma das dúvidas que surge é de que forma os docentes e os investigadores lidam com as revistas em formato eletrónico. A grande maioria dos respondentes refere que guarda os artigos que lhe interessa no seu computador enquanto comprova o interesse que tem no artigo ao ler o resumo e algumas outras partes. Contudo há ainda uma grande parte dos respondentes que afirma que imprime os artigos que lhe interessam. Outra das questões a ter em consideração tem a ver com o facto de alguns docentes e investigadores terem referido que alguns dos artigos que guardam nunca os chegam a ler. Esta realidade demonstra bem um dos problemas que foi enunciado por alguns dos coordenadores: a informação que está disponível é de tal modo elevada que passam a descarregar e a guardar artigos que depois concluem que já não são necessários. Outras desvantagens apresentadas prendem-se com questões como a compatibilidade de e a desvalorização do impresso (alguns investigadores centram-se única e exclusivamente no formato eletrónico e esquecem-se que ainda há muito material exclusivamente impresso e que se revela ser de altíssima qualidade).

Apesar das desvantagens, o lado positivo consegue prevalecer e 76,31% dos respondentes afirmam que a disponibilidade de conteúdos eletrónicos nos últimos anos tem favorecido a sua produtividade científica.

Mas afinal como conseguem os docentes e investigadores da FLUP decidir o valor ou o interesse que um determinado artigo ou revista têm? Para a grande maioria este valor é determinado pelo reconhecimento dos autores. Como menos importantes foram enunciados o fator de impacto e a confiança na revista. Na verdade estes dados revelam um pequeno contrassenso face ao que foi enunciado pelos coordenadores dos centros de investigação. A estes foi perguntado até que ponto se dá preferência ao formato eletrónico para as investigações e a grande maioria respondeu que não era o formato que era importante, mas sim o fator de impacto da revista (ou artigo) em causa. Esta contradição pode ser justificada através do contexto em que coordenadores e investigadores se encontram. Isto é, os coordenadores além de se preocupa-

rem com as suas investigações são também responsáveis por manter o centro de investigação a funcionar. Os centros para poderem funcionar precisam de financiamento que é concedido, em grande parte, pela FCT. Esta fundação para distribuir os fundos precisa de avaliar. Entre diversos outros elementos, um dos que contribui para a avaliação é o fator de impacto das revistas onde os membros dos centros publicam.

Outros dados curiosos que surgem nas respostas aos questionários prendem-se com as bases de dados utilizadas e com a gestão das referências bibliográficas. Como seria de esperar, a base de dados mais utilizada pelos respondentes é a Jstor e no que se refere à gestão das referências bibliográficas é interessante percebermos que grande maioria dos respondentes não utiliza qualquer software de apoio a esta gestão. Como foi abordado por um dos coordenadores, esta é uma questão com muita importância. Contudo, e principalmente por falta de conhecimento, muito dos investigadores preferem reunir a lista de Apesar das desvantagens, o lado positivo consegue prevalecer e 76,31% dos respondentes afirmam que a disponibilidade de conteúdos eletrônicos nos últimos anos tem favorecido a sua produtividade científica.

Mas afinal como conseguem os docentes e investigadores da FLUP decidir o valor ou o interesse que um determinado artigo ou revista têm? Para a grande maioria este valor é determinado pelo reconhecimento dos autores. Como menos importantes foram enunciados o fator de impacto e a confiança na revista. Na verdade estes dados revelam um pequeno contrassenso face ao que foi enunciado pelos coordenadores dos centros de investigação. A estes foi perguntado até que ponto se dá preferência ao formato eletrónico para as investigações e a grande maioria respondeu que não era o formato que era importante, mas sim o fator de impacto da revista (ou artigo) em causa. Esta contradição pode ser justificada através do contexto em que coordenadores e investigadores se encontram. Isto é, os coordenadores além de se preocuparem com as suas investigações são também responsáveis por manter o centro de investigação a funcionar. Os centros para poderem funcionar precisam de financiamento que é concedido, em grande parte, pela FCT. Esta fundação para distribuir os fundos precisa de avaliar. Entre diversos outros elementos, um dos que contribui para a avaliação é o fator de impacto das revistas onde os membros dos centros publicam.

Outros dados curiosos que surgem nas respostas aos questionários prendem-se com as bases de dados utilizadas e com a gestão das referências bibliográficas.

cas. Como seria de esperar, a base de dados mais utilizada pelos respondentes é a Jstor e no que se refere à gestão das referências bibliográficas é interessante percebermos que grande maioria dos respondentes não utiliza qualquer software de apoio a esta gestão. Como foi abordado por um dos coordenadores, esta é uma questão com muita importância. Contudo, e principalmente por falta de conhecimento, muito dos investigadores preferem reunir a lista de Utilizam o formato eletrónico, essencialmente, para investigação:

- Preferem acessos fáceis e intuitivos com a informação bem organizada;
- Acedem, maioritariamente, com uma periodicidade semanal aos recursos eletrónicos;
- Preferem imprimir os artigos em vez de lê-los no ecrã;
- Escolhem um artigo pelo reconhecimento do autor e também por uma breve leitura do resumo do mesmo;
- Acedem às bases de dados disponibilizadas pela Biblioteca Central;
- Utilizam pouco os softwares de gestão de referências bibliográficas;
- Estão satisfeitos com a forma como a biblioteca apresenta e disponibiliza os recursos eletrónicos.

Contudo, e apesar dos resultados terem sido satisfatórios, cerca de 60% dos inquiridos não responderam ao questionário. Este 'silêncio' deve também ser analisado no final deste trabalho.

Duas possibilidades são apontadas para este 'silêncio':

- Nos dias que correm, e falando pela própria vivência diária em ambiente académico, são constantes os pedidos para resposta a questionários que são recebidos via e-mail. Neste sentido podemos apontar como uma razão a saturação. Isto é, são tantos os questionários que se recebem que acaba-se por apagar o e-mail sem responder.
- A outra razão que pode ser apontada pode ter a ver com a falta de interesse que os docentes demonstram face a esta temática.

Independentemente da razão que levou os docentes a não responder os resultados conseguidos com esta investigação foram satisfatórios podendo as conclusões apontar novos caminhos.

7. Conclusão

A comunicação científica é algo que acompanha o homem desde há muitos séculos e que foi sofrendo transformações até aos dias de hoje. As revistas científicas em formato eletrónico representam a concretização mais recente dessa comunicação.

Com vantagens e desvantagens, a verdade é que o formato eletrónico das revistas científicas começa cada vez mais a fazer parte do dia-a-dia dos investigadores e dos professores universitários. Este trabalho constatou isso mesmo através dos dados que foram obtidos com o questionário distribuído a todos os docentes da FLUP e também com as entrevistas realizadas aos coordenadores dos centros de investigação ligados à mesma faculdade.

Estes dados permitiram traçar um perfil dos docentes e investigadores da FLUP no que respeita à utilização que estes fazem das revistas eletrónicas fornecendo importantes contributos para todos os que se preocupam com estes assuntos na faculdade (Biblioteca Central, centros de investigação...).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto

2007 «Bibliometria: evolução histórica e questões atuais». *Em questão*, 12 (2007) 11-32.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia

2011 «A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007». *Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato; JUNIOR, Edgar Reyes

2010 «O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil». *RAC*, 14 (2010) 459-477.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti

2005 «Periódicos Científicos em formato eletrónico: elementos para sua avaliação». *In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 28, Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

BONAVIDES, P.

1976 *Ciência política: Forense*.

BORGES, Maria Manuel

2007 *A Esfera: Comunicação Académica e Novos Media*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca; ALVITE DÍEZ, Ma Luisa

2011 «An Analysis of the Use of Electronic Journals in a Spanish Academic Context: Developments and Profitability». *Serials Review*, 37 (2011) 181-195.

BREMHOLM, Tony L.

2004 «Challenges and Opportunities for Bibliometrics in the Electronic Environment: The Case of the Proceedings of the Oklahoma Academy of Science». *Science & Technology Libraries*, 25 (2004) 87-107.

CASTILLO, Antonio; CARRETÓN, Maria Carmen

2004 «Investigación en Comunicación. Estudio bibliométrico de las Revistas de Comunicación en España». *Comunicación y sociedad*, 23 (2004) 289-327.

COSTAS, Rodrigo; LEEUWEN, Thed N. van; BORDÓNS, María

2010 «A bibliometric classificatory approach for the study and assessment of research performance at the individual level: The effects of age on productivity and impact». *Journal of the American Society for Information Science & Technology*, 61 (2010) 1564-1581.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDÓN, Beatriz Valadares

2010 «Portal de Periódicos da Capes: proposta de um modelo de estudo bibliométrico para avaliação da coleção». *Revista brasileira de pós-graduação*, 7 (2010) 318-349.

FILHO, Geraldo Alemandro Leite

2008 «Padrões de Produtividade de Autores em Periódicos e Congressos na Área de Contabilidade no Brasil: um Estudo Bibliométrico. (Portuguese) = Patterns of Productivity of Brazilian Authors in Accounting Magazines and Congress: a Study Bibliometric. (English)» 12:2 (2008) 533-554.

GARFIELD, Eugene

1972 «Citation analysis as a tool in journal evaluation». *Science*, 178 (1972) 471-479.

GÓMEZ, Carlos Olmeda; RODRÍGUEZ, Antonio Perianes; PERANDONES, Maria Antonia Ovalle

2008 «Producción portuguesa en Biblioteconomía y Documentación. Web of Science 1990-2005». In ENCONTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EM INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, 3 – *Ao volante do Chevrolet pela estrada de Salamanca*. Salamanca: E. U. Salamanca.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini

2011 «Produção Científica em Preservação Digital: uma investigação bibliométrica na base Scopus no período 2011-2010». In *Limites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información*. Badajoz: D. d. I. e. Comunicación.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; TANNURI DE OLIVEIRA, Ely Francina

2011 «Comparando Indicadores Bibliométricos da Produção Científica do Brasil com outros países: uma investigação na área de odontologia». In *Limites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información*. Badajoz: D. d. I. e. Comunicación.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini, et al.

2008 «História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO». *Educación & Sociedad*, 29 (2008) 181-211.

JUNIOR, Rene Faustino Gabriel; ALVES, Bruno Henrique; TANNURI DE OLIVEIRA, Ely Francina

2011 «A produção científica Brasileira em Periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2006 a 2009: uma análise bibliométrica». In *Limites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información*. Badajoz: D. d. I. e. Comunicación.

KRAMIS, Ana María Cetto; GAMBOA, José Octavio Alonso

2011 *Calidad e impacto de la revista Iberoamericana*. Primera ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

MACEDO-ROUET, Mônica

2003 «Legibilidade de revistas eletrônicas de divulgação científica». *Ciência da Informação*, 32 (2003) 103-112.

MEADOWS, A. J.

1974 *Communication in science: Butterworths*.

MENEZES, Estera Muszkat; COUZINET, Viviane

1999 *O interesse das revistas brasileiras e francesas de biblioteconomia e ciências da informação pela revista eletrônica no período de 1990-1999*.

MIRANDA, António Lisboa Carvalho de

1996 *Globalizacion y sistemas de informacion: nuevos paradigmas y nuevos desafios*. IBICT.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas

1996 *O Periódico Científico como Veículo de Comunicação: uma Revisão de Literatura*. 1996.

NEDERHOF, Anton J.

2011 «A bibliometric study of productivity and impact of modern language and literature research». *Research Evaluation*, 20 (2011) 117-129.

ONYANCHA, Omwoyo Bosire; MALULEKA Jan R.

2008 «Referencing patterns in South African journal of Libraries and Information Science, 1996-2007». *South African Journal of Library & Information Science*, 74 (2008) 183-196.

OVALLE-PERANDONES, Maria Antonia; OLMEDA-GÓMEZ, Carlos; PERIANES-RODRÍGUEZ, Antonio

2011 «Las revistas científicas de biblioteconomía e documentación em s|j&jr: el caso ibérico y latino-americano». In *Límites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las Ciencias de la Información*. Badajoz: D. d. I. e. Comunicación.

POBLACIÓN, Dinah Aguiã

1992 *Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado*. 1992.

QUEIMADO, Ana, et al.

2008 «Da utilização do ISI-wos na avaliação da qualidade das publicações em Ciências Sociais e Humanas». *Páginas a@b*, 2 (2008) 79-95.

QUENTAL, Nuno; LOURENÇO, Júlia

2011 «References, authors, journals and scientific disciplines underlying the sustainable development literature: a citation analysis». *Scientometrics* (2011) 1-21.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van

1998 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.ª ed. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

SERRANO-LOPEZ, Antonio Eleazaar; MARTÍN-MORENO, Carmen

2009 «Producción y consumo de información científica en las ataxias raras con causa genética identificada (2003-2007)». In *A Ciência da Informação criadora de conhecimento*. Coimbra: I. U. de Coimbra.

SINGH, G.; MITTAL, R.; AHMAD, M.

2007 «A bibliometric study of literature on digital libraries». *Electronic Library*, 25 (2007) 342-348.

STUMPF, Ida Regina Chitto

1996 «Passado e futuro das revistas científicas».

2003 «Impresso e/ou eletrônico: estudo sobre o uso de uma obra de referência».

TARRANT, D.; CARR, L.; PAYNE, L.

2008 «Releasing the Power of Digital Metadata: Examining Large Networks of Co-related Publications». In B. Christensen Dalsgaard; D. Castelli; B. A. Jurik; J. Lippincott – *Research and Advanced Technology for Digital Libraries*. Berlin: Springer-Verlag Berlin.

TÉRMENS, Miquel

2008 «El uso de las revistas electrónicas: propuestas para una ampliación del campo de estudio». In ENCONTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EM INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, 3 – *Ao volante do Chevrolet pela estrada de Salamanca*. Salamanca: E. U. Salamanca.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén

2002 «A Lei de Lotka na bibliometria brasileira». *Ciência da Informação*, 31 (2002) 14-20.

VANTI, Nadia Aurora Peres

2002 «Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento». *Ciência da Informação*, 31 (2002) 369-379.

WORMELL, Irene

2002 «Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise». *Ciência da Informação*, 27 (2002).

ZIMAN, J. M.

1968 *Public knowledge: an essay concerning the social dimension of science*. Cambridge: Cambridge U. P.

ALBERTO NUNO OLIVEIRA FERNANDES | <albertonuno.fernandes@gmail.com>

SUMÁRIOS

S. 2, 1 (2008)

Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto – *A formação em informação e documentação*

José António Calixto – *A investigação e a formação pós-graduada em ciência da informação*

Gabriel David; Ana Azevedo; Fernanda Ribeiro – *Dez anos de um curso de Gestão da Informação na Universidade do Porto*

Armando Malheiro da Silva; Viviana Fernández Marcial; Fernanda Martins; José Manuel Pereira de Azevedo; Maria Helena Padrão; Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto – *Espaço europeu de ensino superior e a literacia informacional*

Norberto Ferreira da Cunha – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)* [Debate e Crítica]

Levi Malho – *Portugais* [Ler Muito Prazer]

S. 2, 2 (2008)

Maria Manuel Borges – *A emergência da ciberciência*

Sílvia Mendes Masson – *Repositórios digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional Digital*

Ana Queimado; Jennifer Gonçalves; Paulo Couto; Soraia Gonçalves – *Da utilização do ISI-WOS na avaliação da qualidade*

Sérgio Conde de Albite Silva – *A preservação nos arquivos e na arquivologia contemporânea*

Gilda Maria Whitaker Verri – *A circulação da informação impressa na Capitania da Paraíba (Brasil)*

Plataforma pelo Património Cultural – *O património como valor estratégico e oportunidade nacional*

D. Francisco Manuel de Melo, 1608-1666 – *De consoada a uma sua prima* [Ler Muito Prazer]

* Os Sumários de toda a 1.ª Série (n.ºs 1-20) estão publicados na S. 2, n.º 1 (2008).

S. 2, 3 (2009)

Maria Luísa Cabral – *Memória, património e identidade: a responsabilidade das bibliotecas*

Luís Cabral – *A Real Biblioteca Pública do Porto: um projecto liberal*

Susana Carona – *Espólio Leitão & Irmão. Inventariação e proposta de tratamento de preservação e conservação*

Silvia Sequeira; Cláudia Augusto – *Intervenção de conservação e restauro no livro «Correspondência científica de Arruda Furtado». Questões éticas e soluções aplicadas*

Vítor Santos – *Gestão colaborativa da informação em bibliotecas municipais*

António Sousa; Maria João Pires de Lima – *A referência, a leitura e os serviços em ambiente virtual no Arquivo distrital do Porto*

Dietético Schüller – *Desafios sociotécnicos e socioculturais da preservação de suportes áudio e vídeo*

José Afonso Furtado – *Maria Isabel Faria; Maria da Graça Pericão – Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico* [Debate e Crítica]

Fernanda Ribeiro – *Sérgio Conde de Albite Silva – A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil* [Debate e Crítica]

Arquivo de Bibliografia Portuguesa – *Teleconsultas em bibliotecas* [Ler Muito Prazer]

S. 2, 4 (2009)

Fernanda Ribeiro; Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto – *O acesso aberto à investigação em Ciências da Informação em Portugal*

Paulo Jorge Batista – *A gestão da série macroprocessos de obras particulares do Município de Lisboa*

Paulo Leitão – *Digitalização: procedimentos e soluções*

Vítor Santos – *Software livre em bibliotecas escolares*

Gilda Maria Whitaker Verri – *Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803*

Maria Virgínia Moraes de Arana – *No fio da narrativa: breves apontamentos sobre uma problemática comum*

Fabiola Maria Pereira Bezerra; Fernanda Rocha Batista de Azevedo; Francisco Feitosa Moura Filho; Karine Silva Ferreira; Willyane Moreira do Nascimento – *A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Ceará e a participação de bolsistas voluntários*

Maria Clara Assunção – *FRBR e título uniforme musical*

Sónia Casquicho – *A fotografia nos centros de informação em Portugal*

Agustina Bessa Luís – *A Sibila – Por ocasião do octogésimo sétimo aniversário da Agustina [Ler Muito Prazer]*

S. 2, 5 (2010)

Ana Lúcia Terra – *Políticas, mediação e acesso à informação europeia: análise comparativa no âmbito da Ciência da Informação*

Elisa Maria Gaudêncio Soares – *Document supply and resource sharing in Portuguese libraries: the role of the National Library*

Edson Luiz Riccio; Marici Cristine Gramacho Sakata; Octavio Ribeiro de Mendonça Neto; Luc M. Quoniam – *The introduction of Foucault in the accounting field and the analysis of invisible colleges*

André de Souza Pena; Leonardo Vasconcelos Renault – *Implicações sociais e epistemológicas da classificação institucional das áreas do conhecimento para a Ciência da Informação*

Sofia Neto Canário – *Implementação de um sistema de classificação de informação*

Julce Mary Cornelsen; Májory Miranda – *Sentidos e acepções da memória: da custódia à pós-custódia*

Pedro Jerónimo – *A memória da imprensa regional: análise crítica da preservação e ao acesso de conteúdos digitais*

Maria Isabel Goulão de Matos Ferreira – *Bibliotecas e redes sociais: facebook e twitter em mais de 140 caracteres*

Maria Luísa Cabral – *Comunidades de leitura: cinco estudos de Sociologia da Cultura [Debate e Crítica]*

Luís Cabral – *Primeiras leituras: memórias e afectos [Ler Muito Prazer]*

S. 2, 6 (2010)

Gilda Maria Whitaker Verri – *Informação, memória e cultura*

Fernanda Ribeiro – *Da Gestão da informação judicial à memória orgânica do sistema judiciário: o contexto dos arquivos portugueses*

Lucia Helena Miranda Corrêa – *Acesso à memória de domínio e de interesse público das instituições brasileiras: obscurantismo e opacidade legal-burocrática*

Sónia Henrique – *O lugar da fotografia nos arquivos: uma proposta de reavaliação*

Olívia Pestana – *Contributo para o estudo da produção científica nas ciências da saúde*

Fernanda Ribeiro – Maria Manuela Pinto – *PRESEVMAP: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. 325 p. (CAS; 7) ISBN 978-972-36-1070-3 [Debate e Crítica]

Maria Luísa Cabral – Bertrand Lavédrine – *A guide to the preventive conservation of photograph collections. With the collaboration of Jean-Paul Gandolfo and Sybille Monod*. Translated from the French by Sharon Grevet. 2nd edition. Los Angeles, CA: The Getty Conservation Institute, ca 2003. xvi, [2], 286 p.: abundantemente il. [Debate e Crítica]

Mario Vargas Llosa – *Elegio de la lectura y la ficción*. Discurso Nobel – Estocolmo, 7 diciembre de 2010 [Ler muito Prazer]

S. 2, 7 (2011)

Ekaterina V. Gerasimova – *The libraries of Voltaire and Diderot in Russia, 1861-2011. About digital reconstruction of Catherine the Great's personal book collection*

Lucia Helena Miranda Corrêa – *Usos e usuários imediatos e mediatos de sistemas de informação de arquivo: da visão custodialista à visão pós-custodialista*

Carlos Manuel Faisca – *O desbaste nas Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas*

Dulce Amélia de B. Neves | Fernanda Martins – *Mapas conceituais em pesquisa sobre representação da informação*

Sónia Passos – *Notas para uma biblioteca musical [em aberto]*

Henrique Barreto Nunes – Daniel Melo – *A leitura pública na 1.ª República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 2010. 139 p. il. [Debate e Crítica]

Levi Malho – *Ventos [Ler muito Prazer]*

S. 2, 8 (2011)

Gina Guedes Rafael – *O acesso à leitura feminina e o papel de alguma imprensa no século XIX em Portugal*

Paulo Faustino – *Estratégias, marketing, concentração e tendências de modelos de negócio nas editoras de livros*

Fernanda Ribeiro – *Informação e tecnologia: a simbiose indispensável no design curricular da formação superior em Ciência da Informação*

Maria Virgínia Moraes de Arana; Taiguara Villela Aldabalde – *Arquivística em perspectiva diacrónica: desvendando referenciais teóricos*

Paulo Jorge Oliveira Leitão – *A Web 2.0 e os seus públicos: o caso português*

António Gonçalves da Silva – *A conservação de acervos documentais arquivísticos deteriorados para a reformatação*

Luís Filipe Raposo Pereira – *Documento de arquivo e documento bibliográfico como bens culturais: evolução registada e factores de afirmação [a&b em aberto]*

S. 2, 9 (2012)

Isabel Ventura – *O Arquivo do Paço de Calheiros: o modelo sistémico no acesso à informação*

Aurora Machado; Paula Ochôa – *Aprender a demonstrar: práticas de avaliação de serviços em bibliotecas*

Ana Cristina Melo; Virgínia Bentes – *Percepção de gestores e usuários sobre a gestão nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Júlio Manuel Rodrigues Costa – *No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências*

Vanda Anastácio – *A biblioteca do Palácio Fronteira e a biblioteca de Alcipe*

Fábiola Maria Pereira Bezerra – *A biblioteca pública, o utilizador idoso e as políticas de infoinclusão: mapeamento da realidade portuguesa*

José Guilherme Gouveia – *A contextualização histórica e a análise documental na descrição arquivística: uma experiência de estágio no Arquivo Distrital do Porto*

S. 2, 10 (2012)

Paula Ochôa – *Para uma perspectiva intergeracional das carreiras e competências em Portugal: análise da profissão de bibliotecário*

Angela Nascimento – *A política de informação para o desenvolvimento regional no Nordeste do Brasil*

Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo; Jacqueline Souza – *Classificação bibliográfica com o auxílio de cores para bibliotecas escolares*

Ana Belen Rios Hilário; João Guerreiro – *ISBD e metadados: caminhos paralelos para um mesmo destino*

Alberto Nuno Oliveira Fernandes – *O uso de revistas eletrónicas por docentes/investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: estudo bibliométrico*

GABINETE DE ESTUDOS
a&b



cetac.media

Edição apoiada pela Universidade do Porto

U. PORTO

